

A-99

Instituto Historico e Geographico
do
Rio Grande do Sul

Cousas Municipaes

TYP. MARINONI - RUA MARECHAL FLORIANO N. 120

Instituto Histórico e Geográfico
do
Rio Grande do Sul

AO LEITOR

Fazendo publicar em livro os escriptos, que sob o pseudonio FISCAL HONORARIO elaborei para o jornal *A Federação*, desde a sua fundação, não sou levado por outro sentimento que não seja o de concorrer com um pequeno contingente para a historia do municipio desta capital, de cujos interesses me tornei assiduo defensor.

Si alguma vez desgostei a alguns dos directores do municipio, não tive outro motivo que não fosse o de concorrer com o contingente da minha grande pratica, adquirida na observação constante dos serviços municipaes e nunca como censor systhematico para ferir a quem quer que fosse.

Na secção de COUSAS MUNICIPAES, de que me encarreguei no jornal de propaganda republicana, procurei sempre esquecer as pessoas para só me occupar dos melhoramentos do municipio, que em mim tiveram o mais acerrimo defensor, guiado sempre pelo patriotismo e amor que consagro ao municipio e, especialmente a este bello Porto Alegre, onde tive o berço e que desejo elevado ao maior auge de prosperidade e grandeza a que tem incontestavel direito.

Felicissimo Azevedo.

Bu: 347.193 PORTO ALEGRE
Azevedo

HISTOR DOS MUNICIPIOS
II - PORTO ALEGRE

Biblioteca I:GRGS
Nº REGISTRO: 0044489
DATA: 3/10/8705

COUSAS MUNICIPAES



CIDADÃOS VEREADORES:

I

Considerando que a lei organica das camaras municipales do imperio não marca idade nem robustez para o exercicio dos empregos da municipalidade, permitti que venha mais um individuo collocar-se no numero dos vossos empregados.

Curvado aos pesos dos annos e dos trabalhos passados em longuiquas terras, desejando obter um emprego para entreter a minha já gasta actividade, afim de não apodrecer, como os antigos ilheos, na preguiça, lembrei-me comparecer perante esta illustrissima camara a solicitar um lugar de fiscal.

Sem esperar que me lanceis em rosto este despacho—*não ha raga*—, peço licença para declarar-vos que não preciso do dinheiro do municipio, porque, graças ao meu trabalho de mais de cincoenta annos, posso dispensar o vosso ordenado.

Já vêdes, pois, cidadãos vereadores, que quero dedicar os meus serviços por patriotismo, e, n' esta conformidade, quer vós querais, quer não, dou-me por empossado do meu lugar de *fiscal honorario*, e entro em funcção.

Sem maior conhecimento do estado actual de todo o municipio, vou desde já entrar no exercicio do meu emprego percorrendo-o em direcção aos quatro ventos, e, depois de acurado exame, em relatorios successivos analysarei tudo quanto se tenha feito de bom e de máo, apontando, desde logo, os remedios que me parecerem efficazes para melhorar o estado pouco prospero em que se acha o municipio, especialmente este bello, este lindo, este gentil Porto Alegre, onde tive o honro, e que desejo ver elevado ao maior auge de

prosperidade e grandeza, a que tem legitimo e incontestavel direito.

Não esquecerei de vigiar o modo por que os meus collegas fiscaes cumprem e fazem cumprir as vossas posturas; e, de quando em vez, analysarei o modo por que, vós mesmos, vos desempenhai das obrigações contrahidas com o municipio, que em vós tem depositado a sua confiança.

Sendo o meu cargo honorario, não receiando a demissão que me querais infligir, quando, no cumprimento de minha patriótica tarefa, tiver de fallar-vos a verdade, despida de todos aquelles atavios com que os máos empregados enfeitam as suas lisonjas para captarem as boas graças dos superiores,—vos prometto que serei pontual e exactissimo cumpridor de meus deveres, empregando toda a actividade de que me julgar capaz para ajudar-vos, não só com as informações de que carecerdes, como com os meus experientes conselhos.

Feita a minha apresentação, permitti que, fazendo desaparecer a individualidade para só apresentar-vos o funcionario, me assigne respeitosamente.

Fiscal honorario.

Janeiro 2 1884.

II

Ao principiar a minha tarefa, desejaria que me explicasseis quaes são os limites urbanos de Porto Alegre.

A meza de rendas, com assentimento d' esta camara, chama limites urbanos a todo espaço comprehendido no lançamento da decima, no entanto que a camara, nos seus editaes, falla em limites pelo codigo de posturas.

A meu vêr, a cidade não pôde ter dois limites.

A lei estabeleceu que os limites urbanos sejam marcados pela meza de rendas, de accôrdo com a camara, e n' esta conformidade tem sido por vezes alterado os limites.

Se a camara concordou com a meza de rendas no prolongamento das raiaes da cidade e sendo esta concordancia approvada pela presidencia da provincia, em

harmonia com a lei, como é que esta camara falla em limites do codigo de posturas?

Parece á primeira vista que esta divergencia de limites é cousa de minima significação: mas é da maior importância para uma camara que sabe comprehender os deveres que lhe impõe o cargo.

Perdão, cidadãos vereadores: não ha da parte do vosso fiscal honorario o menor desejo de offender-vos.

A cousa já vem de traz.

As minhas observações vão á entidade—camara— não só no presente, como do passado.

Se as camaras, como ia dizendo, sobbessem comprehender o seu dever; se cada vereador, ao empossar-se do cargo, considerasse, como deve, que o municipio é uma familia, da qual a camara deve ser uma mãe carinhosa, julgando cada um dos municipes como filho, a que deve todos os seus cuidados—toda a sua protecção: não se teria visto esta bella capital abandonada á voracidade da mesa de rendas, sem compensação alguma aos seus sacrificios.

Entende-se por cidade todo o terreno que está dividido em quadras arruadas e não pequenos nucleos de edificios em espaço mais ou menos distante dos povoados.

Quando, pela primeira vez, no cumprimento da lei, se apresentaram os commissionedos do governo á camara para o estabelecimento de limites, deveria a camara ter procedido por fórma muito differente de que o fez, deveria ter dito aos commissarios:

A camara concordará com o prolongamento da cidade depois de reduzido a quadras todo o terreno que se quer prolongar, e se os recursos da camara não forem sufficientes para desappropriações que se tem de fazer com a abertura das ruas necessarias, o cofre provincial dará o competente auxilio, ficando desde logo o presidente da provincia autorizado a mandar illuminar a parte comprehendida nos novos limites.

Procedeu a camara assim?

Ao contrario: assignou, sem tujir nem mugir, o acto de prolongamento, até onde quizeram os commissarios do governo, sem a minima objecção, portando-se dest'arte, não como uma mãe carinhosa, mas como uma madrastra de má morte d'este pobre povo, indo depois, em seus relatorios, submissamente, como o cordeiro diante do leão, lembrar a assembléa que a maior parte da cidade está ás escuras: tendo

em resposta da assembléa liberal o mais soberano desprezo.

Quando tiverdes de fazer o relatorio que tem de ser presente á assembléa, no proximo mez de março, eu vos ajudarei a pedir o que for a bem do municipio e vos indicarei o modo por que deveis pedir, não digo bem, porque deveis de exigir o que de direito pertence a este povo, que aliás bem merece ser tratado com mais alguma consideração pelos seus mandatarios.

Tendo-vos fallado nos limites urbanos, é justo que tambem diga alguma cousa do arruamento da cidade, cousa que a vós nem aos vossos antecessores tem merecido a minima attenção, sendo, entretanto, este o mais importante dos vossos deveres.

Não quero cançar a vossa attenção com relatorios muito extensos, para que possais prestar-lhes mais attenção e mesmo para poder imprimir iniformidade no meu trabalho, tratando de cada objecto em relatorio especial.

Para concluir, peço-vos de antemão desculpa de alguma phrase mais dura, que tiver de empregar no meu estylo, quando, no desempenho de minha missão tiver de atacar os actos injustos e attentatorios dos direitos do povo do municipio, commettidos por vós ou vossos subalternos.

A phraseologia do vosso fiscal honorario terá de ser muitas vezes energica, mas sempre decente e nunca injuriosa.

7 de Janeiro de 84.

III

Vamos proseguir em nossa tarefa, tratando da arruamento da cidade.

Não ha quem não censure os antigos povoadores pelas desigualdade de nossas ruas, suas tortuosidades e beccos: mas o que a maior parte do povo ignora é que os vereadores, isto é, os administradores do municipio são os unicos responsaveis por tudo quanto está feito.

Desde a fundação da cidade, teve ella por inimigos figadaes, do seu progresso e embellezamento aquelles a quem este bom povo entregava a administração do municipio, sendo, como ja vos disse, essas ma-

drastas de má morte autoras do absurdo que presenciemos na edificação e arruamento da cidade.

Para que não duvideis, vos apresentarei alguns exemplos :

Em 1800 Ignacio Manoel Vieira, chamado por autonomia *Fanha*; edificando uma casa na rua da Graça, hoje chamada dos Andradas, bem no centro da quadra entre as ruas Clara e Ladeira, reconhecera a necessidade da abertura de uma nova rua, e por isso deixou a largura que forma o becco do *Fanha*, collocando para ali as suas janellas.

A camara municipal d'aquelle tempo, que já enxergava tanto como as de hoje, em vez de ir em auxilio d'aquelle proprietario, comprando o terreno contiguo ao becco até a rua da Ponte, que então valia quinze mil réis, alargando d'ahi para cima a rua até a da Igreja ou até o Riacho, porque se achava devoluto o terreno—entendeu que aquella nova rua era um luxo, porque a sua intelligencia não lhe deixava comprehender que a vida do municipio não é como a vida de um homem, que a vida do municipio é longa, extensa, grande como destino.

Não calcularam aquelles pobres myopes que a cidade havia de progredir e que a rua, mais tarde, iria facilitar a presteza das communicações; eahi ficou o becco attestando as gerações futuras a ignorancia e a incuria dos vereadores d'aquelle tempo.

Mais tarde—creio que foi em 1814—João Coelho das Neves, fazendo uma casa no meio da quadra entre a Ladeira e rua de Bragança deixou igualmente a extensão do becco João Coelho, como até hoje existe, eia camara, que entendia que uma rua ali era ainda um luxo que requeria um dispendio de duzentos mil réis para desapropriar o terreno necessario, deixou permanecendo o becco até hoje.

Todo o mundo conhece as difficuldades do transito publico por aquelles beccos.

Parece que estou ouvindo algum leitor perguntar:—Porque razão as camaras que se succederam não remediarão este mal ?

Porque as camaras que se seguiram, até hoje, pensavam como certos sujeitos que por ahi andam medindo as ruas, esperando por um emprego publico :

Dizem elles: Do meu pai é que me queixo; se elle me tivesse mandado ensinar um officio, eu hoje teria meios de ganhar a vida, sem ser preciso sujeitar-me

a triste posição de pedinte e obrigado a todas as baixezas para alcançar protecção á obtenção de um emprego.

Mas esquecem-se de que, sendo senhores da sua vontade, podem ir aprender o officio.

Assim são as camaras: queixam-se das antecessoras, que nada souberam fazer, procedendo ellas da mesma maneira, deixando no abandono o mais importante dos seus deveres, que é a formação de quadras e o arruamento da cidade.

Depois vem apparentar um zelo absurdo pelo embelezamento da cidade, estabelecendo largura de portas e janellas, sem se lembrarem que as casas de infima construcção desapparecem com o progresso da riqueza publica e que as tortuosidades e os inconvenientes das ruas perduram eternamente.

Tratai, pois, senhores vereadores das quadras e do arruamento d'esses bellos arrabaldes, que serão em poucos annos o centro na cidade: olhai para o passado, que vos fornecerá o caminho do futuro.

Vós sois os apostolos do futuro.

A actual geração é responsavel, perante as que se lhe seguirem, por todos os entraves que lhes deixarem para trancar o progresso da cidade.

Regulai as quadras, arruamento e nivellamento da cidade, enquanto é tempo.

Sabeis vós o que é preciso fazer para obter este *desideratum* ?

Oh eu estou fallando em lingua grega ?

Eu me explico melhor :

A primeira de todas as necessidades para poder fazer este serviço é a planta da cidade :

Vou explicar-vos o que é a planta da cidade.

A planta da cidade é a copia fiel, tão fiel como o retrato de um individuo, de todas as ruas com as respectivas casas e terrenos devolutos, marcados n'ellas para que, estendida sobre a mesa da sala das sessões, discutam-se com ella diante dos olhos todos os trabalhos a executar.

Esta planta deve abranger todo o territorio ate uma ou duas leguas além dos actuaes limites.

Obtida a planta, está a camara habilitada, a intervir na abertura das novas ruas, fazendo com que os proprietarios que as quizerem abrir lhes dêem uniformidade em tudo.

Todas as ruas que ainda estão desertas, ou quasi de-

sertas, devem ser niveladas, para que não continuem os proprietarios a ser prejudicados, como aconteceu aos da rua Senhor dos Passos, e outros, e como está acontecendo no campo do Bomfim, onde a actual camara construe calhas sem a menor base de nivellamento, desprezando os naturaes esgotos para o rio, afim de ir empoeçar as aguas dentro dos terrenos particulares, calcando sem piedade o direito de propriedade.

Basta, cidadãos vereadores, por hoje.

No proximo relatorio tratarei de outros melhoramentos que tem relação com o nivellamento e arruamento da cidade.

10 de janeiro de 1884.

IV

Fallemos hoje da praça da Caridade e da rua da Independencia.

Ha nove annos que esta camara, concertando as ruas dos Andradas e Senhor dos Passos, mandou cavar parte da praça, ficando no centro um tranbolho (não acho outro nome) para attestar a sua incuria.

Em nove annos não houve tempo de limpar aquella praça, onde se ostenta o mais importante edificio de caridade da provincia e que pôde ser embelezada com insignificante despeza.

Não é da competencia dos fiscaes dar conselhos á camara: todavia, a minha qualidade de honorario me dá o direito, não só de aconselhar, como de fiscalisar.

Vou, pois, dar a minha opinião, que sujeito á apreciação de quem, por mais entendido, tiver melhor gosto do que o vosso fiscal.

Entendo que a praça deve descer ao nivel da rua dos Andradas, reforçando-se os alicerces do terraço da frente do edificio, cujo parapeito deve ser fechado em toda a sua extensão, desmanchando-se as escadas da frente, servindo-se das lateraes para o ingresso.

Sei que isto não estará em harmonia com o melhor gosto; mas que fazer?

O que não resta duvida é que o rebaixamento da praça, até o nivel da rua dos Andradas, dá ao edificio da santa casa um aspecto magestoso, embora a falta das escadas da frente, especialmente a da igreja; mas as circumstancias não permitem cousa melhor.

Se se quizer rodear a praça com muro e grade, me parece que isso não poderá fazer bom effeito.

O melhor de tudo, supponho, é o arrazamento das escadas da frente, com o que se dá maior imponencia ao edificio, embora gritem alguns carolas que é um sacrilegio deixar a igreja sem escada; mas eu lhes responderei que a capella do Senhor dos Passos é particular, é do estabelecimento, que ali não é lugar de festas, nem de encomendações de defuntos.

Creio mesmo que d'aquella torre deve ser apeado o sino, que não serve senão para incomodar os miseros enfermos, que, apesar de pobres, devem, ao menos no leito das dores, merecer um pouco mais de attenção, e não serem a cada passo angustiado com o Jobre dos sinos, apenas reclamado pela vaidade dos irmãos da caridade que se vão para a vida eterna.

Se causa admiração o misero estado da praça da Caridade, o que se poderá julgar da rua da Independencia, que se lhe segue?

Aquillo ainda é o caminho dos moinhos de vento, tal qual como o fizeram os taes „ ilheos apodrecidos na preguiça“, em 1799!

É inacredilavel: desde o anno de 1799 até hoje ainda não houve um vereador que olhasse para aquelle miseravel caminho.

E deram-lhe o nome de rua da Independencia!!!

No entanto a rua ainda está dependendo de urgentes reformas.

O mais lindo arrabalde da cidade, não só pela sua posição elevada, de onde se goza a mais bella vista, como pela solidez do terreno, que o torna o mais salubre de Porto Alegre, conserva-se em completo abandono, quasi deserto, esquecido da propria edibilidade.

No fim do quatriennio da camara passada houve uma representação de varios proprietarios da rua da Independencia, propondo fazer á sua custa o alinhamento d'aquella rua até a rua Silveira Martins, desmanchando os angulos para dar-lhe uma vista esplendida; mas esta proposta creio que não foi acccita em razão de ser preciso o cofre da camara, mais tarde, concertar uns buracos que ficariam na parte que se alarçava.

E assim perdeu-se esta occasião de embellezar, em parte esta bonita rua.

Foi a mesma camara, que se accusou ao embellezamento da rua Independencia, que no ultimo dia de seccão do seu quatrienio votou uma postura absurda, impondo a largura de cinco palmos e meio nas janellas de todas as casas para perpetuar a memoria do seu zelo pelo engrandecimento do municipio.

Fallei-vos, cidadãos vereadores, da rua da Independencia em primeiro lugar, para chamar a vossa attenção que bem merece para aquelle ponto da cidade, não digo bem, do municipio.

E' da mais extrema necessidade dar-se alinhamento a esta rua até o Passo d'Arêa, e em seguida o nivellamento.

O nivellamento da rua Independencia eu considero como uma sangria desatada: ninguem pensa no futuro; ninguem calcula o progresso da cidade para remover os entraves que ficarão como herança aos vindouros.

Já houve algum de vós que se lembrasse dos males incalculaveis que tem de vir ao futuro do municipio se não se acudir de prompto ao nivellamento da rua da Independencia?

Calculou já algum de vós a importancia das ruas de Santo Antonio, Silveira Martins e D. Affonso, desde que fôr estabelecida na Varzea a estação da estrada Pedro I?

Calculou já algum de vós quantos centos de contos de réis deve custar o nivellamento da rua Independencia se forem vendidos os terrenos d'esta rua e edificados immediatamente?

Calculou já algum de vós que esta rua tem de soffrer um rebaixamento de dois, tres e quatro metros para tornar transitaveis as referidas ruas de Santo Antonio, Silveira Martins e D. Affonso, destinadas a levar as cargas do Caminho Novo para a Varzea e vice-versa?

Nada d'isso passou pela vossa mente, porque não vos lembrais do futuro, pois só cuidais do presente.

Se quizerdes perpetuar a memoria de vossa passagem pela administração do municipio, ponde em contacto immediatamente o Campo do Bomfim com o Caminho Novo.

Fazei rasgar as duas ruas de St. Antonio e Silveira Martins para o Caminho Novo, rebaixando quanto po-

derdes a rua da Independencia para diminuir a ingremidade das subidas.

Lembro-vos que já em 1834 o velho José Fernandes, cognominado o *mogango*, se queixava amargamente da camara, que não mandava tirar aquellas grandes pedras que interceptavam a marcha de seu carro e obrigavam a uma grande volta para vir á cidade.

Estas grandes pedras ficam nas proximidades do estabelecimento do sr. tenente-coronel Necco.

Mal sabia o *mogango* que meio seculo depois ainda lá se veriam as mesmas pedras obrigando os transeuntes a abandonar aquella estrada para tomarem a da Floresta, que lhes augmenta a extensão do caminho.

Para concluir:

Cidadãos vereadores, descei um pouco do vosso orgulho, procurai o concurso dos proprietarios de toda a rua da Independencia, até o Passo da Arêa; pedi-lhes em nome do municipio; invocai o seu patriotismo e obtereis d'elles tudo quanto for preciso em bem do aformoseamento do primeiro arrabalde de Porto Alegre.

Se assim o fizerdes, deixareis os vossos nomes gravados em letras de ouro nos annaes do municipio.

Considerai que não sois capitães-generaes, e que deveis ser considerados como *primus inter pares* e não senhores absolutos do municipio.

Com geito tudo arranjareis; ao contrario, ai do municipio, que terá de pagar com sommas enormes a vossa inaptidão.

Chega por hoje.

14 de janeiro de 84.

V

E' tão importante para mim o alinhamento e nivellamento da cidade, que não posso despedir-me ainda d'este assumpto, apezar de urgente necessidade de tratar de outros melhoramentos, igualmente importantes.

Fechai os olhos, cidadãos vereadores, e sonhai com o vosso bello Porto Alegre d'aqui a quarenta annos.

O que vedes?

Nada?

Pois o vosso fiscal honorario enxerga muita cousa borrita, a par de tantos horrores, deixados pela incuria da camara.

Não vêdes aquella varzea, tão descurada no passado, rodeada de palacios magnificos; aquelles soberbos hoteis, aquellas casas de commercio tão luxuosas, aquella immensa onda de povo a correr apressada e a desviar-se dos vehiculos de toda a especie que cruzam em todas as direcções?

Já vêdes que o Campo do Bomfim está collocado na gemma da cidade.

Muni-vos, pois, de uma planta d'este terreno que se chama arrabalde, até uma ou duas leguas, ou até o fim do municipio, e marcai sobre ella as vias de communicação, para facilitar o transitio a este immenso povo que vos figurei acima.

Prolongai a rua da Azenha até duas leguas de distancia, fazei descer aquelle calvario que se chama — estrada de Belem.

Não vos importeis com o cemiterio, que em breves annos ha de ficar dentro da cidade.

Cavai, cavai aquella ladeira para tirar a terra necessaria para encher as grandes sangas que ha pelas circumvisinhanças, não só publicas como particulares.

Methodisai a escavação e dai aos particulares a terra, que elles se encarregarão dos aterros, sem dispendio do cofre do municipio.

Regulai a largura das ruas, dai a esta, de que acabo de fallar, a extensão de cem palmos, assim como a do Malto Grosso, que deve ser alinhada igualmente.

Emfim, todas as ruas que hoje tem o nome de estradas, e que estão ainda desertas, devem ser alinhadas.

Parece-me já estar vendo as carêtas de todos vós, cidadãos vereadores, e ouvindo uma exclamação: — „onde se vai buscar dinheiro para tudo isso?“

Eu já vos tranquilliso:

A cidade de Porto Alegre, na sua cathogoria de capital da provincia, com os grandes recursos que possui, bém pôde ter no seu orçamento uma verba especial de quinze contos de réis para alinhamento e nivellamento de ruas.

E, demais, se a camara deixar o seu ar de impostura (perdão pela expressão), se confraternisar, como é de seu dever, com todos os cidadãos, pôde obter muita cousa gratuitamente.

Não é com multas e encargos impertinentes, a cidadãos de quem o municipio tem a esperar donativos importantes para abertura de ruas, que se ha de prosperar.

Na vida publica, como na particular, precisa-se saber viver.

Já vos fiz ver que a camara é a mãe do municipio.

A mãe de hoje differe muito da mãe da antiguidade: ja não se educa a vergalho, cachações e palmatoria.

Hoje, os meios não são barbaros, e com elles se tiram melhores resultados.

Voltemos a vacca fria, isto é, ao alinhamento.

A camara tem um exercito de empregados para tudo quanto ha, menos para o que é preciso.

Quem dirige as vossas obras?

Quem traça o plano de melhoramentos?

Ninguem: tudo é feito ao acaso.

Qualquer vereador, a quem muitas vezes faltam todos os conhecimentos necessarios, traça obras e as põe em execução segundo a sua phantasia; e ali ficam as monstrosidade para attestar aos vindouros que passou por sobre o meu lindo Porto Alegre o genio da destruição.

Não é só com o velho Mabilde, que alias desenvolve uma actividade que não se encontraria em muitos que se hade acudir ao grande serviço tecnico que exige o municipio.

Precisais, cidadãos vereadores, além do que tendes, de um habil engenheiro, mas que não seja só habil, que tenha amor ao trabalho e ainda mais amor à sua reputação scientifica, e que ambicione a gloria de seu nome.

Nomeai, pois, um engenheiro e dai-lhe, além do ordenado, que não pôde ser menor de quatro contos annuaes, uma cavalgadura, e vereis como fica esplendido o novo Porto Alegre.

Chamo novo Porto Alegre a parte baixa da cidade, que está ainda dependente de organização.

Quanto à antisa, só poderemos melhora-la com a ajuda da natureza, por meio de um terremoto...

Até lá, por mais que façam, se lhe poderá applicar estes versos castelhanos:

La mona, aunque lá vistan de seda,
Siempre mona queda.

Em nome do municipio, peço-vos encarecidamente que, quando tiverdes de nomear o vosso engenheiro, não vos guieis pelos empenhos dos politicos: procurai homem nas condições que acabo de apontar, sem vos importardes saber de que côr é a sua politica.

Preciso ainda dizer-vos alguma cousa sobre largura de ruas.

Tendes em vossos codigo de posturas um artigo que diz que as ruas deverão ter oitenta palmos.

E' preciso distinguir entre ruas e travessas.

Chamo ruas ás que marcam transito longitudinal, isto é, ás que dão entrada do exterior; estas devem ter, sempre que puder ser, cem palmos de largura, para poder ser desembaraçado o transito.

Exemplo :

Ide ao Caminho Novo, mesmo em dia util, e vereis a confusão que ali vae com o grande concurso de carros de toda a especie, além dos trilhos dos bonds e da estrada de ferro.

Este caminho não devia ter menos de cem palmos, e da mesma forma as ruas da Independencia, a do meio (que, sendo a mais antiga da cidade, ainda não está baptisada), a da Azenha e a do Matto Grosso.

As travessas, que só tem de dar sahida aos moradores e servem de conducto d'agoas para o rio, não precisam ter mais do que sessenta palmos.

E' uma cousa extravagante dizer-se : ruas de oitenta palmos e casas de janellas de cinco palmos e meio de largura.

A natureza compõe-se de grandes e pequenos : tudo deve de estar em relação ao serviço que tem de prestar.

Exemplo :

O monumental edificio da academia militar tem as janellas com cinco palmos e meio de largura.

Se aquelle monumento tem só cinco palmos e meio de largura nas janellas, como se pôde querer a mesma largura em uma meia agoa, que está edificada em qualquer terreno de desoito ou vinte palmos ?

Quem tiver bom senso diga logo : isto é um absurdo.

Outro exemplo :

Ide á rua da Olaria e examinai umas casas, que está construindo o commendador José Baptista, as quaes mereceram as honras de um embargo por parte da camara — por ter sómente a largura de cinco palmos nas janellas, e comparai-as com os quatro lances que ficam em frente e que têm cinco e meio de largura nas janellas, e dizei-me o que parece aquillo comparado com as do commendador José Baptista.

As do commendador guardam todas as proporções

das regras architectonicas, e as outras parecem uma ratocira.

E a razão d'isto ?

E' porque a postura que estabeleceu tal absurdo foi feita por pessoa totalmente ignorante das regras da architectura.

E assim vai o mundo...

Tende paciencia, cidadãos vereadores, com esta critica.

Em minhas palavras sou guiado pelo amor que voto a este bello Porto Alegre.

17 de janeiro de 1884.

VI

Antes de entrar em materia, tenho que fazer uma rectificação ao meu ultimo relatorio, para que não reste a menor duvida sobre o que digo e affirmo:

Deveis lêr no meu ultimo relatorio o seguinte, quando trato do *calvario* da estrada de Belém:

“Não vos importeis com o cemiterio, que, em breves annos, tem de desaparecer d'ali, por ficar dentro da cidade..”

E já que fallei em cemiterio, devo ainda insistir pelo rebaixamento d'aquelle *calvario*, o que pôde ser feito sem dispendio do cofre da municipalidade.

Dai o aterro a quem o quizer, e vereis que no decurso de seis mezes a ladeira desaparecerá.

Experimentai, e vereis se o resultado não é proficuo.

Não vos descuideis, porém, de mandar um dos vossos fiscaes guiar o serviço, para que o morro não se transforme em um abysmo.

Se fizerdes isto, cidadãos vereadores, podereis contar cada um de vós com uma bandeija de doces, que vos mandarão os proprietarios de cocheiras, cujos interesses n'este momento represento.

Desde que a ladeira desaparessa até a altura do cemiterio, a Santa casa assentará ali uma escada, pela qual se subirá facilmente para o cemiterio, sem perigo para o pobre cidadão que ali vae prestar um acto de caridade, e sem prejuizo dos cocheiros, que vêem arrehentarem-se os miseros cavallos n'aquella infernal subida em semi-circulo.

*

O vosso fiscal honorário já anda pelas ruas da amargura por que não fallou n'esta rua, n'aquella estrada ou em tal praça.

Até de patoteiro já foi tratado, apesar de servir gratuitamente.

Tenham um pouco de paciencia: não posso fazer tudo em um só dia.

Estou apenas principiando, pois ainda não passei do quinto relatório.

Tenho de fazer muita cousa; deixai que faça o serviço á minha vontade, com methodo e clareza.

Hei de voltar á rua da Independencia.

Já fostes cidadãos vereadores, vêr com os proprios olhos o que por ali vai de progresso?

Nenhum de vós lá foi.

Ide, ide depressa, ide em corporação: examinaí com attenção aquella bella rua: dai um alinhamento que aformoseie aquelle lindo bairro.

Mandai o vosso engenheiro planejar os melhoramentos que são necessarios.

Mas isto deve ser depressa, dentro de poucos dias.

Se não tendes gente de casa, chamaí um profissional qualquer para esse serviço.

Pagai quinhentos mil réis ou um conto de réis pelo parecer de pessoa competente: mas não deixeis de salvar a rua dt Independencia—da fatalidade a que está condemnada.

Devo aqui abrir um parenthesis que julgo muito necessario:

Não penseis que o vosso fiscal honorario quer impingir-vos algum dos de sua grex para engenheiro ou outro qualquer emprego.

No nosso acampamento republicano não ha choringas a empregos, nem solicitadores ás boas graças.

Aqui ha cidadãos que não se emportam em desagravar a quem governa; pois só tem em vista os interesses da patria.

O nosso acampamento só tem para offerecer aos seus obreiros a enxada que tem de limpar do caminho do futuro as arzes e parasitas que o atravancam e esterilizam.

O vosso engenheiro não pôde sósinho acudir a todo trabalho que d'elle se exige, mórmente não tendo elle força moral, porque lh'a tendes tirado.

A ultima opinião a seguir é a do vosso engenheiro, que tem de approvar todas as asneiras que se fazem, e ainda carregar com a responsabilidade de tudo.

O importante municipio de Porto Alegre não, pôde estar sem um habil engenheiro com um ajudante, os quaes não terão tempo para coçar as pulgas se quizerem cumprir com seus deveres.

Não é de mais repetir-vos:

Já quem não podemos endireiir o velho Porto Alegre, que a incuria da camara deixou entortar, façamos um novo.

Para se fazer um novo Porto Alegre precisa-se de base: essa base é a planta do terreno: isto só não enxergará quem não tiver senso commum.

Não são sómente os parentes do fiscal honorario que sabem medir terrenos, nem elles vem repartir com este os seus proventos.

Ha, felizmente, muita gente habilitada que quer ganhar dinheiro honestamente.

Já vos fallei da rua St. Antonio, mas ha necessidade urgente de voltar a ella.

Permitti, pois, que vos faça mais umas interrogações:

Já medistes a largura da rua St. Antonio?

Meditastes no importante serviço que lhe está reservado, desde que se faça a estação da estrada Pedro I no Campo do Bomfim?

Nada d'isto fizestes.

Mas fez o vosso fiscal, que serve de graça: não digo bem:—que serve pelo pagamento da injuria.

A rua de St. Antonio só tem cincoenta e oito palmos, devendo ter oitenta.

Estão dividindo os terrenos, o que a camara tambem não sabe, devendo saber-o.

Porque razão a camara, até em corporação se preciso fôr, não se dirige aos proprietarios dos dois lados, a pedir, em nome do municipio, para cada um d'elles dar dez palmos para o alargamento, fazendo-lhes ver que isto é em proveito d'elles, porque augmenta a belleza da rua e, por consequinte, o seu valor pecuniario?

Nada d'isto se fará, porque a camara está collocada muito alto para descer de sua dignidade, indo implorar o favor dos proprietarios.

Mas eu devo lembrar que sois mandatarios do povo e que, portanto, deveis servir ao povo.

Parece que houve quem entendesse que o vosso fiscal censurou o embargo ao commendador Baptista por julgar que o rigor da lei deve recahir sómente sobre os pobres.

Supponho que fallei bem claro; mas como fallo para os representantes do povo e, portanto, para o mesmo povo, fallarei mais claramente :

O sr. vereador Felizardo mandou construir a rua Lima e Silva oito moradas de casas para alugar.

Segundo a construcção das casas, o mestre da obra, que é profissional, deu-lhe cinco palmos de largura nas janellas, com o que concordou aquelle vereador. É com o que também concordo, não só porque a postura dos cinco e meio é absurda e vexatoria, como porque já tinham pedido á assemblea para não approval-a, visto estar dependente de exame.

O sr. vereador Vellozo, porém, com ares de superioridade tomando conta da chefia, mandou logo embargar as obras do commendador Baptista, porque as janellas tinham sómente a largura de cinco palmos e uma pollegada!

Sua mercê esqueceu-se de que para ostentar a sua rectidão ia sacrificar o decóro da camara, na pessoa de um de seus membros, e quiza de si proprio, dando lugar a que aquelle commendador dissesse o seguinte ao presidente da camara, em plena secretaria e á face de seus subalternos :

“Esta camara tem duas leis : uma de Deus, que é para os srs. vereadores, e outra do diabo, que é para mim e outros pobres como eu.”

O vosso fiscal honorario, cidadãos vereadores, impoz-se em sua nomeação o dever de fallar-vos a verdade, sem importar-se com a demissão que possais infligir-lhe : mas, apesar d'isso, deseja poupar-vos qualquer desgosto, por isso vos dirá em reserva que com um cadarço tomou a largura das janellas embargadas ao commendador Baptista, e foi confrontal-as com as do vereador Vellozo, na casa que reconstruiu á rua da Independencia, e achou a mesma largura...

Mas esta tinha argamassa feita com leite...

?? de janeiro de 1881.

VII

Conheço agora, por experiencia propria, o apuro em que se acham os oradores, ainda os mais pujantes,

para se livrarem dos apartes que chovem de todos os lados com o fim de desviar-os de seu proposito, interrompendo-lhes o fio do discurso.

Neste caso se acha hoje o vosso fiscal : não ha, pois, outro remedio senão responder aos apartes, para depois continuar a sua tarefa.

Não ha escadarias, não ha cidadellas a escalar, nem amor aos burros de preferencia ao homem, e nem finalmente protecção aos donos de cocheiras.

O vosso fiscal fallou claramente :

É de urgente necessidade desmanchar a ingremidade da estrada de Belém, que corre paralella com o cemiterio, pela parte de leste, e dar-lhe a largura de cem palmos, porque isto não custa dinheiro.

Rebaixada a estrada, os carros não tem necessidade de fazer a subida em semi-circulo para o cemiterio : seguirão pela estrada de Belém até lá, onde se collocará uma escada para subir ao cemiterio.

Não ha escadas de centenaes de degrãos; ha apenas uma escadinha de dez palmos de largura com vinte ou vinte e cinco degrãos, com o que, repito, são poupados os pobres animaes: que apesar de irracionaes, devem merecer a nossa compaixão.

Ainda me lembro d'esta maxima estampada em um traslado de escripta da escola onde aprendi :

“Fazer mal aos animaes é indicio de máo caracter.”

Esta mesma camara em certa occasião assim o entendeu, quando collocou em seu código de posturas um artigo que impõe a multa de quatro mil réis aos carroceiros que castigam os animaes desapiadadamente.

Mas os apartistas pensam ao contrario.

Pois fiquem-se com o seu entendimento, que eu procederei de conformidade com o preceito moral que encerra aquella maxima.

Em resumo, a ladeira da estrada de Belém deve ser rebaixada para poder dar facil transito aos carros, para servir de nivel ás propriedades que ali se fizerem, e para correr o bond, ao qual também tem direito os moradores d'aquella estrada, que é das taes longitudinaes, e que se não tem transito presentemente é porque é elle obstado pela ingremidade da estrada.

Parece que agora devo ser comprehendido.

Toca a vós, agora, o cumprimento do vosso dever.

Dai, o aterro do calvario a quem o quizer, porém, não é demais repetir-vos : ponde lá um dos vossos

empregados para fiscalisar o serviço : alargai a estrada até com palmos; deixai trinta palmos para o cemiterio, que em breves annos tem de desaparecer d'ali por ficar dentro da cidade.

Já vedes, cidadãos vereadores, que o vosse fiscal, defendendo o interesse dos cocheiros, defende o interesse do publico, do qual elles fazem parte integrante.

Não conheço interesse publico que não favoreça alguém.

Infallivelmente alguém ha de lucrar com os melhoramentos.

No rebaixamento da ladeira represento os interesses dos carroceiros, que ali irão buscar o aterro para vender: logo, deve continuar o calvario, porque o carroceiro lucra.

A facilidade do transito tambem não aproveita senão aos que lá passarem; portanto, ali está o interesse particular protegido.

Cabe aqui recordar-vos um facto que se passou em presença do vosso fiscal honorario :

Um cidadão lembrou ao sr. Miguel Teixeira, quando presidente da camara, a necessidade de aterrar uma grande lagôa na estrada do Matto Grosso.

— Não posso propôr isso a camara, respondeu aquelle honrado cidadão, porque é ali o caminho da minha chacara: vou dar lugar a que a maledicencia venha attribuir vistas interesseiras, e que hão de dizer que gasto o dinheiro da camara para arranjar commodô caminho para a minha chacara.

Em vista d'isto eu desejaria saber o que é bem publico:

Eu já ouvi, algures, explicado por uma beata o que era bem publico.

O bem publico, que devemos praticar, porque nos leva á salvação, é sahir com um sacco a esmolar o óbulo de S. Pedro para remettel-o ao papa.

Para salvar nossas almas precisamos de penitencia, e não pôde haver maior penitencia do que subir o pobre cidadão todos esses calvarios que por ali ha em busca do pão para os filhos, que por fim de contas são elles que formam a nossa cruz.

Outro aparte impertinente :

Não ha nada mais extravagante :

„Ruas de oitenta palmos (e os cinco palmos e meio das janellas ? ficaram no tinteiro ?)...

„Quer que a camara vá pedir aos proprietarios para alargarem a rua St. Antonio, e ao mesmo tempo que se dê só sessenta á nova rua que querem abrir entre a rua do Imperador e Imperatriz que tem oitenta.

A rua da Imperatriz não tem oitenta, tem noventa e nove.

O vosso fiscal não quer que a nova rua tenha por força sessenta palmos.

Aqui está o sophisma.

Vá a verdade para a frente :

Todas as agoas do campo estão encaminhadas para o becco de d. Aurelia, indo depositar-se nos terrenos particulares dos herdeiros de Lopo Goncalves Bastos, onde formam sangas.

Os herdeiros de Lopo, cansados de aturar semelhante abuso por parte da camara, que em um seculo não achou tempo de providenciar para que as agoas do campo fossem encaminhadas para o rio, offereceram á camara uma rua de sessenta palmos, nas proximidades do becco com o fim de por ella correrem as agoas desde a varzea até o riacho.

Não ha nada mais louvavel, nem mais util

Pois houve mais de um vereador a oppor-se a isto, dizendo :

„A lei manda que as ruas tenham oitenta palmos. Elles que dão sessenta é porque lucraram com a rua ; por conseguinte, devem dar oitenta.”

Expliquemos a cousa melhor, para evitar os apartes.

A camara vai compôr o Campo do Bomfim : precisa de conducto para as agoas : o becco de D. Aurelia não tem sabida : os proprietarios fecham a entrada das agoas para dentro de sua propriedade. etc.

Tem a camara de comprar vinte tantos palmos para alargar o becco, e fazer um cano em todo o seu comprimento : comprar mais oitenta palmos para o rio, atravessando tres ruas, e n'ellas duas propriedades, afim chegarem as agoas ao rio.

Quanto custia isto ao pobre cofre da camara ?

Os sessenta palmos offercidos pelos proprietarios não custam um centil.

Porque razão a camara, que está obrigada a fazer todo aquelle dispendio para o esgoto das agoas, não compra os vinte palmos precisos para dar a largura de oitenta palmos á rua offertada

Disseram alguns vereadores que a camara não tem dinheiro.

Pois se não tem dinheiro, receba agradecida o presente e beije as mãos generosas que fizeram.

Eis ahí a razão por que o fiscal honorario quer que se sirvam da rua com sessenta palmos e póde mesmo exclamar cheio de indignação.

—E' uma extravagancia, para não dizer um crime, deixar-se de receber esta rua de sessenta palmos para commetter-se a maior de todas as prepotencias, como é a de querer-se obrigar os proprietarios a receber e encharcar em seus terrenos as agoas da rua, dando-se por pretexto não ter a camara dinheiro para comprar os vinte palmos.

E de mais : não ha paridade entre a rua de Santo Antonio e esta.

A de Santo Antonio tem uma só casa, é verdade, mas precisa ser cego para não vér que, estabelecida a estação da estrada de ferro no Campo do Bomfim, quasi em frente á rua de Santo Antonio, tem de ser aquella rua o principal conducto para o centro do commercio, que está no littoral.

A grande concurrencia a de obrigar a companhia de bonds a estabelecer ali linhas duplas, afóra os centenares de carros que hão de por ella correr podendo sobretudo ser obtido o alargamento de amor em graça.

Nada d'isto é verdade: é a alavanca do fiscal honorario que está levantando os interesses dos Lopes, pai e filhos.

Procurai, procurai que por fim achareis o movel que dirige o vosso fiscal honorario.

28 de janeiro de 1881.

VIII

Peço-vos perdão pela vehemencia com que conclui o meu ultimo relatorio.

Deram lugar a ella os malditos apartes.

Continuo, pois, a minha tarefa.

Que a discussão traz a luz, não se póde negar; de toda a parte surgem objecções, que é preciso contestar e explicar.

Houve um amigo do vosso fiscal que perguntou-lhe:

—Como não ficam as margens da ladeira de Belém, se se puzer aquillo chato...

Vou explicar-me :

Não quero, quando peço a extincção da ladeira,

que fique a rua chata: isso é bom para o Rio de Janeiro, onde uma chuva torrencial de meia hora põe as ruas sem transito, obrigando o pobre cidadão, que tem pressa de chegar ao seu destino, a ficar por muito tempo dentro de qualquer corredor ou armazem, ou a tirar as botas e arregaçar as calças para seguir seu caminho.

Quero que as ruas tenham bastante declive para escoamento das agoas.

Talvez que já não vos lembreis como era ha poucos annos ainda a rua da Independencia, desde a caridade até á rua de Santo Antonio.

Não védes a casa do cidadão Francisco Gonçalves Carneiro, formando um redzeto a quatro metros de altura do nivel da rua ?

Pois aquella casa estava ao rez do chão.

Ide pela rua da Independencia, dobrai o canto do becco do Barboza e ali vereis um promontorio com cincoenta palmos de alto.

Tudo aquillo foi cavado para dar transito commodo ao respeitavel publico.

E por que não ha de continuar esse serviço pela rua da Independencia, demanchando o *repeixo* (deixai passar a expressão, que é dos nossos patrios da campanha) que fica em frente á rua Silveira Martins, para poder estender-se até ali a linha de bonds, de que tanto precisam aquelles moradores ?

E' o que se dá na estrada de Belém.

E tudo isto se deve fazer enquanto as ruas estão despovoadas, para não prejudicar os proprietarios, como aconteceu aos da rua Senhor dos Passos e de outros lugares.

Apezar da pressa que tenho de chegar a outros pontos do municipio, que bem precisam de vossa inspeção, não posso ainda abandonar a estrada de Belém e suas adjacencias.

Conheceis a ponte da Azenha ? sua origem ? sua construcção ?

E' preciso conservar aquella gloriosa lembrança do passado para servir de confronto com a do Menino Deus.

Os emprezarios da fallida maxambomba, que tão funesto resultado deu a seus fundadores, mas que abrio o caminho do futuro para facilitar o pereurso por sobre a ponte, com licença da camara rebaixaram

tres palmos a altura da ponte, isto é, tiraram todo o aterro de cima do arco e collocaram a calçada sobre o tijolo que o fórma.

Pergunto a quem fór entendido :

Aquella calçada, tão mal assentada sobre o tijolo do arco, deixando n'elle penetrar a humidade, não o damnificará a ponto de desmoronar quando menos se esperar ?

Na minha opinião, deveis mandar restabelecer o aterro de cima da ponte e rectificar a calçada, alteando mais as avenidas de um e outro lado afim de se chegar a ella com facilidade, para o que mandareis vir a terra da ladeira do cemiterio.

Passarei agora a outro ponto :

Está bonita a calha que se constrúe á rua General Lima e Silva, mas o que está feia, horrivel mesmo, é a direcção que, parece, ella leva para dar esgoto ao celebre boeiro dos herdeiros de Lopo Gonçalves Bastos, sem haver a menor necessidade.

Porque razão ha de a camara provocar um conflicto que tem de trazer a esta corporação uma tremenda decepção, decepção que será acompanhada de regular prejuizo para o já mingado cofre do municipio?

Se a rua tem altura sufficiente para conduzir a calha á nova rua offertada, por que se teima em levar o esgoto para o terreno particular ?

Não leveis a mal estas observações.

Vosso fiscal honorario deseja poupar-vos os desgostos que vos trarão actos menos reflectidos.

Reflecti antes de pôrdes em execução o que pretendes.

Consultai o vosso advogado, do contrario a decepção é certa, e com a decepção a quebra da força moral indispensavel para bem cumprirdes o vosso dever.

31 de janeiro de 1884.

IX

Tratemos hoje do Campo do Bomfim.

Tendes no orçamento municipal verba especial para o Campo do Bomfim.

Não leveis, pois, a mal que venha o vosso fiscal honorario trazer o seu concurso para as obras que ali tem de ser feitas.

E' preciso que tenhais muita cautella na organisação do plano de melhoramentos que ali se devem executar; se não quizerdes deixar aquelle bello logradouro em peor estado do que se acha.

Suggero-me estas considerações a mania que noto em muitos vereadores de quererem estabelecer jardins por toda a parte, sem se lembrarem que a conservação dos jardins custa muito dinheiro, que é necessario para outras despezas urgentissimas.

Deixem-me já explicar o meu pensamento, antes que se venha inverter as minhas palavras e o meu pensamento.

Já está ajardinada a praça Conde d'Eu, e, note-se, com muito gosto, com muito capricho.

Igualmente o estão na praça de Pedro II e Harmonia.

Para que mais jardins ?

A camara sabe que só do mercado custa quatro contos de réis por anno ; n'este andar, lá se vai o rendimento do municipio, em detrimento da cidade baixa e dos outros locais.

Todos são filhos e tem direito ao mesmo conforto, aos mesmos gozos.

Continuemos,

Se não derdes desde já andamento aos trabalhos do Campo, temo que não os leveis a cabo durante o corrente anno.

Não tendes ainda a base, que é o nivelamento.

Ainda não se sabe para onde devem correr as agoas, que é a cousa mais essencial.

Se quizerdes nivelar o Campo, tornando-o completamente enxuto, em termos de fazer ali um parque á moda do do campo de Sant'Anna, no Rio de Janeiro, enterrareis toda a verba sem conseguirdes mais do que a quarta parte do aterro.

Melhoremos, pois, como o pobre melhora o seu patrimonio, e, mais tarde, quando formos mais ricos, aproveitemos a nossa maravilha.

Embora a presente geração não chegue a gozar o embellezamento de que é merecedor o nosso lindo Campo, sempre os vindouros nos agradecerão se o livrarmos das garras da usurpação, para que elles o gozem socegradamente.

Ahi vai a opinião do vosso fiscal, que fica sujeita, já se sabe, a preferencia de outra, que seja melhor ou de pessoa mais autorisada :

Nivelai as tres ruas que margeam o Campo, fazendo seguir para o rio as agoas por esta fórma :

Só as agoas da rua da Azenha, desde a descida da praça da Independencia, devem encaminhar-se pelas ruas que vão ter á da Margem, enchendo-se o becco de d. Aurelia, para que por ali não corram mais agoas.

Acho mais acertado e economico que a camara dê de presente o becco—se elles quizerem—aos dois proprietarios dos lados, com obrigação de o aterrarem em dois mezes, e servindo-se a camara da nova rua Lopo Gonçalves para o conducto das agoas.

Se conservardes aquelle becco, tereis ali um sorvedouro de dinheiro, sem proveito algum para o publico.

Todas as outras agoas do campo devem descer pelas ruas Vieira de Castro e Sant'Anna, por esta ultima principalmente, porque tem grande declive para o arroio da Azenha.

Com esta distribuição das agoas pouco atterro sera necessario no centro do Campo, ficando assim maior somma para ser applicada ás tres ruas, e podereis fazer desaparecer aquelle immundo vallo que corre pela rua do Imperador, o que a inutilisa em grande parte.

A respeito de obras de arte nada mais deveis fazer senão a plantação de arvores em toda a roda e alguns bancos para n'elle se sentarem os passeantes.

Mas sereis mesmo capazes de proceder com acerto sobre a plantação das arvores e sua conservação ?

E' esta a maior difficuldade que encontro.

Já me parece estar vindo fincar moirões de salseiros por toda a parte.

Para o Campo devem vir as figueiras do matto, de preferencia, e d'estas mesmo as de folha grande, que, além de fazerem copa mais fechada, estendem menos raiz.

O carvalho, se se pudesse obter, seria a arvore da minha preferencia, mas é impossivel obter-se, além de que leva quinze annos para fazer copa.

A casuarina tem a vantagem de crescer em tres annos, e, plantada a distancia de quinze palmos, faz boa sombra.

Ha tambem a paineira—mas esta despede-se no inverno.

Em resumo :

Preparai as tres ruas com as respectivas calhas de

ambos os lados, plantai o arvoredo na fórma indicada e tereis feito muito.

Arrisco ainda uma idéa sobre plantação do arvoredo, mas peço-vos que acrediteis que nenhum movel dirige o vosso fiscal senão o mais puro patriotismo.

Contratai a plantação e conservação do arvoredo com um só individuo, com a clausula de ser pago no fim de tres annos, embora custe duas ou tres vezes mais.

Por outra fórma nunca teremos arvores, mas o dinheiro tem de ser escoado.

Está traçado o plano de melhoramentos a fazer no Campo do Bomfim.

Serão elles levados a cabo com felicidade ?

Ou cahirá elle nas garras da aguia que paira no espaço, ensaiando a sua absorção ?

4 de fevereiro de 1884.

X

Estão de profalsas os moradores do Campo do Bomfim e rua general Lima e Silva pela resolução que tomastes, embora tardia, pra evitar um prejuizosinho ao cofre do municipio—pelo que vos felicito.

A resolução que agora tomastes era a unica consentanea com os interesses do municipio, como em breve tereis de reconhecer.

Julga o vosso fiscal honorario recordar-vos que o mez de fevereiro já vai quasi em meio, e que se no fim d'elle não estiver adoptado o plano de melhoramentos do Campo do Bomfim, não teremos ainda este anno a plantação do arvoredo.

Apezar das objecções dos ignorantes, cada vez me convenco mais da necessidade do nivelamento das novas ruas.

Fez-se uma casa no becco do Jacques, esquina do do Oitavo.

Esta casa ainda não está acabada e já fica enterrada, como igualmente fica o sobrado do cidadão dr. Bittencourt, se se quizer nivelar convenientemente o mencionado becco do Jacques, com o alicerce no ar.

Já que fallei em becco do Oitavo, devo dizer-vos o que penso a respeito d'elle.

Se pretendes, como parece, nivelar e calçar o becco do Jacques, não podeis por fórma alguma deixar

de levar o aterro em todo o becco do Oitavo até á Varzea, e fazer a competente calha para conduzir as agoas em putrefacção que se escoam de dentro do quartel, tornando insupportavel a habitação n'aquellas paragens.

Não vos esqueçais tambem, porque não custa dinheiro, de mandar arrear o muro da casa que occupa o cidadão José Monteiro, em frente ao quartel.

Para que havemos de deixar esmagar algum pobre soldado para depois cumprir o determinado nas posturas?

Aquillo é uma raioeira armada ao transeunte, que quasi exclusivamente é o pobre soldado, porque o publico foge d'ali, por não poder soffrer o aroma sufocante que vem d'aquelles charcos.

O vosso fiscal honorario sente profundamente a vossa divergencia com o cidadão vereador Gusmão, pela questão de plantar. Lamenta de coração este incidente, que, segundo tenho ouvido, vai arredar de seu posto um dos melhores vereadores, moroso, é verdade, em suas resoluções, mas sempre bem intencionado, procurando pautar o seu procedimento de conformidade com o bem do municipio.

Desejaria tambem o fiscal honorario perguntar-vos, por sua vez :

Tendes planta da cidade ? tendes nivelamento ?

Parece-me que posso afoutamente responder pela negativa.

Tendes muita cousa, é verdade, mas é por isso mesmo que nada tendes.

De que vos serve terdes a antiga planta do coronel Rossio, a de Luiz pedreiro e outras muitas, se não tendes o que precisais ?

Que vos importa a planta, nem o nivelamento da cidade velha ?

Podereis mais endireitar a tortuosidade das ruas, a ingremidade das ladeiras, já edificadas e calçadas ?

Nada d'isso podeis melhorar.

O que precisais é um plano para uma nova cidade em continuação da velha.

E para isto, que é o que mais se precisa, nada tendes.

Eis a razão porque o vosso fiscal honorario quebra laucas, sem se importar com o dizem os ignorantes, pelo alinhamento e nivelamento das ruas de Santo Antonio, Silveira Martins, da Independencia, da Flo-

resta, de Belém, do Matto Grosso, do capitão Montanha, do Imperador, da Imperatriz e outras presentes e futuras que se cruzam com estas.

E para isto que precisais de planta.

Já que se trata de melhoramento do Campo do Bomfim, desejaría que explicasse a razão por que não se abriu ao publico o prolongamento do becco do Firme (ou Avahy) ?

Creio que tendo sido pago o terreno, a abertura da rua devia ser consequencia necessaria e immediata. Lembro-vos isto porque nos melhoramentos do campo deve ser contada esta rua para o conducto das agoas para o Riacho.

E o muro das freiras !

Outro caroço, que parece não póde passar na garganta da camara.

Não está autorisada a despeza a fazer ?

E a rua dos bonds, travessa da Olaria (valha o nome que tiver), ficará sem prolongamento para o rio ?

Ah! dignos cidadãos vereadores, se não fóra aquelle celebre embargo, o vosso fiscal honorario, por Deus que vos obteria do commendador este magnifico presente, e o que é mais, acompanhado de outros muito valiosos para o aformoseamento e complemento da cidade.

Agora.. é chorar na cama que é lugar quente.

Para terminar :

Está annunciada a mudança do corpo politico da praça Conde d'Eu.

Aproveitai a oportunidade representai ao governo da provincia e ao imperial para que mande vender aquelle pardieiro, antes que o governo se lembre de mandar fazer ali alguma estribaria ou arrendar a alquem para criação de porcos, sem respeito ao que dispõem as vossas posturas.

Aquelle calabouço foi edificado para a thesouraria da fazenda e com effeito ali funcionou aquella repartição por espaço de sete annos !

Apressai-vos.

E por hoje basta.

7 de fevreiro de 1884.

XI

* Ha annos vi no orçamento municipal uma verba autorisando esta camara a applicar o producto da ven-

da dos terrenos do antigo matadouro ao cães da margem do riacho.

Não tendo conhecimento das razões pelas quaes não se cumprio aquella verba, perguntei a um amigo o que sabia a respeito e disse-me elle que se esperava conclusão da venda para se dar applicação ao disposto na lei.

Não sei se é assim: supponho que nenhum mal viria ao municipio se se fizesse aos poucos esta obra de embellezamento.

De grão em grão enche a galinha o papo.

O cães da margem é uma das cousas mais importantes para o aformoseamento da cidade, e, no entanto, tem cahido no esquecimento, assim como outros melhoramentos d'aquelle bairro.

A obra do cães deve de gastar centenas de contos de réis, porque deve prolongar-se pelo caminho de Bellas indefinidamente, mas pôde ser feita em pequenas seccões.

Mandai fazer, por exemplo, cem metros cada anno, atterrando logo a parte correspondente, e em dez annos tereis um kilometro de cães.

Este modo de pensar — *não tendo dinheiro para fazer uma casa grande, é melhor nada fazer* — não deve ser admissivel, especialmente n'este caso.

Está nas mãos da camara levantar qualquer bairro da cidade que esteja em atrazo, pois qualquer coisa dá-lhe importancia.

Haveis de querer um exemplo.

Eil-o:

Alguns de vós conhecem a capital do imperio: podeis, portanto, apreciar o que vou contar-vos.

Retrocedamos ao tempo da minoridade do sr. d. Pedro de Bragança.

Estamos no mez de abril de 1842.

A cidade do Rio de Janeiro era toda preparativos para receber a futura imperatriz.

Como era natural, tratou a camara de designar o lugar do desembarque.

— Deve ser no largo do Paço, dizia um vereador.

— Deve ser na praia dos Mineiros, dizia um outro.

— Pois nada d'isso serve, diz a voz autorizada de Felipe Nery de Carvalho. Ha de ser na praia do Valongo.

Uma gargalhada geral acolheu esta proposição.

— Bem mostreis que sois uns cegos, replicou aquel-

le grande patriota. A imperatriz deve desembarcar no Valongo, por ser o lugar mais proprio para a magestade do acto, por ficar no extremo opposto do paço da cidade.

Santo Deus! exclama um vereador horrorizado. Que idéa farão de nós: não só a imperatriz como o seu numerosa sequito? Pois havemos de receber a imperatriz na praia dos despejos?...

Mas era Felipe Nery quem propunha: a sua opinião era a mais autorisada, porque a de um potentado do commercio, e portanto devia ser aceita, e foi.

Vou agora descrever-vos o que era a praia do Valongo em abril de 1842:

Não temos aqui cousa tão inferior, que possa ser comparada com o Valongo.

Valongo era o lugar destinado para o despejo de materias feacas de todo aquelle bairro: tinha uma pequena praça, tão immunda, que afugentava os transeuntes.

N'esta praça vendia-se carvão, lenha e capim.

Aformoseava esta praça uma porção de cortiços, na maior parte occupados com negras minas que se empregavam no commercio de mocotô, que era consumido por aquella gente miseravel que por ali habitava.

Ao meio dia era servido nas barracas das negras minas o classico feijão com xarque, a marujos e serventes de obras, por quarenta réis o prato.

Eis ahí, mais ou menos o que era o Valongo, onde devia desembarcar a princeza das Duas Cecílias que vinha felicitar o imperio do Brazil e dar nove rebentos á arvore da monarchia.

Felippe Nery, como é natural, autor do projecto, foi o encarregado de sua execução.

Em trinta e seis dias foi edificado o cães que ainda hoje lá se vê.

A praça foi toda calçada, assim como reformada, em grande parte, a de toda a rua do Valongo até á de S. Joaquim, sendo caiadas e pintadas todas as casas.

Foram lincadas em frente de toda a praça linhas de oito metros de altura, nas quaes foram pregados pannos á laia de bastidores de theatro.

Um habil scenographo em poucos dias ali pintou magnificos palacetes.

No centro da praça, e no mesmo gosto, foi collocado um torreão chinéz.

Tudo isso foi illuminado em transparencia por milhares de luzes, que deram ao pobre Valongo uma vista phantastica.

Os nomes de Valongo foram todos substituidos pelos de Imperatriz.

Quatorze annos depois de representado o espectaculo que acabo de descrever-vos, e que foi por vosso fiscal honorario presenciado, apresentava a praia do Valongo uma magnifica vista com seus grandes sobrados, em cujas lojas aristocraticas os tafues iam comprar todas as bugigangas que a moda nos tem trazido, seguindo-se em toda a rua numerosas fabricas, a maior parte de moveis, ficando do antigo Valongo somente a lembrança da mente de alguns carrancas como o vosso fiscal honorario.

Apliquemos agora o exemplo á nossa cidade :

Mandai edificar no lugar mais conveniente na volta do Riacho um mercado, que é a maior de todas as necessidades para todo aquelle povo que habita este lado da cidade.

Tendes obrigação de procurar a commodidade do povo, especialmente da pobreza.

Nenhum de vós calcula os trabalhos e nesessidades de toda aquella gente pobre, que não tem por quem mandar a tão grande distancia prover-se do necessario para a sua manutenção.

Em minha opinião, Porto Alegre já devia ter quatro mercados.

E' caso de repetir-vós : deixai de particular a ignorancia de muita gente (fallo em these), que, sem idéa propria, ataca tudo quanto se enuncia de novo.

Em tudo vê o interesse particular.

Não se admite que se possa lembrar um melhora-mento qualquer por mero patriotismo e amor ao povo.

Um mercado não custa um ceitel ao cofre do municipio.

O mercado que vos peço não, é um monumento commercial, como o que temos, é uma derivação d'aquelle.

Com trinta contos de réis podeis fazer o mercado que vos proponho.

Não tendes trinta contos, eu sei, mas tendes credito.

O dinheiro no banco só rende quatro e meio por cento; podeis, pois, obtel-o a seis para a vossa obra.

Apenas dispendereis, por adiantamento, o juro do primeiro azno.

O aluguel do mercado o menos que pôde fornecer é deoito por cento ao anno, do capital!

Pagos os premios e amortizado o adiantamento do primeiro anno, em' oito annos tereis amortizado toda a divida e ficareis depois com o sex rendimento, que progressivamente augmentará.

Em resumo, deliberai

Faltam apenas vinte dias para a reunião da assemblea : pedi autorisação e ponde em pratica o que ahi fica proposto, que tereis prestado o mais recommendavel serviço.

Já me ia esquecendo : os moradores do Menino Deus vos agradecem o mimo: o vosso empreiteiro tem des-empenhado galhardamente o compromisso tomado : a parte já concluida dá garantias do resto.

E' assim que se faz.

Continuai, e sereis, quando vos retirardes, acompanhados dos louvores dos vossos concidadãos.

Chega por hoje.

11 de fevereiro de 1884.

XII

Acabo de saber que nomeastes uma commissão para escolher o local para o mercado do 3.º districto.

Meus parabens áquelle povo, que, parece, vai entrar na senda do progresso.

Oxalá seja a obra realizada com presteza, porque d'ella depende, em grande parte, o adiantamento d'aquelle bairro.

Outro tanto não acontecerá com o cães, que fica adiado para as calendas gregas, se não tiver outro dinheiro para ser comecado se não o do matadouro de St. Thereza.

O vosso fiscal supptinha, quando leu a disposição orçamentaria, que ella se referia ao producto da venda dos terrenos do antigo matadouro da rua da Azenha esquina á da Imperatriz.

Este matadouro, sim, tem rendido e continuara a render : mas o de St. Thereza... só renderá o premio para as algibeiras dos que emprestaram os cento e vinte cinco contos para aquella desastrosa transação.

Eis as consequencias dos contractos : não se acha quatro vintens pelo que custou muitos contos de réis.

Emfim, agradeçam os habitantes do 3º districto este principio de melhoramento e depois clamem pelo resto, que ha de chegar o dia em que os seus clamores serão ouvidos.

Emquanto se planeja o novo mercado, não vos esqueçais dos dois pedacinhos das ruas do Arvoredo e Varzinha, em frente as casas que foram queimadas ha pouco. Aquillo é um precipicio, não digo bem — é um abysmo.

E' triste sina d'este Porto Alegre : nada se conclue.

Mandou a camara concertar a rua da Varzinha em toda a sua extenção, deixando a quadra que medeia entre a rua do General Auto e a outra, que parece tem o nome de General Portinho ou Bento Martins.

Por que não se havia concluir logo com o concerto de toda a rua ?

Para que ficar uma quadra excluida do melhoramento ?

Não tem a camara cobrado o imposto de quinhentos réis por metro dos terrenos d'esta quadra ?

Por que então exceptual-a do melhoramento da rua ?

Ha igualdade quando se trata de cobrar o imposto ; mas quando chega o dia do beneficio, aterra-se, endireita-se a rua da Bahia, e toda a rua da Varzinha, com exclusão somente d'aquella quadra.

A rua do Arvoredo está no mesmo caso.

Foi uma das razões pelas quaes não se pôde acendir prontamente com agoa para apagar o incendio da noite de 10 do corrente.

Não havia como galgar uma pipa aquelle promontorio.

Parece de grande monta o concerto d'esta parte da rua : mas se attender-mos a que os precipicios estão rodeados da terra necessaria para encher-os, torna-se pouco dispendiosa a obra a executar.

Só a rua que corre pararella com a casa occupada pelo coronel Joaquim Pedro Salgado fornecerá grande quantidade, alem de ficar ella tambem com transitio, o que agora não tem.

Palla-se ahí pela cidade em aproveitar a camara o desastre da casa que foi occupada pelo sr. Blaudin para restabelecer a antiga rua da Cadêa.

Mas quanto custará a desapropriação para a continuação da rua Andrade Neves ?

As ruinas do cidadão João Alvares Gutterres, que é o proprietario, valem seis contos de réis e apenas tem vinte e oito palmos de largura : o sobradinho do mesmo senhor, o qual fica contiguo, com vinte e quatro palmos, vale dez contos: e as propriedades dos fundos d'estas, com frente a rua do Rosario, não valem menos de oito.

Temos, pois, uma despeza de vinte quatro contos de réis para abrir um pedacinho de rua.

Tem a camara dinheiro para esta desapropriação ?

Sois vós que deveis responder a esta pergunta e de-liberar e não o vosso fiscal honorario, a quem só é dado lembrar os melhoramentos que são necessarios, porque não dispõe do poder.

Este incidente vem justificar o procedimento do vosso fiscal honorario, exigindo que se regularise o novo Porto Alegre, isto é, a continuação d'elle pelos arrabaldes, que ainda estão desertos.

Se não tivesséis tomado a resolução de receber a rua offerta pelos herdeiros de Lopo Gonçalves Bastos, em breve tempo vos verieis forçados pelas circumstancias á desapropriação d'ella por muitos contos de réis.

Quem foi o culpado do fechamento da rua da Cadêa, depois de estar o publico de posse d'ella ha muitos annos ?

Muita gente não o sabe.

A rua da Cadêa era um terreno desoccupado que o publico achou bom para rua, porque poupava tempo a quem da rua do Rosario se dirigia á de Bragança e vice-versa.

Em um bello dia apresenta-se na camara o cidadão Francisco Pinto de Souza, e diz :

O terreno da rua da Cadêa é meu ; aqui está o meu titulo : se quizerdes que continue a rua pagai-m'o.

Responde a camara :

—A rua está no dominio do publico a muito tempo, e, alem d'isso, consta que vme. recebeu outro terreno em compensação d'este.

—Não ha tal, replica o Chico Pinto : prove a camara que recebi outro terreno em troca.

Não se combinaram, e lá foram para os tribunaes, que decidiram que, em vista do titulo, a rua era do Chico Pinto, porque a allegação da camara não fornecia prova.

O que fez a camara em tal conjunctura ?

Toma-se de raiva contra o seu contendor, e delibera pela paixão particular de cada um dos seus membros em maioria :

—E' seu o terreno, guarde-o. A camara não precisa d'elle.

Quanto valia o terreno questionado, n'aquelle tempo ?

Dois contos de réis.

Se a camara não tinha prova escripta que nullificasse o titulo apresentado, porque não pagou ao homem o terreno da rua ?

Havia meios de sahir-se bem d'esta difficuldade, sem dispendio, porque ainda havia muitos terrenos devolutos, que podiam ser dados em pagamento do questionado.

Mas era a paixão, o capricho que dominava a camara, e o resultado foi o pagamento das custas, que attingiram talvez a importancia do terreno, e o povo, o infeliz povo, ficou sem a sua rua.

Já vou me estendendo muito ; é preciso terminar.

Opportunamente vos apresentarei outros casos iguaes aos da rua da Cadêa, os quaes virão, em prazo mais ou menos longo, attestar aos vindouros que fomos

—O que ?

Aquillo mesmo que foram os nossos antepassados.

14 de fevereiro de 1884.

XIII

Tratemos hoje do riachinho, essa arteria que, devendo levar a vida, a animação ao extremo opposto do litoral, só tem servido de dispendio ao cofre municipal, sem proveito para os habitantes, que d'elle só *gozam* os miasmas pestíferos que exhala da vegetação venenosa, das plantas aquaticas em putrefacção, na estação calmosa, ajudados ainda das materias feaes que lhe lançam os moradores da margem direita do mesmo.

Será bem difficil remediar este males, mas podem ser minorados, em parte, por esta camara, mandando tirar os agoa-pês e cortar os galhos das arvores que o margeam e que embaraçam o livre curso das agoas.

Quando desobstruido das plantas e de outros obi-

ces derivados do abuso dos moradores, diminuirão os males, porque a correnteza levará as impurezas da superficie e as outras serão precipitadas.

Parr obviar este inconveniente, que tanto mal traz á população d'aquelle bairro, e diminuir as despezas que se fazem com a limpeza do arroio, porque para conservá-lo limpo precisa ser feita a desobstrucção todos os annos, lembrei-me de propor-vos uma medida que me parece de grande alcance, porque attinge dois fins de utilidade, que são : fazer correr mais livremente as agoas no tempo das seccas e ao mesmo tempo tornal-o navegavel.

Já esperais que vos proponha uma obra que absorva pelo menos duas dezenas de contos de réis.

Tranquillisai-vos :

Só vos peço uma experiencia de facil e diminuto trabalho e de infima despeza.

Não mandastes plantar uma linha de salseiros na margem do riacho, para aguentar o leito da rua, que, sendo de arêa, se escoava aos poucos para o rio ?

Estou até admirado da intelligencia, perspicacia e bom gosto do autor d'aquelle trabalho.

Aquillo é um melhoramento importantissimo para aquelle bairro, e alcançado por quatro vintens.

Ainda não mostra toda a sua importancia aquelle bellissimo trabalho, porque o arvoredo está pequeno, mas quando elle attingir o seu natural crescimento, será de uma belleza, commodidade e utilidade admiraveis.

No espaço de um anno aquellas arvores estarão enraizadas e adquirirão a força necessaria para impedir o desmoronamento do aterro que ali fôr collocado, fazendo uma sombra deliciosa, que convidará o publico de outros bairros a ir ali passar uma ou duas horas, nas tardes calmosas do estio, já se sabe, sentados nos bancos que ali mandardes collocar.

Com esta medida, tão grande em utilidade como diminuta em despeza, pôde aquella parte da rua esperar um seculo pelo decantado caes.

Fallei-vos n'esta alameda para vos servir de exemplo.

Mandai fincar duas ordens de moirões de salseiro, que atravessem a península que fica ao lado da ponte de pedra, na barra do arroio, no espaço de vinte e cinco metros de uma a outra. Estes moirões devem distanciar-se entre si apenas vinte e cinco centime-

tros, para que se unam e sirvam como de muralha para impedir que as aréas ali penetrem.

Mandai tirar depois a aréa do centro d'esta avenida, que deve ter a extensão mais ou menos de cem metros, para deixar-lhe uma profundidade de dois palmos, no tempo de maior secca, e ahí tereis o rio navegavel em todo anno para os pequenos barcos de pescadores e pombeiros, que pouco a pouco aprenderam este novo caminho para levar as snas quitandas aos desprotegidos habitantes de toda a margem; a maior parte proletários, fallhos de todos os recursos para mandar a longuiquo mercado buscar o necessario para sua subsistencia.

Experimentai :

Vale a pena despende com ou duzentos mil reis com este trabalho, que, se não produzir bom resultado, virá, ao menos, attestar a vossa solicitude pelo bem-estar d'este povo, confiado á vossa patriótica direcção.

Lembro-me que, ha cousa de vinte e dois annos, esta camara comprou um terreno em frente á ponte de pedra do Riacho para fazer uma pequena praça.

Vejo agora ali tudo cheio de casas.

Será possível que a camara vendesse a projectada praça ?

Se a vendeu, desejaria saber quem autorizou a venda, porque me não recordo de ver em orçamento municipal tal autorisação.

Que boa não estaria agora esta praça para se fazer um pequeno mercado, no caso de produzir bom resultado o melhoramento da foz do arroio !

Que vantagem immensa não traria o mercado da rua da Figueira, collocado na margem do rio, a todo aquelle povo da cidade baixa.

Estudai, estudai este ponto, que encerra um mar de prosperidades.

Ainda é tempo de segurar um terreno por estas paragens e por pouco dinheiro.

Convém aqui abrir um parenthesis :

O vosso fiscal não possui terreno algum n'este lugar, nem propriedade de especie alguma, e o mesmo acontece aos seus parentes até ao decimo grão de consanguinidade.

E' preciso esta advertencia para evilar os remoques

da maledicencia dos outros bairros da cidade, porque, como se costuma dizer, cada um puxa a braza para sua sardinha, e muita gente supportará que o fiscal honorario vai tirar algum proveito dos melhoramentos que lembra: mas pouco a pouco elles conhecerão, pelos resultados praticos, que se cada um puxa a braza para a sua sardinha, não é menos verdade que não ha regra sem excepção.

Para concluir :

Isto é um pedido de boa fé e não uma censura.

Cada um de vós, que tiver consciencia da sua dedicacão pelas cousas do municipio, desejará vel-o em pratica.

A camara faz despeza para a publicacão de seus trabalhos. Para que esta despeza se torne proficua deve ser feita promptamente.

Por que não adoptais o systema de mandar publicar na vossa folha official um resumo de vossos trabalhos no dia seguinte ao da sessão ?

Do que serve a publicacão das actas um, dois e até tres mezes depois ?

Vós sois procuradores, deveis dar contas aos vossos constituintes, com promptidão, do que fizerdes em seu beneficio.

Digo em beneficio, porque a lei só vos dá o direito de fazer o bem, mas não é raro que, por falsa appreciacão, em vez de bem tenha a camara feito o mal.

Este pedido estende-se tambem ao relatorio que mandardes á assembláa.

E' por esta peça que se conhecerá o grão de vossa solicitude pelo povo confiado á vossa direcção.

15 de fevereiro de 1884.

XIV

Vou hoje desempenhar o mais importante dos deveres de meu cargo, encarando de frente a magna questão do Campo do Bomfim.

Não é só o dever de fiscal honorario que me impuz o que me guia n'este momento; é uma scentelha de patriotismo que se atêa em meu peito vindo com o concurso de minhas fracas forças ajudar a sustentar o direito d'este povo, tantas vezes abandonado se seus representantes, nos momentos solemnes em que tem de fazer valer os seus mais justos reclamos.

Seria para mim um crime de lesa-patriotismo abandonar ao aecaso de seu direito, sem um protesto, ao menos, o mais absurdo dos pleitos que tem sido propostos a esta camara, na qualidade de administradora do municipio.

A tarefa é ardua, bem o sei, mas quando se defende uma causa justa, a razão se fortalece, vindo em seu soccorro a verdade para supprir a deficiencia intellectual, brilhando, por fim, em todo o seu esplendor a imagem sacrosanta da justiça.

Examinemos, primeiro que tudo, o titulo de concessão, feita ao municipio, da varzea d'esta cidade, hoje chrismada com o nome de Campo do Bomfim, e analysemos depois as razões que se apresentam, em nome dos herdeiros de João de Souza Machado, para ser reivindicado o mais bello logradouro publico que possuímos.

Não é somente a vós que hoje se dirige o fiscal honorario d'esta camara, mas sim a todos os tribunaes d'esta terra, a todos os cidadãos, partes integrantes d'este povo, ameaçado de perder tão injustamente o seu legitimo patrimonio.

Eis o titulo de concessão :

«Em consequencia da carta de officio que vv. mces. me dirigiram em data de 28 de fevereiro do presente anno, pedindo-me a concessão das duas varzeas que se acham devolutas na entrada do Portão d'esta villa, e na margem do sul do rio Gravatahy, até a extrema das terras de Francisco de Moraes, e os fundos das chacaras da beira do rio, para servirem de logradouro d'esse conselho, para os utilissimos e necessarios fins de conservação dos gados que se matam nos açougues d'esta mesma villa, e descanso dos viajantes que vem de fóra em suas carretas e carros, com gados e bestas de sua conducção: e por me constar que este conselho não tem algum outro logradouro ou rocio publico: hei por bem conceder-lhe, como pelo presente concedo, em nome de sua alteza real, a data dos terrenos que presentemente se acham devolutos nas sobreditas duas varzeas do Portão e margem do Gravatahy, até ás extremas divisas dos moradores e possuidores, que tem chacaras e terrenos cercados e vallados nas suas circumferencias, que lhe ficarão servindo de divisas, e, para melhor conservação do direito e dominio que

fica pertencendo ao conselho d'esta villa, pela presente concessão vv. mces. farão logo medir e demarcar judicialmente as sobreditas duas varzeas, para se saber a todo o tempo qual é a sua extensão e divisas, cujos terrenos não poderão ser alienados sem expressa licença de s. a. r., na conformidade do que se acha determinado pelo alvará de lei de 23 de julho de 1776 § 2º, antes deverão ser lançados em tombo pelo dr. juiz de fóra, ou pelo desembargador ouvidor geral da comarca, qual primiciro chegar a esta villa, na conformidade do § 6º do referido alvará, e esta minha carta de concessão será registrada no competente livro do registro d'este senado, depcis guardada no archivo do mesmo, para lhe servir de titulo.—Deus guarde a vv. mces.—Porto Alegre, 24 de outubro de 1807.—Assignado, PAULO JOSÉ DA SILVA GAMA.»

Por este titulo tem o municipio direito a esta varzea, que hoje se chama chama Campo do Bomfim, mas vem este mesmo titulo provar mais uma vez a que desordens póde conduzir a negligencia da camara no cumprimento de seus deveres.

Todo o mundo se julga habilitado a sentar-se em uma cadeira de vereador, sem medir a responsabilidade e importancia do cargo.

Se a camara de 1807 não negligenciasse o cumprimento de seu dever, deixando assim de satisfazer o determinado na concessão, certamente não se veria João de Souza Machado, aproveitando-se de um erro somente devido é ignorancia e imprevidencia da camara, no fim de muitos annos chamar-se á posse do patrimonio d'este infeliz povo, que não tem culpa do delicto de seus mandatarios, para perdello em beneficio de quem tem tanto direito a elle como o papa.

E' o caso :

Se tivesse a camara mandado medir na occasião o terreno, ninguem lhe sahiria aos embargos, porque João de Souza estava inteiramente preenchido do que reza o seu titulo e com o terreno de sua propriedade completamente cercado e vallado, sendo esta uma das razões por que a camara não requereu a medição, porque estando ja fechadas as propriedades em redor, julgou ella que não havia necessidade d'esta formalidade, que custava trabalho.

—Para que medir, se os herões já estão descrimnados ?

Tal foi o juizo da camara.

Na analyse que farei dos documentos em que se baseiam os reivindicantes provarei até á evidencia a verdade d'este raciocinio, fundado em provas irrecusaveis, e não em considerandos que levant ao absurdo, como os que são apresentados pelos reivindicantes.

Passemos agora ao exame dos titulos em que se fundam os herdeiros de João de Souza Machado e das razões que allegam para os fazer valer.

22 de fevereiro de 1884.

XV

Procuremos agora o direito dos herdeiros de João de Souza Machado ao Campo do Bomfim nos titulos por elles apresentados.

Diz o titulo originario :

«Alexandre José Montanha, capitão de infantaria, com exercicio de engenheiro. etc.

«Certifico que em virtude da ordem do illm e exm. sr. marquez do Lavradio, vice-rei do Estado, expedida pelo sr. tenente coronel d'este continente Antonio da Veiga de Andrade, em 12 de julho, passado, passei ao terreno mistico do porto de S. Francisco dos casaes e n'elle *medi, demarqueei e entreguei* a Antonio da Silveira Pereira uma area superficial de duzentas e oitenta e uma mil duzentas e cincoenta braças 281,150), comprehendidas em forma de retangulo, que tem de comprimento norte a sul 730² braças, e de largura de leste a oeste 400 braças: e para constar lhe mandei passar a presente, por mim assignada em Viamão de Quartel, 1 de Agosto de 1772.—*Alexandre José Montanha.* Variação da agulha: 12 graus para nordeste).

Em vista d'esta certidão, foi dado ao mencionado Antonio da Silveira Pereira, em data de 5 de setembro de 1774, o seguinte despacho de concessão :

«Concedo ao supplicante, em nome de sua magestade, uma area superficial de terreno de 281,250 braças quadradas, como consta da certidão junta, por mim rubricada, do capitão engenheiro Alexandre José Montanha, com a condição de o supplicante a povoar e cultivar, visto a informação do provedor da fazenda real: e este despacho lhe servirá de carta de dacta, e

registrará no livro d'ellas, na forma das ordens, cuja certidão é n. 50.—*Figueiredo.*—Registre-se na provedoria.—*Osorio.*»

Este despacho foi registrado no livro 2º das dactas de terras, a cargo, então, da provedoria.

Onde está collocado o terreno constante d'esta concessão? perguntará sem duvida o leitor.

No fim será satisfeita a sua curiosidade.

Para melhor esclarecimento do leitor devo dizer-lhe que, depois d'esta concessão, o porto de S. Francisco dos Casaes passou denominar-se, por acto do governador José Marcelino de Figueiredo, de 18 de janeiro de 1773—de N. S. Madre de Deus de Porto Alegre.

Antonio da Silveira Pereira gozou esta dacta de terras até 1 de janeiro de 1777, em cuja data vendeu ao preto forro Garcia de Souza por dezoito mil réis o supradito terreno, como se vê da seguinte escriptura:

«Digo eu Antonio da Silveira Pereira e minha mulher Anna de Souza que é verdade nós sermos senhores e possuidores de uma dacta de terras n'este Porto dos Casaes, ao pé da villa N. S. Madre de Deus, que se nos entregou e deu posse, conforme as ordens de s. magestade, em razão de sermos casal de numero, cujo terreno comprehende o comprimento, largura e confrontações que declara a certidão do capitão Alexandre José Montanha e o despacho de confirmação do senhor governador, o qual terreno cultivamos até o presente e agora fazemos d'elle venda a Garcia de Souza preto forro, por preço e quantia de dezoito mil réis, que recebemos ao fazer d'esta em dinheiro de contado, reservando um pedaço do dito terreno, em que tem sua chacara André Gonçalves, o qual se acha cercado, ficando a mesma cerca da parte de fóra da estrada, que vai direita a ponta do diluvio (hoje da Azenha), cuja venda feita ao dito Garcia de Souza e posse, que lhe damos ao dito terreno, fazemos muito de nossas livres vontades, sem constrangimento de pessoa alguma, o qual possuirá como seu que fica sendo, de hoje para todo o sempre, a qual venda nos obrigamos com nossas pessoas e bens a lhe fazer firme e valiosa a todo o tempo, e requeremos que esta valha como escriptura publica em notas, e rogamos ás justicas de sua magestade lhe façam dar toda a força e vigor.—Por não saber ler nem escrever, pedimos e rogamos a José Alves de Carvalho que a es-

crevesse, Antonio Carvalho da Silva que a assignasse a rogo de mim Antonio da Silveira Pereira e a Francisco Gomes de Souza a rogo de mim Anna de Souza, n'esta villa de Porto Alegre ao 1º de janeiro de 1777. —Assignados: *Francisco Gomes de Souza — Antonio Carvalho da Silva — José Alves de Carvalho e Silva — Braz de Freitas Guimarães — José de Freitas Valle*.

Garcia de Souza entrou no gozo da dacta do terreno concedido a Antonio da Silveira Pereira — note-se bem — com um pedaço de menos, onde André Gonçalves tinha a sua chacara, o qual pedaço ficava fóra da cerca da estrada que vai direita á ponte do Diluvio.

(E' aqui que pega o carro, como diz o meu venerando mestre Antonio Alvares Pereira Coruja).

Fallecido Garcia de Souza, sua viuva Luiza Maria da Conceição vendeu o terreno em questão a Santos da Costa Felix, em data de 23 de Julho de 1791, passando-lhe a seguinte escriptura, que encerra em si a verdade historica d'este negocio:

Saibam quantos este publico instrumento de escriptura de venda virem que, sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1791 e aos 23 de julho do dito anno, n'esta villa de Porto Alegre, continente do Rio Grande de S. Pedro, no cartorio de mim tabellião nomeado, appareceram presentes, partes havidas e contratadas, a saber: de uma como vendedora, Luiza Maria da Conceição, preta forra, viuva do fallecido Garcia de Souza, e de outra como comprador, Santos da Costa Felix, pessoas reconhecidas de mim tabellião como os proprios, do que dou fé, e logo pela vendedora nos foi dito em presença das testemunhas adiante assignadas que ella era senhora e possuidora de uma chacara fóra d'esta villa, a qual houve-a o seu casal por compra a Antonio da Silveira Pereira e sua mulher Anna de Souza, a qual chacara parte de um lado com terras do preto castelhano, e do outro com terras de Manoel Fernandes da Varzea (aqui principia o triumpho da verdade), e que assim, e da mesma sorte que a possuia, tinha vendido, com effeito vendido tem, ao dito comprador Santos da Costa Felix, pelo preço e quantia de vinte doblas de 12\$800 cada uma, entre elles ajustadas, que logo ao fazer d'esta recebeu ella vendedora da mão do dito comprador, em moeda corrente de nosso reino: da qual quantia disse dava, como com effeito dá, plena e ge-

ral quitação ao dito comprador para mais não lhe pedir cousa alguma: ~~mas~~ não entrando n'esta venda um pedaço de campo que o fallecido Antonio Carvalho da Silva vendeu ao preto Antonio de Rezende pelo preço de seis doblas, de cuja venda se lhe não passou escriptura alguma, e nem se acha semelhante venda com assento algum do dito fallecido, e que assim tirava toda a posse, acção, dominio e senhorio que na dita chacara tinha, e toda cedia e traspassava na pessoa do dito comprador Santos da Costa Felix, para que goze e possua como suaque fica sendo, ~~mas~~ etc., etc.»

Santos da Costa Felix e sua mulher Theodora Margarida da Costa Prates, por sua vez venderam a chacara a João de Souza Machado, como se vê da seguinte escriptura publica:

«Saibam quantos este publico instrumento de escriptura de venda de uma chacara virem que, no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1797, aos 12 dias do mez de fevereiro do dito anno, n'esta villa de Porto Alegre, continente do Rio Grande de S. Pedro do Sul, em presença de João de Souza Machado, onde eu tabellião adiante nomeado fui vindo, e sendo ali partes havidas e ajustadas, a saber: como vendedores Santos da Costa Felix e sua mulher Theodora Margarida da Costa Prates, de outra, como comprador, João de Souza Machado, pelos vendedores me foi dito, em presença das testemunhas, que elles eram senhores e possuidores de uma chacara fóra d'esta villa, com seu arvoredo e casas de vivenda, a qual houveram por compra que d'ella tinham feito a Luiza Maria da Conceição, preta forra, viuva do fallecido Garcia de Souza, e que assim e da mesma forma que a possuiram, livre de todo o encargo vendiam a João de Souza Machado, etc., etc.»

Historiemos agora os fundamentos de Porto Alegre e seus arrabaldes, para depois analysarmos o absurdo em que vai cahir o allegado direito dos herdeiros de João de Souza á varzea Campo do Bomfim.

Antes que houvesse Porto Alegre, foi estabelecido o governo de José Marcellino de Figueiredo em Vião, dando-se ao lugar onde se estabeleceu posteriormente Porto Alegre o nome de Porto de S. Francisco dos Casaes.

O referido governador José Marcellino de Figueire-

do, tendo ordem de estabelecer os 60 casacs de ilheos, que lhe mandaram de presente de Portugal, mandou pelo engenheiro capitão Alexandre José Montanha accommodar aquella gente.

Montanha principiou por abrir ou riscar duas estradas, que de Viamão viesse ter ao porto, sendo a primeira, que hoje é conhecida pelo nome de Caminho do Meio, denominada de Viamão, e a outra, que depois de chamarem de Matto Grosso, denominou-se do Diluio, nome do arroio, que mais ou menos acompanhava a estrada; estas duas estradas vieram desembocar na varzea—n'esta mesma varzea que o referido capitão Montanha deixou para logradouro publico.

Nas margens d'estas duas estradas foram medidos lotes aos casacs, principiando a distribuição no morro de Sant'Anna, que todos conhecem, até a varzea, que foi o ultimo lote distribuido e que coube a Antonio da Silveira Pereira, antecessor, como já demonstramos na transcrição dos titulos de João de Souza Machado.

Apreciemos agora o direito dos herdeiros de João de Souza Machado ao dominio da varzea, de conformidade com um mappa que apresentaram, mandado levantar por-elles quando intentaram esta acção :

Castello foi bem armado; o autor teve talento, não ha duvida, mas é um castello edificado sem alicerces, porque não foi encontrado o solido; tem por força de desmoronar.

E demais: a verdade é como o ar, que nos alimenta a vida—por mais que se queira feichar a casa, elle penetra pelos mais pequenos orificios e vem desempenhar a sua função vivificadora.

E' tão simples a questão que não precisa grande esforço de intelligencia para a elucidar.

Vejamos o titulo de compra de João de Souza ?

Comprou elle uma chacara a Santos da Costa Felix, que a vendeu tal qual lhe foi transferida por Luiza Maria da Conceição, viuva de Garcia de Souza.

Examinemos as confrontações :

Não dá frente, nem fundo; mas dá confrontação de um lado com o preto castelhano e do outro com Manoel Fernandes da Varzea.

Preto castelhano não é nome que tenha carta no correio.

Manoel Fernandes da Varzea é o seu visinho da es-

querda, possuidor da chacara que depois passou a Antonio Telles de Menezes.

Não precisamos saber mais nada.

Onde está a frente da chacara de Telles—que é a de Manoel Fernandes da Varzea ?

No caminho do meio, com frente para oeste, e fundos pelo morro acima com direcção ao caminho Novo logo o preto castelhano ficou ao lado opposto para a cidade, e sem duvida alguma, pelo mappa dos reivindicantes, fazendo frente para a varzea.

Sé o preto castelhano, segundo o mappa, tem frente na mesquinha varzea, que nos deixou o autor d'elle, e o outro confrontante tem a frente para a estrada do meio, não dando a escriptura confrontação com mais ninguem, de nenhum dos lados, está claro que a frente de João de Souza é a varzea, que é a mesma frente dos outros dois confrontantes, e o fundo pelo morro acima, como os outros.

Póde haver aqui mais alguma duvida ?

Tudo o mais que consta das escripturas anteriores de pedaços descontados, de chacaras de André Gonçalves e preto Garcia nada tem que ver com o titulo de João de Souza.

Não obstante, entrarei na analyse dos titulos antecedentes até chegar ao que fica já explicado.

A chacara de João de Souza tem frente na varzea e fundo para o lado do Caminho Novo.

Não ha sophisma que possa destruir esta verdade.

27 de fevereiro de 1884.

XVI

Parece que está exuberantemente provado, pela escriptura de compra de João de Souza Machado, que nenhum direito tem elle á varzea, porque sendo os seus confrontantes, por um lado o preto castelhano e do outro Manoel Fernandes da Varzea, e tendo estes dois confrontantes a frente margeando a varzea, não póde João de Souza estender o seu dominio para frente, interceptando a estrada.

Examinemos agora com attenção os documentos já transcriptos, para descobrirmos de onde vem o direito allegado para João de Souza sair para fóra de seus cercados e querer tomar conta da varzea.

Antonio da Silveira Pereira, quando traspassou a

sua dacta de terras ao preto Garcia de Souza, declarou que não entrava na venda o terreno onde André Gonçalves tinha sua chacara, cujo terreno (expressão d'elle) fica da parte de fóra da estrada que vai direito á ponte do Diluvio (Azenha).

D'aqui nasce a supposição de que este terreno pertencia á concessão de Antonio Pereira.

Procurando os reivindicantes a chacara de Andre Gonçalves, até onde, parece, ia o terreno de Pereira, imaginaram que a chacara de André devia estar no potreiro da camara, porque, para quem vai da cidade para a ponte da Azenha, fica o referido potreiro margeando esta rua: logo, conclusão logica, estando a chacara de André Gonçalves no potreiro da camara, todo o terreno desde o Caminho do Meio até lá pertenceu a Antonio Pereira.

Mas os documentos vão provar o contrario.

Não precisa grande esforço de intelligencia para comprehender que aquella declaração ao terreno da chacara de André Gonçalves não entra n'esta venda encobre uma velhacada.

Antonio Pereira, não tendo outro terreno além do que foi vendido a João de Souza, o qual margeava a estrada, para poder fazer melhor venda, fez crer que o terreno de sua dacta ia até a estrada do Diluvio (Azenha), e como André Gonçalves já estava estabelecido, não no potreiro da camara, como conjecturaram os reivindicantes, mas na extrema opposta, onde se acha hoje a chacara do fallecido dr. Capistrano, salvou este terreno.

Ficou, pois, Garcia de Souza acreditando que com effeito o terreno era seu até o Diluvio, e portanto quando por sua vez a viuva de Garcia de Souza vendeu a dacta de terras que houve de Pereira, excluiu o terreno que se estendia desde André Gonçalves até a estrada do Diluvio (Azenha), porque já estava vendido ao preto Antonio de Rezende por seis doblas.

Procuremos agora desvendar o mysterio d'estas declarações de pedaços de menos postas nas escripturas, sem declaração de estensão, e encontraremos perfeitamente a esperteza de Pereira, o primeiro possuidor.

O vosso fiscal honorario, assim como não tem conveniencia em negar o direito de ninguem, tambem não é homem que se deixe vencer por quaesquer duas historias; portanto, procurou os alfarrabios d'aquelle

tempo, para poder fazer as suas conjecturas, e n'elles achou o seguidte documento, para o qual chama toda a vossa attenção, assim como a do juiz que tem de sentenciar a causa, e dos proprios reivindicantes, a quem aconselha, em bem de seus interesses, que paguem já as custas feitas e deem-se por convencidos, livrando-se assim de maiores despezas.

Eil-o :

«Illm. sr. marechal governador.—Diz Antonio de Rezende, pretc forro, que elle supplicante comprou ao fallecido Antonio Carvalho da Silva um terreno que pertencia á dacta do preto Garcia de Souza como consta da clareza junta, cujo terreno é sito na varzea d'esta villa, com o seu comprimento pela dita varzea, de noroeste a sudoeste, dividindo-se por este rumo com o estrada geral que vai para a Azenha, e por aquelle com uma sanga (ainda hoje existe a sanga) que vai findar no arroio da mesma Azenha, entestando seus fundos com o mesmo arroio, e porque o supplicante quer possuir o dito terreno com justo titulo, portanto pede a vossa senhoria seja servido, depois de informado do deduzido no presente requerimento, conceder-lhe por seu despacho o dito terreno, em o qual se acha o supplicante ha bastantes annos estabelecido com casas de moradia e lavouras.—E. R. M.—Despacho: Para ver o sr. José Guedes Luiz, ou quem o conhecimento d'este facto pertencer.—Rubrica do governador.

«Por este papel, por mim feito e assignado faço certo, em verdade, e o farei em juizo, se necessario for, com juramento, que achando-me em casa de meu fallecido e bom amigo Antonio Carvalho da Silva, que Deus tenha em sua gloria, em um domingo ou dia santo, de tarde, me convidou para um passeio e medição de um pedaço de terras, que queria vender, na varzea, fóra de Porto Alegre, para a parte da Azenha, cujo terreno intesta com o sitio e casas de sobrado que se acham na mesma varzea, de um André de tal, e em conversa, que antes, então e depois tivemos, me dizia o dito fallecido que todo aquelle trabalho e outros muitos tinha tido para conservar aquelle terreno, que era muito maior do que então se vendeu a um negro velho seu protegido por nome de Garcia, o qual lhe estava devendo ha muitos annos uma quantia não pequena de dinheiro, e que visto haver quem pretendesse aquelle terreno, o havia de ir vendendo,

reputando em pedacos ou como melhor pudesse para bem de sahir embolsado, sem que opprimisse aquelle seu vendedor Garcia, e lhe ficasse sempre em que fosse vivendo.

«Fomos e chegamos, como fica dito, aquelle lugar, onde nos acompanhou o comprador Antonio de Rezende e outro preto mais chamado Antonio Vicente, indo tambem dois meninos de casa do dito meu bom amigo, a saber: um sobrinho seu chamado Raphael e um mulatinho seu por nome José, e todos ali trabalhamos n'aquella medição, que foi em a dita varzea ao longo do largo da Azenha, e tambem ali se veio juntar comnosco Manoel Fernandes da Varzea (assim chamado), que tinha para isso sido convidado antecedentemente pelo amigo fallecido.

«No dia seguinte, à tarde, veio á casa ter comnosco o dito comprador, o preto Antonio de Rezende, e trouxe em um balainho tapado o importe do preço por que o havia comprado, que foram seis doblas de doze mil e oitocentos, dizendo que ali trazia o dinheiro, cuja quantia me disse o fallecido visse eu se estava certa, e achando eu certa, elle a recebeu, e n'isto não havia a minima duvida e por isso o juro se necessario for e o farei em juizo aos Santos Evangelhos.

«E por me ser pedida esta clareza, a passo n'esta freguezia de Santo Antonio, aos 9 de Agosto de 1791. —Antonio Ribeiro do Valle.—Reconheço a letra e signal retro ser do proprio conteudo pelo pleno conhecimento que d'ella tenho.—Porto Alegre, 20 de Agosto de 1791.—Em testemunho da verdade, *Manoel dos Santos Pereira*.—Despacho:—Intorme o commandante d'esta villa.—Porto Alegre, 3 de janeiro de 1793.—Rubrica do marechal governador.—Illustrissimo senhor.—O supplicante está de posse do terreno que requer com as mesmas confrontações expressadas n'este requerimento, e tenho ouvido geralmente que o supplicante comprara o referido terreno a Antonio Carvalho da Silva e assim o confirma a declaração acreditavel de Antonio Ribeiro do Valle; e o que posso informar a v. s. Porto Alegre, 3 de janeiro de 1793.—*José Ferreira da Silva Santos*, capitão commandante.—Despacho: Conserve-se o supplicante sem prejuizo na posse em que se acha do terreno mencionado n'este requerimento.—Porto Alegre 4 de janeiro de 1793.—Com a rubrica do illustrissimo senhor marechal governador.—Registre-se.—*Osonio*.—

E não se continha mais cousa alguma em a dita petição, que aqui bem e verdadeiramente a fiz registrar da propria a que me reporto, com a qual este fiz e conferi, subscrevi, assignei e entreguei a quem m'a apresentou, que de haver recebido assignou roim o escrivão da Fazenda Real que este subscreve.—Porto Alegre, 13 de Abril de 1793.—Bernardino Henrique de Amorim, escrivão da Fazenda Real, o subscrevi e assignei.—*Bernardino Henrique de Amorim*.—*José Borges Pinto de Azevedo*.»

Parece que está bem claro que todo o terreno, desde a chacara de André Gonçalves no canto do Caminho do Meio, foi possuido sem titulo algum de concessão e sómente pela posse.

Vimos, pelo titulo passado ao preto Antonio de Rezende, que lhe ficou pertencendo todo o terreno comprehendido desde a rua da Azenha até André Gonçalves, com frente na varzea e fundo no arroio da Azenha.

Falta agora sabermos como João de Souza houve a frente da varzea que cedeu a Antonio José da Silva Guimarães, conhecido por Antonio Gordo, quando o governo cubicou o terreno do mesmo Antonio Gordo para pasto dos cavallos do destacamento.

Será objecto do seguinte relatorio.

28 de fevereiro de 1884.

XVII

Examinemos agora o grande cavallo de batalha dos reivindicantes, o titulo de cessão passado por João de Souza a Antonio José da Silva Guimarães, conhecido por Antonio Gordo.

E' este mesmo documento que os enterra.

Historiemos:

Em 1805 o governador Paulo José da Silva Gama, precisando de um potreiro para serem recolhidos os cavallos do destacamento que fazia o serviço da villa, agradou-se de um que possuia Antonio Gordo e pediu-lhe que o cedesse, recebendo outro em troca.

Antonio Gordo, concordando, pediu o que lhe ficava em frente, fazendo esquina com a rua da Azenha e varzea, do qual João de Souza se chamava a posse.

João de Souza, que nenhum direito tinha aquelle

terreno, e que d'elle pretendia apossar-se, cultivando-o para depois exigil-o com o direito de posse, que lhe davam as regias ordens, usou do stratagem de passar a Antonio Gordo escriptura de cessão, porque não podia deixar de entregal-o, por não ter ainda habilitação nem cultura alguma.

Transcrevamos o titulo para depois o analysar.

Eil-o :

«Dizemos nós, João de Souza Machado e Josepha Bernardina de Jesus, que entre os bens de raiz que possuímos no nosso casal, e bem assim uma porção de terras na varzea d'esta villa, que bem consta dos titulos que temos, em parte dos quaes estamos estabelecidos, com casas, cercas e vallos, ficando-nos ainda de fóra dos ditos vallos uma grande parte, nas quaes fazemos cessão a Antonio José da Silva Guimarães de 70 braças de frente e 300 de fundo, fazendo sua frente á estrada que vai para a Azenha fundo para a estrada que vai para a Capella de Viamão (estrada do Meio), «dividindo por um lado com a chacara do preto Antonio mina (este Antonio mina é o mesmo Antonio de Rezende, de quem já tratamos), e pelo outro com a mesma varzea, cortadas as referidas 70 braças de frente da cerca da chacara do referido Antonio mina, até onde chegarem» cuja cessão lhe fazemos em gratificação a um rincão de terra, que o dito Guimarães cedeu para potreiro dos cavallos de s. a. real, defronte d'este mesmo terreno, cuja cessão lhe fazemos de nossa muito livre vontade e sem constrangimento algum; cujo terreno cedido por nós, «em razão de nossa pobreza, nos será compensado pelo illustrissimo e excellentissimo senhor governador, por outra porção de terras, onde quer que o mesmo exm. sr. for servido», e para que o mesmo sr. Guimarães o goze. etc., etc., passamos o presente aos 16 de janeiro de 1805.—*João de Souza Machado.—Josepha Bernardina de Jesus.*»

Analysemos :

Como já vimos, o preto Antonio de Rezende obteve concessão do terreno que medeava entre o arroio da Azenha e varzea, onde lhe deram frente; não podia João de Souza ter outro terreno além da cerca de Antonio de Rezende.

Para João de Souza ser senhor do terreno de que fez cessão a Antonio Gordo era preciso que o houvesse do mesmo Rezende.

A verdade e esta :

Na distribuição dos lotes coloniaes ficou devoluto todo o terreno desde o arroio da Azenha até a cidade, para ali ser marcado o logradouro publico : os successores do primeiro concessionario Antonio Pereira, aos poucos, se foram apossando d'elle, vindo do fundo para a frente, o que bem se evidencia das escripturas que já transcrevemos.

Os terrenos devolutos eram concedidos a quem os occupava, segundo as ordens de sua magestade e se ficava obrigado a quem os quizesre cultivar.

Foi assim que, não estando ainda povoado aquelle terreno, e nem marcada a extensão que deviã ficar para logradouro publico, foram d'elle se apossando os mais expertos. João de Souza queria tambem o seu pedaço, encostando-se a cerca do negro velho Antonio de Rezende ; mas a exigencia do governador, antes d'elle ter cultura alguma no terreno, veio desmanchar seu plano, e por isso tomou a resolução de passar escriptura de cessão do terreno a Antonio Gordo, a ver (como elle diz) se sua excellencia, «attenta a sua pobreza, lhe dava outro em qualquer lugar onde fosse servido.»

Se João de Souza era dono do terreno que cedeu a Antonio Gordo, porque razão não procedeu como este, que exigio outro em troca ? Por appellou para a generosidade do governador ?

Se o terreno cedido era propriedade de João de Souza, por que Antonio Gordo pediu titulo de concessão em troca do seu ?

O titulo passado a Antonio José da Silva Guimarães prova claramente o que conjecturamos acima.

Eil-o :

«Attendendo á grande necessidade que havia de um terreno commodo para se formar um potreiro que sirva de conservar alguns cavallos de serviço da tropa de cavallaria destacada n'esta villa, e offerecendo-nos Antonio José da Silva Guimarães, do commercio d'esta villa, o seu terreno já cercado sito na varzea d'esta mesma villa, com as confrontações dos titulos que o mesmo apresentou-me, o qual terreno achando, com effeito, muito sufficiente para o dito fim, mandei incorporar aos bens da coroa e da real fazenda. Mas representando-nos o mesmo Antonio José da Silva Guimarães que, em remuneração d'este, necessitava que eu lhe confirmasse outro terreno que lhe havia cedido João de Souza Machado e sua mulher

Josepha Bernardina de Jesus, com as confrontações constante da mesma cessão, que me foi presente, passado em 16 de janeiro do presente anno, confirmo-lhe o dito terreno, com 70 braças de frente e 300 de fundo lugar fronteiro ao que se lhe tomou para a real fazenda, e divide por um lado com terreno do preto Antonio mina e pelo outro com a mesma varzea, fazendo frente á estrada que segue para a Azenha e fundo para a estrada que segue para Viamão, cujo terreno em retribuição do outro lho confirmo e concedo para o possuir para todo o sempre. Porto Alegre, 17 de janeiro de 1805. —*Paulo José da Silva Gama.*»

Póde haver mais alguma duvida em vista do título passado a Antonio de Rezende, baseado na informação de Antonio Ribeiro do Valle, que apparece neste negocio como um enviado descido das regiões celestes para vir com o peso de sua palavra veneranda esmagar esse arazoado assentado sobre as mais absurdas conjecturas ?

Não fica ali plenamente provado que Antonio de Rezende ficou collocado com frente na varzea ?

Como é que João de Souza apparece depois encostado a Antonio de Rezende, margeando a varzea ?

Se não houve de Antonio de Rezende, era intruso ali : não a outra conjectura a fazer-se.

Dahi nasce a ingenuidade com que elle cede um terreno importante, appellando para a generosidade do governador, que lhe daria outro « onde quer que fosse servido ».

E como explicaram os reivindicantes a construcção da casa que ali fez Antonio Gordo e passon, mais tarde, ao dominio de Leão, como perfeitamente se vê na planta de Serafim José de Azevedo, onde está marcada com o n. 6, bem na frente da varzea ?

Se a varzea era de João de Souza, como é que Antonio Gordo fez a casa com frente para ella ?

Ainda mais, e isto é o mais importante :

Como se explica o absurdo de ter o engenheiro Montanha aberto as duas estradas do Meio e da Azenha, unicas que davam ingresso para o porto, e collocando em ambas as estradas os casaes de ilhéos, começando do morro de Sant'Anna e acabando na varzea, entregou Antonio Pereira, antecessor de João de Souza, um terreno trancando ambas as estradas, como se vê na planta dos reivindicantes, porque, começan-

do na esquina da rua da Floresta, termina em meio da rua da Imperatriz ?

Póde entrar na cabeça de alguém que o engenheiro Montanha commettesse um tal absurdo ?

Como é que Manoel Fernandes da Varzea, o seu confrontante da esquerda, ficou com a sua frente na estrada, e o visinho passou além, trancando a mesma estrada ?

Sophismem, sophismem quanto quizerem ; a verdade, por fim, ha de apparecer radiante como a luz.

Continuaremos : já agora é preciso abrir a cova e enterrar os reivindicantes *per omnia seculo seculorum...*

3 de março de 1884.

XVIII

Já provamos que João de Souza Machado ou seus herdeiros nada mais possuem ou possuiram se não o terreno que medeava entre Manoel Fernandes da Varzea (chacara do Telles) e preto castelhano, que logicamente ficava do lado opposto ao de Varzea.

Examinemos agora o mappa apresentado pelos reivindicantes.

Para logo, quem pega n esse mappa (ainda mesmo sem ser profissional), pergunta—onde é a frente d'este terreno ? Eu daria um doce a quem fosse capaz de descobrir por este mappa onde está a frente do terreno de João de Souza.

O terreno tem o seu comprimento de norte a sul (diz o titulo primitivo); logo, a sua frente deve estar em uma das extremidades,—não ha como fugir d'aqui.

Mas o que é que vemos ? A extremidade norte olhando para os mattes devolutos da margem do rio, no Caminho Novo; outra extremidade (sul) encarando igualmente o terreno devoluto entre a varzea e o riachinho,

Em sua largura dá-se ainda maior absurdo: de um lado Manoel Fernandes da Varzea (chacara do Telles), que tem o seu comprimento, igualmente de norte a sul, como João de Souza, tem a sua frente na estrada e ali morre: do outro lado, o preto castelhano pelo mesmo mappa dos reivindicantes fica com frente á varzea, já no canto da rua da Conceição.

Se João de Souza tinha direito de estender o seu comprimento, atravessando toda a varzea, o seu visinho Telles (segundo a confrontação) tinha igual direito, e da mesma forma o preto castelhano.

Onde fica o logradouro publico deixado pelo engenheiro Montanha ?

Onde ficava a sahida para fóra ?

Hoc opus hic labor est.

Por mais que se torça para a direita e para a esquerda, sempre a verdade a perseguil-os com a sua logica inexoravel !

Parece que tenho esclarecido bem onde ficam as divisas do terreno de João de Souza, quer de um quer de outro lado.

Sabendo-se onde fica a frente dos dois confrontantes de este e oeste, procuremos agora verificar o terreno de João de Souza, pondo-o na mesma linha dos dois visinhos, isto é, com frente á varzea, e procuremos as 730 1/2 braças de comprimento, que constam do titulo, a ver até onde vão dar ellas, servindo para isso, não o actual alinhamento, mas o que tinha antigamente e consta da planta da varzea, de Serafim José de Azevedo, junta aos autos.

Medindo-se, pois, da frente da Varzea para traz, encontramos as 730 1/2 braças terminando no vallo que fica dividindo os terrenos da Floresta e do Caminho Novo.

Os proprios reivindicantes confessam que depois de aberta a estrada dos Moinhos de Vento, hoje rua da Independencia, João de Souza fizera doação de um pedaço de terreno a Thomaz Pereira de Carvalho, do lado opposto da mesma estrada dos Moinhos de Vento, para os lados da rua da Floresta.

Mas até onde ia este pedaço ?

Não dizem.

Depois d'isto foi que se abriu a rua da Floresta, já se sabe, á custa dos proprietarios, que tinham frente na estrada dos Moinhos de Vento, os quaes ficaram com terrenos de ambos os lados, inde morrer os da parte de baixo no vallo divisorio dos terrenos do Caminho Novo.

Se se provar que o terreno de João de Souza dando-se-lhe o mesmo alinhamento dos seus dois confrontantes da varzea, tem as 730 1/2 braças até o vallo divisorio das chacaras do Caminho Novo e rua da Flo-

resta, desapparece a razão de ser para a reivindicacão: e isto é a cousa mais facil do mundo.

Vou provar agora, com um documento insuspeito, que os terrenos concedidos aos illicos, que tinham frente para a estrada do Meio, iam até perto da beira do rio no Caminho Novo.

Muita attenção para esse documento :

Um individuo (dos casaes) por nome Jose Cactano requerendo em 1778 ao governador Jose Marcellino um terreno na beira do rio, nos fundos do de Antão Silveira que tinha obtido sua dacta de terras, como os outros, na estrada de Viamão, o qual terreno, da beira do rio, estava devoluto, «apezar de que o tal Antão Silveira d'elle se dizia dono, quando o seu titulo não lhe dava direito até o rio», obteve do governador o seguinte despacho :

«Informe o capitão engenheiro Montanha.—Porto Alegre, 28 de Setembro de 1778.—José Marcellino de Figueiredo.—Informação : Na repartição que se fez aos casaes, pertencentes a esta povoação, foram comprehendidos os mattos que bordam o rio, por estes ficarem para o logradouro e realengo dos moradores, pois o logradouro da villa «é constante ser uma varzea onde se não encontra nenhum capão capaz de fornecer o quotidiano gasto, e precisa madeira para a erecção dos edificios» e assim ninguem tem nos mattos referidos mais que o dominio util e não o direito, que só pertence ao commum do povo, porém este ullimo parece não embarça a vendá dos fructos pendentes e bemfeitorias, que passam com a mesma natureza do primeiro. O supplicante, não tendo terras, sei que foi trabalhar para a sua sustentação e de sua mulher no meio do matto que borda o rio-Guahyba, e corresponde ao fundo da dacta do supplicado Antão Silveira, que se chama á posse do sitio de que se trata.

«Quando se demarcaram as dactas, todas as que fazem fundos para os mesmos mattos, lhes ficaram muitos poucos, e alguns nenhum, por cujo motivo se concedeu vocalmente a alguns casaes que se poderiam utilizar do matto, entrando por elle ao capaz para suas plantações, algumas braças, segundo o trabalho que cada um fizesse ordinariamente, e não como os mesmos casaes pretendem, querendo chegar ao meio do matto e outros até o rio, como tenho ouvido geralmente.

«Finalmente o que pertence aos casaes e a borla do matto da parte do campo em que findam suas daetas e entre os *marcos* de suas testadas, sem se entranharem mais que algumas braças: além d'isto, não havendo declaração, seria util para ao adiante que houvesse esta declaração no registro das cartas de daetas, para haver na vedoria: registrando-se este requerimento, pois d'esta natureza haverá outros muitos. Em 28 de setembro de 1778.—*Alexandre José Montanha*. —Despacho: Póde o supplicante sustentar-se no sitio em que se acha, sem prejuizo de terceiro, e registre-se este requerimento e despacho, com a informação na provedoria para constar, como parece ao capitão engenheiro. Porto Alegre, 1 de outubro de 1773. —*José Marcellino de Figueiredo*»

Paremos por hoje: depois analysaremos esta informação do engenheiro Montanha e mostraremos concludentemente quaes as divisas de João de Souza na extremidade norte, isto é, no fundo do terreno.

7 de março de 1884.

XIX

Pela transcripção já feita da informação do capitão Montanha (o mesmo que estabeleceu os ilheos) se vê que os terrenos concedidos na estrada de Viamão (Caminho do Meio) não tinham fundo senão até os mattos da beira do rio, apesar de que alguns casaes queriam chegar até elle.

N'aquella informação pede o mesmo Montanha para se providenciar, d'ahi em diante, afim de que nos titulos que se passassem se mencionasse confrontações nos fundos.

Ve-se tambem que o governador mandou registrar esta informação para ser aproveitada a medida proposta pelo engenheiro.

Não sei se foi em razão d'esta informação ou se por outro motivo que foi mandado fazer um vallo nos fundos dos terrenos dos ilheos, o qual vallo, principiando no becco do Barboza, vai acabar na rua da Princeza.

Este vallo ficou a cargo da camara, que desde 1811 por diversas vezes gastou dinheiro para a sua conservação em razão do serviço que prestava; recchen-

do as agoas que desciam das ruas de cima, as levava até a rua da Princeza, por onde desciam para o rio.

O mencionado vallo fica, mais ou menos, em meia quadra, entre as ruas da Floresta e Voluntarios da Patria e póde ser visto por quem quizer e até sobre elle pende uma representação á presidencia, para que continue como dantes, afim de enxugar os terrenos das chacaras da rua da Floresta em razão de estar muito elevada a rua dos Voluntarios da Patria, que véda a sahida das agoas para o rio, inconveniente que póde ser obstado se continuar a funcionar aquelle vallo até a rua da Princeza.

Como já se viu, os reivindicantes confessam que João de Souza deu um pedaço do fundo de sua chacara a Thomaz Pereira de Carvalho, depois de aberta a estrada dos Moinhos de Vento (hoje rua da Independencia), que é, dizem elles, o que forma a chacara denominada dos Allemães, a qual foi de José Ignacio Lourenço, cuja chacara ficou tambem fazendo frente á rua da Floresta, onde, concluem elles, acabava a chacara de João de Souza.

Foi sobre esta conjectura que elles mandaram organizar o mappa que juntaram aos autos, sendo o ponto de partida o canto das ruas da Floresta e D. Affonso, e o termo no meio dos terrenos que margeam a rua da Azenha, quando é certo que estes terrenos tiveram concessão sua, com fundos ao arroio, e nunca foram concedidos a João de Souza, nem a nenhum dos seus antecessores.

Que João de Souza doou a Thomaz Pereira de Carvalho todo o resto do seu terreno, desde a frente da estrada dos Moinhos de Vento até ao fim d'elle; não resta a menor duvida; o que se duvida é que o terreno doado fosse só até a rua da Floresta.

O fiscal honorario vai completar a conjectura do habil advogado dos reivindicantes, o qual, sendo ainda muito criança para ter conhecimento de todo o terreno de João de Souza, fez obra pelas informações dos interessados.

Thomaz Pereira de Carvalho recebeu doação (isto é, comprou em realidade) de João de Souza, não o terreno das chacaras dos allemães, mas sim toda a largura de seu terreno na rua da Independencia, que se estende desde a frente das divisas do coronel Mariante até pouco além da rua de D. Affonso, com o fundo até o lugar que d'aqui a pouco vou indicar.

A viuva do dr. Landell, d. Rosa de Carvalho, ainda viva, é filha de Thomaz Pereira de Carvalho e d'elle houve a chacara chamada do Landell, que se estende até a divisa da dos allemães, os quaes allemães a houveram dos herdeiros de José Ignacio Lourenço, genro de Thomaz Pereira de Carvalho, por ser casa- do com d. Maxima, irmã de d. Rosa Landell.

Foi depois de transferir João de Souza o terre- no a Thomaz Pereira de Carvalho, que se abriu a rua da Floresta, cortando o terreno justamente ao meio.

A parte debaixo, isto é, com fundos para a banda do rio até o vallo divisorio das dactas dos ilhéos, foi vendida por Thomaz Pereira de Carvalho a Francisco de Sá Brito, cognominado o *Chico das botas*, o qual Sá Brito retalhou e vendeu a diversos, dando con- frontação, na frente com a rua da Floresta e fun- dos até o vallo.

Dos compradores, um foi o preto Matheus Leonar- do, que por sua vez vendeu á preta Marcella, de quem veio o nome do becco, que mais tarde teve a christa de D. Affonso.

Thomaz Pereira de Carvalho reservou para si o ter- reno que fica entre as ruas da Independencia e da Floresta, onde estabeleceu uma olaria, a qual ainda existe quasi em frente do becco da Marcella.

Mandai, cidadãos vereadores, por vosso engenhei- ro correr a corrente desde o vallo do fundo do terre- no de João de Souza, no becco da Marcella, onde es- tão fazendo uma propriedade os irmãos Kappel, até á desembocadura da varzea, no canto da rua de D. Affon- so, e ali encontrareis as 730 $\frac{1}{2}$ braças de comprimen- to de norte a sul, de que reza o titulo do primeiro pos- suidor Antonio da Silveira Pereira, mostrando as- sim que todas as declarações de pedaços de menos a André Gonçalves e outros é tudo mera phantasia, para não dizer espertezas, que servirão de base para novas posses do terreno devoluto, que ficava em frente.

Agora conversemos um pouco com os reivindicantes.

Desejaria que me explicasseis quem é que deve ser taxado de má fé: se todos os possuidores desde An- tonio da Silveira Pereira até os actuaes reivindicantes, ou se a camara municipal.

Sim, a camara pôde e deve ser taxada de negligen- te no cumprimento dos seus deveres, porque não fez immediatamente medir e tombar a varzea, contentan- do-se com o que estava feito, como se poderá ver na já citada planta junta aos autos, levantada por Se- raphim José de Azevedo, onde se encontra toda a var- zea já cercada e vallada, sendo estas as divisas cons- tantes do titulo de concessão.

Devia requerer a verificação, não o fez por negli- gencia, mas d'ahi até á má fé ha um grande caminho a percorrer.

A camara não é mais do que a administradora dos bens do povo, que fórma o municipio, e n'este ca- racter é uma entidade que não pôde ser taxada de má fé, porque o povo tambem não pôde ser taxado de má fé.

O povo pôde sim e tem sido muitas vezes taxado de revolucionario, de rebelde, quando se levanta contra os desmandos dos seus mandatarios, que, esquecendo- se de que não são mais do que delegados do povo, ar- voraram-se em seus verdugos.

E assim que temos visto muitas vezes o povo es- pingardeado pelos despotas quando, cansado de soffrer os seus desatinos, arroja-se contra os tyrannos, que, quando vencidos, apregoam a soberannia d'este mes- mo povo; mas quando vencedores, tornam-se crueis, mandando, como já vimos, esquartejar os cidadãos patriotas que ambicionaram a liberdade de sua pa- tria.

Isto, sim, temos visto, mas ser taxado o povo de má fé...

Nunca.

Era preciso que os incursos na pecha da má fé tro- cassem a sua posição, para allegarem má fé a sua con- tendora, afim de evitar a prescripção de dez annos, entre presentes, que lhes inflige a lei, fingindo-se tão innocentes que ignoraram por espaço de 18 annos a concessão, feita ao povo do municipio, da varzea, para seu logradouro, por não haver jornaes n'aquelle tempo, não enxergando João de Souza, apezar de mo- rar na varzea, onde tinha sua frente, nem ao menos a casa feita por Antonio Gordo, fronteando a mesma varzea, que depois tão absurdamente chamou sua.

João de Souza ignorando por espaço de dezoito annos a concessão da varzea para logradouro publi- co?

Santa ingenuidade!

E n'aquelle tempo, que Porto Alegre tinha pouco mais de cincoenta casas: que João de Souza era dos poucos que sabiam ler: que frequentava o velho vigário, a quem muitas vezes ajudava a missa.....

João de Souza só se lembrou de chamar-se a posse da varzea depois que tomou conselho com um celebre rabula cognominado o *Macahista*, por ser natural de Macahé, que o fiscal honorario bem conheceu.

Parece-me ainda o estar vendo subir a rua de Bragança, em um petico malacara andador, cujas ferraduras denunciavam de longe a aproximação do *Macahista*.

Mas o *Macahista* perdeu o seu latim, porque, não surtindo effeito o protesto apresentado em 1825, era mister requerer a medição, o que demonstraria claramente que a data de João de Souza estava completamente preenchida dos seus vallos para dentro, e o João de Souza não era idiota para arriscar-se a um tal descabro.

Ficou tudo somente em protestos até hoje.

Parece, pelo que fica exposto, que está inteiramente inutilisada a reivindicação dos herdeiros de João de Souza.

A minha consciencia me diz que cumpri fielmente o meu dever de fiscal, mórmente de um fiscal que só recebe d'elle enorme trabalho um signal de applauso de alguns patriotas (que ainda os ha), com o que se dá por sufficientemente pago.

O vosso fiscal ainda nada vos pediu: é, portanto, occasião de fazer-vos um oedido em nome do municipio.

Tendes perpetuado os nomes de muitos herões brasileiros, e de muitos cidadãos prestantes, passando seus nomes a posteridade, esculpindo-os nos cantos das ruas.

Existe até hoje sem nome a antiga estrada que deu entrada aos primeiros habitantes de Porto Alegre, vindos por terra desde a Laguna.

O iniciador d'essa estrada, o distribuidor dos lotes de terras aos seus primeiros sessenta casaes, que com tanto lino se houve, não pôde ficar no esquecimento.

Proponho-vos, portanto, em nome do municipio, para perpetuardes na memoria de nossos concidadãos o nome prestigioso do capitão Alexandre José Mon-

tanha, como um tributo de gratidão pelos relevantes serviços prestados ao municipio de Porto Alegre, dando á estrada tão mal denominada de Caminho do Meio o titulo de —rua do capitão Montanha.

Dou hoje por terminada a defesa dos interesses do municipio, por me parecer sufficientemente discutida tal materia; mas, se for necessario, reforçarei com mais alguns documentos o direito do povo, do qual é parte integrante o vosso fiscal honorario.

11 de março de 1884.

XX

Parece-me que estou já desembaraçado da magna questão da Varzea, em cujo desenvolvimento mais me convenci da grande necessidade de obterdes uma planta da cidade, não só de todos os seus arrabaldes, até uma legoa além dos actuaes limites, como do litoral, inclusive o rio Guahyba, com seu ancoradouro e ilhas fronteiras, desde a varzea de Gravatahy, até ás Pedras Brancas.

Se tivesséis uma planta exacta dos suburbios, em meia hora, com o compasso na mão, conhecereis as divisas da antiga dacta de João de Souza, sem ser preciso o vosso fiscal andar se causando a verificall-as, somente para orientar a quem de direito competia mandar medil-a.

Pergunto en agora:

Quem vai medir?

Quanto vai custar esta medição?

Ha de gastar-se talvez um conto de réis, porque é preciso que a medição se estenda aos seus contornos.

Amanhã precisareis decidir qualquer duvida nos suburbios ou no litoral e vos achareis nas mesmas difficuldades.

E é assim que tendes um armario cheio de mapas parciaes, sem harmonia com o todo, e o labyrintho estendendo-se cada vez mais para todos os lados, para attestar no futuro a nossa sapiencia.

Eu vos lamento minha linda terra; embalde tento concorrer para o realce da vossa formosara: um genio máo vos persegue.

Finalmente o que pertence aos casaes e a borda do matto da parte do campo em que fundam suas dactas e entre os *marcos* de suas testadas, sem se entranharem mais que algumas braças: além d'isto, não havendo declaração, seria util para no adiante que houvesse esta declaração no registro das cartas de dactas, para haver na vedoria: registrando-se este requerimento, pois d'esta natureza haverá outros muitos. Em 28 de setembro de 1778. — *Alexandre José Montanha.*

— Despacho: Póde o supplicante sustentar-se no sitio em que se acha, sem prejuizo de terceiro, e registre-se este requerimento e despacho, com a informação na provedoria para constar, como parece ao capitão engenheiro. Porto Alegre, 1 de outubro de 1773. — *José Marcellino de Figueiredo.*

Paremos por hoje: depois analysaremos esta informação do engenheiro Montanha e mostraremos concludentemente quaes as divisas de João de Souza na extremidade norte, isto é, no fundo do terreno.

7 de março de 1884.

XIX

Pela transcripção já feita da informação do capitão Montanha (o mesmo que estabeleceu os ilheos) se vê que os terrenos concedidos na estrada de Viamão (Caminho do Meio) não tinham fundo senão até os mallos da beira do rio, apezar de que alguns casaes queriam chegar até elle.

N'aquella informação pede o mesmo Montanha para se providenciar, d'ahi em diante, afim de que nos títulos que se passarem se mencionasse confrontações nos fundos.

Ve-se tambem que o governador mandou registrar esta informação para ser aproveitada a medida proposta pelo engenheiro.

Não sei se foi em razão d'esta informação ou se por outro motivo que foi mandado fazer um vallo nos fundos dos terrenos dos ilheos, o qual vallo, principiando no becco do Barboza, vai acabar na rua da Princeza.

Este vallo ficou a cargo da camara, que desde 1811 por diversas vezes gastou dinheiro para a sua conservação em razão do serviço que prestava; recen-

do as agoas que desciam das ruas de cima, as levava até a rua da Princeza, por onde desciam para o rio.

O mencionado vallo fica, mais ou menos, em meia quadra, entre as ruas da Floresta e Voluntarios da Patria e póde ser visto por quem quizer e até sobre elle pendê uma representação á presidencia, para que continue como dantes, afim de enxugar os terrenos das chacaras da rua da Floresta em razão de estar muito elevada a rua dos Voluntarios da Patria, que veda a sahida das agoas para o rio, inconveniente que póde ser obstado se continuar a funcionar aquelle vallo até a rua da Princeza.

Como já se viu, os reivindicantes confessam que João de Souza deu um pedaço do fundo de sua chacara a Thomaz Pereira de Carvalho, depois de aberta a estrada dos Moinhos de Vento (hoje rua da Independencia), que é, dizem elles, o que forma a chacara denominada dos Allemães, a qual foi de José Ignacio Lourenço, cuja chacara ficou tambem fazendo frente á rua da Floresta, onde, concluem elles, acabava a chacara de João de Souza.

Foi sobre esta conjectura que elles mandaram organizar o mappá que juntaram aos autos, sendo o ponto de partida o canto das ruas da Floresta e D. Affonso, e o termo no meio dos terrenos que margeam a rua da Azenha, quando é certo que estes terrenos tiveram concessão sua, com fundos ao arroio, e nunca foram concedidos a João de Souza, nem a nenhum dos seus antecessores.

Que João de Souza doou a Thomaz Pereira de Carvalho todo o resto do seu terreno, desde a frente da estrada dos Moinhos de Vento até ao fim d'elle; não resta a menor duvida; o que se duvida é que o terreno doado fosse só até a rua da Floresta.

O fiscal honorario vai completar a conjectura do habil advogado dos reivindicantes, o qual, sendo ainda muito creanca para ter conhecimento de todo o terreno de João de Souza, fez obra pelas informações dos interessados.

Thomaz Pereira de Carvalho recebeu doação (isto é, comprou em realidade) de João de Souza, não o terreno das chacaras dos allemães, mas sim toda a largura de seu terreno na rua da Independencia, que se estende desde a frente das divisas do coronel Mariante até pouco além da rua de D. Affonso, com o fundo até o lugar que d'aqui a pouco vou indicar.

A viuva do dr. Landell, d. Rosa de Carvalho, ainda viva, é filha de Thomaz Pereira de Carvalho e d'elle houve a chacara chamada do Landell, que se estende até a divisa da dos allemães, os quaes allemães a houveram dos herdeiros de José Ignacio Lourenço, genro de Thomaz Pereira de Carvalho, por ser casado com d. Maxima, irmã de d. Rosa Landell.

Foi depois de transferir João de Souza o terreno a Thomaz Pereira de Carvalho, que se abriu a rua da Floresta, cortando o terreno justamente ao meio.

A parte debaixo, isto é, com fundos para a banda do rio até o vallo divisorio das dactas dos ilhéos, foi vendida por Thomaz Pereira de Carvalho a Francisco de Sá Brito, cognominado o *Chico das botas*, o qual Sá Brito retalhou e vendeu a diversos, dando confrontação, na frente com a rua da Floresta e fundos até o vallo.

Dos compradores, um foi o preto Matheus Leonardo, que por sua vez vendeu á preta Marcella, de quem veio o nome do becco, que mais tarde teve a chrisma de D. Affonso.

Thomaz Pereira de Carvalho reservou para si o terreno que fica entre as ruas da Independencia e da Floresta, onde estabeleceu uma olaria, a qual ainda existe quasi em frente do becco da Marcella.

Mandai, cidadãos vereadores, por vosso engenheiro correr a corrente desde o vallo do fundo do terreno de João de Souza. no becco da Marcella, onde estão fazendo uma propriedade os irmãos Kappel, até á desembocadura da varzea, no canto da rua de D. Affonso, e ahí encontrareis as 730 1/2 braças de comprimento de norte a sul, de que reza o titulo do primeiro possuidor Antonio da Silveira Pereira, mostrando assim que todas as declarações de pedaços de menos a André Gonçalves e outros é tudo mera phantasia, para não dizer espertezas, que servirão de base para novas posses do terreno devoluto. que ficava em frente.

Agora conversemos um pouco com os reivindicantes.

Desejaria que me explicasseis quem é que deve ser taxado de má fé: se todos os possuidores desde Antonio da Silveira Pereira até os actuaes reivindicantes, ou se a camara municipal.

Sim, a camara póde e deve ser taxada de negligente no cumprimento dos seus deveres, porque não fez immediatamente medir e tombar a varzea, contentando-se com o que estava feito, como se poderá ver na já citada planta junta aos autos, levantada por Seraphim José de Azevedo, onde se encontra toda a varzea já cercada e vallada, sendo estas as divisas constantes do titulo de concessão.

Devia requerer a verificação, não o fez por negligencia, mas d'ahi até á má fé ha um grande caminho a percorrer.

A camara não é mais do que a administradora dos bens do povo, que fórma o municipio, e n'este character é uma entidade que não póde ser taxada de má fé, porque o povo tambem não póde ser taxado de má fé.

O povo póde sim e tem sido muitas vezes taxado de revolucionario, de rebelde, quando se levanta contra os desmandos dos seus mandatarios, que, esquecendo-se de que não são mais do que delegados do povo, arvoraram-se em seus verdugos.

E' assim que temos visto muitas vezes o povo espingardeado pelos despotas quando, cansado de soffrer os seus desatinos, arroja-se contra os tyrannos. que, quando vencidos, apregoam a soberannia d'este mesmo povo; mas quando vencedores, tornam-se cruéis, mandando, como já vimos, esquartejar os cidadãos patriotas que ambicionaram a liberdade de sua patria.

Isto, sim, lemos visto, mas ser taxado o povo de má fé...

Nunca.

Era preciso que os incursos na pecha da má fé trocassem a sua posição, para allegarem má fé a sua contendora, afim de evitar a prescripção de dez annos, entre presentes, que lhes inflige a lei, fingindo-se tão innocentes que ignoraram por espaço de 18 annos a concessão, feita ao povo do municipio, da varzea, para seu logradouro, por não haver jornaes n'aquelle tempo, não enxergando João de Souza, apesar de morar na varzea, onde tinha sua frente, nem ao menos a casa feita por Antonio Gordo, fronteando a mesma varzea, que depois tão absurdamente chamou sua.

João de Souza ignorando por espaço de dezoito annos a concessão da varzea para logradouro publico?

Santa ingenuidade !

E n'aquelle tempo, que Porto Alegre tinha pouco mais de cincoenta casas ; que João de Souza era dos poucos que sabiam ler : que frequentava o velho vigário, a quem muitas vezes ajudava a missa.....

João de Souza só se lembrou de chamar-se a posse da varzea depois que tomou conselho com um celebre rabula cognominado o *Macahista*, por ser natural de Macahé, que o fiscal honorario bem conheceu.

Parece-me ainda o estar vendo subir a rua de Bragança, em um petiço malacara andador, cujas ferraduras denunciavam de longe a approximação do *Macahista*.

Mas o *Macahista* perdeu o seu latim, porque, não surtindo effeito o protesto apresentado em 1825, era mister requerer a medição, o que demonstraria claramente que a data de João de Souza estava completamente preenchida dos seus valles para dentro, e o João de Souza não era idiota para arriscar-se a um tal descabro.

Ficou tudo sómente em protestos até hoje.

Parece, pelo que fica exposto, que está inteiramente inutilisada a reivindicção dos herdeiros de João de Souza.

A minha consciencia me diz que cumpri fielmente o meu dever de fiscal, mórmente de um fiscal que só recebe d'elle enorme trabalho um signal de applauso de alguns patriotas (que ainda os ha), com o que se dá por sufficientemente pago.

O vosso fiscal ainda nada vos pediu: é, portanto, occasião de fazer-vos um oedido em nome do municipio.

Tendes perpetuado os nomes de muitos heróes brazileiros, e de muitos cidadãos prestantes, passando seus nomes á posteridade, esculpindo-os nos cantos das ruas.

Existe até hoje sem nome a antiga estrada que deu entrada aos primeiros habitantes de Porto Alegre, vindos por terra desde a Laguna.

O iniciador d'essa entrada, o distribuidor dos lotes de terras aos seus primeiros sessenta casaes, que com tanto tino se houve, não pôde ficar no esquecimento.

Proponho-vos, portanto, em nome do municipio, para perpetuardes na memoria de nossos concidadãos o nome prestigioso do capitão Alexandre José Mon-

tanha, como um tributo de gratidão pelos relevantes serviços prestados ao municipio de Porto Alegre, dando á estrada tão mal denominada de Caminho do Meio o titulo de —rua do capitão Montanha.

Dou hoje por terminada a defesa dos interesses do municipio, por me parecer sufficientemente discutida tal materia; mas, se for necessario, reforçarei com mais alguns documentos o direito do povo, do qual é parte integrante o vosso fiscal honorario.

11 de março de 1884.

XX

Parece-me que eston já desembaraçado da magna questão da Varzea, em cujo desenvolvimento mais me convenci da grande necessidade de obterdes uma planta da cidade, não só de todos os seus arrabaldes, até uma legoa além dos actuaes limites, como do litoral, inclusive o rio Guahyba, com seu ancoradouro e ilhas fronteiras, desde a varzea de Gravatahy, até ás Pedras Brancas.

Se tivesséis uma planta exacta dos suburbios, em meia hora, com o compasso na mão, conhecereis as divisas da antiga dacta de João de Souza, sem ser preciso o vosso fiscal andar se causando a verificall-as, sómente para orientar a quem de direito competia mandar medil-a.

Pergunto eu agora:

Quem vai medir?

Quanto vai custar esta medição?

Ha de gastar-se talvez um conto de réis, porque é preciso que a medição se estenda aos seus contornos.

Amanhã precisareis decidir qualquer duvida nos suburbios ou no litoral e vos achareis nas mesmas difficuldades.

E é assim que tendes um armario cheio de mapas parciaes, sem harmonia com o todo, e o labirinto estendeudo-se cada vez mais para todos os lados, para attestar no futuro a nossa sapiencia.

Eu vos lamento minha linda terra; embalde tento concorrer para o realce da vossa formosara: um genio máo vos persegue.

Consolai-vos, porque, apesar de tudo, o vosso esplendor natural ha de sempre apresentar-vos faceira e linda como uma Venus.

Não sereis uma cidade á semelhança das outras, mas em vossa especialidade ostentareis um labirinto igual ao de Creta, tão afamado entre os antigos.

Muitos dos nossos co-municipes me andam a perseguir para tratar do centro da cidade.

Mas que vou eu lembrar-vos, quando vejo tantos elogios aos melhoramentos que tendes levado a effeito no ajardinamento das praças?

No entanto vou lembrar alguma cousa que já devia estar feita, para fazer apparecer mais saliente o embellezamento d'essas mesmas praças.

Entremos na rua dos Andradas.

Assemelha-se a certos individuos cheios de basofia, que apresentam aos transeuntes uma sala ricamente mobiliada, mas com o centro em completa miseria.

Em uma parte d'esta rua um luxuoso passeio, illuminado profusamente, assim com aspecto de rua do Ouvidor da corte; e o resto abandonado até dos proprios proprietarios, que se esquecem de seus interesses, deixando em péssimo estado a frente de suas casas.

Ouçõ muitas opiniões, todas contradictorias, sobre o direito que assiste a esta camara de obrigar os proprietarios á construcção dos passeios.

Vós deveis saber o direito que vos dá a lei, se é que ha lei que se occupe d'estas ninharias.

Haja ou não haja lei, a municipalidade, por influencia de cada um de seus membros, pôde fazer muita cousa, com o auxilio dos proprietarios, que, quando tratados com certa consideração, preferem os sacrificios para não fazer triste figura diante de seus concidadãos.

Haja vista o que se tem feito na cidade do Rio Grande: ali pôde-se passear por toda a cidade sem encontrar os buracos e precipicios que vemos aqui até nas ruas mais populosas.

Mas é que ali segue-se regra diversa: ali apella-se para o patriotismo dos proprietarios; ali o vereador não julga descer de sua dignidade para tratar com seu concidadão.

Aqui, salvo algumas excepções honrosas, os vereadores, desde a mais remota antiguidade, tem

entendido que o cargo de vereador é autoritario. Rarissimas vezes ve-se a camara dirigir-se aos cidadãos para obter os seus bons officios em prol dos interesses do municipio. Aqui ordena-se, intima-se por intermedio dos fiscaes.

E o resultado?

E' o que vemos:

— Não tenho obrigação; a camara que mande fazer.

Perdão, cidadãos vereadores, por esta divagação; retomo já o fio de minha narração.

Não se poderá obter dos proprietarios a reforma dos passeios do centro da cidade, que estão quasi em ruinas?

Creio que sim, mas com geito.

Se mandardes por vossos fiscaes intimal-os, nada obterão de proveitoso.

Dirigi-vos aos cidadãos de mais prestigio dos diferentes bairros da cidade, invocai seu patriotismo para ajudarem-vos na grande obra, em que deveis estar empenhado de melhorar o calcamento e tornar comodo o transito; lançai-lhes em rosto os vossos bonitos jardins, que estão fazendo um ridiculo contraste com o despejo em que jaz todo o resto da cidade: e, á fé de homem, vos digo que obtereis tudo quanto for necessario para dar ao nosso Porto Alegre o aspecto mais elegante e mais gentil.

Experimentai, experimentai e conhecereis que o vosso fiscal honorario não se engana, nem vos engana.

Supponho que o Campo do Bamfim vai entrar nas vias do progresso. Já está em andamento o aterro para o prolongamento da rua da Conceição, em direcção á que lhe fica em frente, do outro lado do campo.

Mais um exemplo para repetir-vos que se deve olhar para o dia seguinte e não nos occuparmos sómente do presente.

Lá fica o chafariz entupindo a rua da Conceição! Quem seria o autor da collocação d'elle em tal lugar?

Quem o mandou collocar não veria a rua da Conceição?

Não devia prever que esta rua havia de atravessar o campo?

Ficará agora o chafariz estorvando o trânsito?

Quererá a Companhia Hydraulica removê-lo d'ali para lugar mais conveniente?

Mandastes compor o becco do Jacques; mas por que não se tirou uma recta desde o canto da rua da Igreja até o becco do Oitavo?

Porque nos negocios municipaes na segunda-feira não se preve o que ha de acontecer na terça, e assim continuará o becco sem trânsito para carros.

Cousas de Porto Alegre.

A rua de Bragança, na descida do Lyceu, recebe aterro no centro todos os annos.

Tem esta rua callias largas, tendo pequena extensão o leito da rua.

Não seria melhor mandar logo calçal-a em toda a largura, ao menos até a rua do Arvoredo, onde pela sua ingremidade, o aterro desaparece com as aguas?

A despeza com essa calçada é insignificante e evitaria o dispendio com o aterro.

Vai tomando um bonito aspecto a rua do Arvoredo, com o desaterro que ali se faz.

Quererão todos os proprietarios descer as frentes? Precisa geito para convencel-os.

O vereador que tem a seu cargo a inspecção d'aquelle districto prestará um relevante serviço se conseguir que desapareçam aquelles precipicios.

Precisa fazer comprehender aos proprietarios, que não têm dinheiro para obra — que do couro sahem as correias: que a despeza é recuperada em poucos mezes pelo augmento do aluguel.

O respectivo vereador pôde influir no animo dos proprietarios para que façam uma operação de credito, que trará dupla vantagem: o augmento do valor da propriedade e o aformozamento da rua.

Fica hoje por aqui o fiscal honorario.

17 de março de 1884.

XXI

Temos ainda de voltar á abertura da rua da Concordia.

E' bem certo que da discussão nasce a luz.

Veio pelo *Jornal do Commercio* o digno cidadão Aurelio de Bittencourt, explicar o que tem dado lugar á demora da abertura da rua.

Só pelo escripto do mencionado cidadão é que fiquei sabendo que ás beatas (assim são conhecidas as irmãs do Carmo) tem de ser dada a quantia de seis centos mil réis, sendo quatro centos pelo terreno e duzentos pela mudança do muro.

Eis a razão porque o vosso fiscal honorario tem vos pedido a prompta publicação dos vossos actos.

Pela publicação de uma de vossas actas fiquei sabendo que o presidente estava autorizado a despendar seis centos mil réis para levar a cabo a referida abertura da rua.

Perdão, dignos cidadãos vereadores, por esta observação.

Não é assim que deveis publicar vossos actos; deve ser tudo bem explicado, para se poder apreciar a vossa administração.

Vamos ao assumpto.

Perdão tambem, digno cidadão Aurelio, se ouse contestar a vossa rectificação. Desejaria antes tributar-vos, em nome do municipio, louvores, se visse o vosso talento ao seu serviço.

Gosto de ver as cousas bem descarnadas, bem transparente; vou, pois, examinar com calma e animo desprevenido este negocio.

O terreno das beatas, tendo frente á rua da Olaria, estendia-se até á margem do Riacho, onde tambem fazia frente.

Ha cousa de dois annos, um individuo, querendo especular, propoz comprar a frente da margem com fundos até o lugar em que devia passar a rua da Concordia; mas ellas, apesar de não serem deste mundo, reconheceram logo que podiam fazer muito melhor negocio, deixando para si a parte por onde tinha de passar a mencionada rua, e declararam que terreno da margem levaria a sua extensão até duzentos palmos áquem da rua da Concordia.

Supponho que realisaram por esta fórma o negocio.

Se fizeram o negocio, como penso, ficaram as beatas com o seu terreno da rua da Olaria até duzentos palmos abaixo da rua da Concordia,

realizando portanto um excellento negocio, porque, aberta a rua (o que só dependia de sua vontade), ficavam ainda com tres frentes.

Vejamos agora o lucro que vem ás beatas com a abertura da rua.

O terreno tem, pouco mais ou menos, cento e vinte palmos de largura, que, com o comprimento que tem de mil e duzentos palmos, aproximadamente, vale, sem a abertura da rua, quarenta mil réis cada palmo, no maximo.

Sendo aberta, ficará a rua com duas frentes de cento e vinte palmos cada uma e duzentos de fundo.

O convento, recolhimento ou a denominação que tiver, fica ainda com um terreno de oitocentos palmos, mais ou menos, de fundo, o que já é um linda recreio dentro da cidade que, apesar da diminuição que soffre do quatro centos dados para os terrenos da rua da Concordia, fica sempre valendo o mesmo dinheiro, attento o grande valor que adquire o bairro com a nova rua.

Tem com este negocio, ou, fallando commercialmente, com esta especulação, as beatas realizado um lucro, a saber:

240 palmos de terreno a preço de 15\$000 o palmo, nas duas frentes da nova rua, 3:600\$000. Isto sem receber um real do cofre do municipio. Juntae-lhe agora os quatrocentos mil réis do cofre da camara, e renderá a especulação quatro contos de réis, fóra a despeza do muro.

E é isto, cidadão Aurelio, que julgais uma desapropriação em condições favoraes para o municipio.

Quereis agora saber o justo valor do terreno que tem de ser desapropriado, se não fosse para uma rua?

Eis ahi o calculo:

O terreno, com todo o seu fundo de 1,200 palmos, vale 40\$000 o palmo.

Façamos a regra de proporção:

Se 1,200 palmos de fundo valem 40\$000. 63 (que é o fundo que tem a rua) quanto valerão?
242\$000!!!

Eis ahi o negocio bem transparente.

As beatas, cedendo gratuitamente, como todos os outros o fizeram, o seu terreno, ganham 3:600\$000.

Tudo o mais é usura, que bem pôde ser dispensada por quem faz vida santa.

Occorre-me aqui fazer algumas perguntas a quem tenha o direito de responder.

O recolhimento do Carmo funciona legalmente?

Pôde esta corporação de mão-morta possuir bens de raiz?

Apezar de dizer o cidadão Aurelio que as beatas não tem patrimonio, que vivem de seu trabalho e poucas esmolas dos fieis, eu penso de modo contrario, porque tenho visto em testamentos muitos legados para o Carmo, e conheço diversos usufructuarios de bens que passarão ao Carmo.

Para terminar, cidadãos vereadores, peço-vos licença para me dirigir ao digno cidadão que se apresenta como protector do recolhimento do Carmo:

Digno cidadão, vós, que por mais de uma vez tendes apparecido em publico defendendo com o calor do vosso talento a nobre causa da emancipação, que vos tendes associado a todas as idéas generosas que tendem a levantar o progresso de vossa terra, ponde a vossa penna ao serviço da mais santa das causas.

Vinde ajudar ao fiscal honorario a fazer uma propaganda em beneficio do hospicio de alienados.

Lembrai-vos que ha perto de um anno está prompta uma parte d'aquelle edificio, destinado a receber os enfermos atacados da mais afflictiva molestia que acabrunha a misera humanidade, esperando que corram duas loterias para poder ser inaugurado, porque não tem ainda um vintem de patrimonio.

Fallai, com todo o enthusiasmo de vosso coração religioso, á consciencia de tantos homens ricos que estão amontoando o dinheiro superfluo.

Levantai uma cruzada em beneficio d'esses desgraçados emergidos em calaboucos imundos á espera que mãos caridosas lhes proporcionem o ensejo para poderem entrar em um tratamento adequado ao seu infertunio n'aquelle hospicio construido com o obolo do jogo da loteria.

Já que os nossos capitalistas d'aqui, nem durante a vida nem depois da morte, se lembram d'aquelle pio estabelecimento, fallemos ao coração dos nossos patriotas do resto da provincia.

Pintemos-lhes com as tristes verdadeiras cores a nossa vergonha.

Na heroica provincia do Rio Grande do Sul achase construido um edificio de alienados e não pôde funcionar porque não tem um vintem!!!

Vamos, cidadão Aurelio, isto é que é causa digna da vossa intelligencia, do vosso patriotismo, da vossa caridade.

Avante! que vos acompanhará de perto o fiscal honorario.

27 de março de 1884.

XXII

Já fizeste o relatorio para ser presente á assembléa?

E' o que se me pergunta todos os lados, sem que eu possa responder.

As vossas deliberações só são conhecidas do publico, quando as vossas actas são publicadas, e essa publicação só apparece dois ou tres mezes depois.

Parece que tendes medo de patentear os vossos actos.

Uma corporação como esta, representante immediata do povo, deve ter orgulho em ver bem publicos os seus actos, que devem tender todos a beneficiar o municipio, do qual sois administradores.

Quantas vezes carregais com culpas que não commettestes, por ser ignorado o vosso proceder.

A assembléa está funcionando; segundo a nossa organização politica, dependemos d'ella em tudo e por tudo; é, portanto, justo o desejo que tem os municipes de quererem saber o que pedis á assembléa.

Isto, cidadãos vereadores, não é censura, é apenas observação do vosso fiscal, que deseja ajudar-vos em tudo quanto pudér, para elevar o nosso municipio ao maior auge de prosperidade e engrandecimento.

Necessariamente deveis ter organisa lo um projecto de relatorio para ser discutido

Antes de ser discutido, devia ser publicado, porque a sua publicação provocaria a analyse da imprensa e desta analyse nasceria a luz que iria guiar o vosso procedimento.

Por esta forma o vosso relatorio seria um decu-

mento valioso para o procedimento futuro da assembléa; seria um documento respeitavel, porque seria tambem baseado na opinião publica, que, em ultima analyse, é a unica senhora absoluta dos destinos do povo.

Quereis um exemplo?

Foi hontem adoptada uma postura que subio á assembléa, quasi desaperecebidamente, mandando fechar as casas de commercio aos domingos.

Tereis força bastante para fazer cumprir esta postura?

Não figurou já esta postura no vosso codigo?

Não vos lembrais que ella foi desprezada por inexecutable e attentatoria da liberdade do cidadão?

Me direis, talvez, que a assembléa, aceitando-a, deu-lhe o cunho da justiça e do direito.

Mas não assim.

A nossa assembléa provincial poucas vezes acerta, porque dá mais attenção aos interesses partidarios do que aos do povo, porque ella não depende do povo, que nenhuma ingerencia tem na sua constituição.

Olhai para vós mesmos e respondei-me com sinceridade se vos julgais representantes do povo do municipio.

O municipio de Porto Alegre tem cincoenta mil habitantes e vós sois feitura de nove centos eleitores.

Onde ficou o povo?

Ficou onde estão os servos da Russia, e lá ficara até que, cansado de aturar os despotismos dos senhores que o opprimem, faça apparecer o seu direito.

Vamos á postura:

Tendes poder para fazer cumprir a postura?

Supponde que o vosso fiscal honorario tem uma casa de commercio e nella vende.

Hoje é domingo; mas eu não quero passear, abro a minha porta e ponho-me a ler a Biblia.

Apparece um fiscal qualquer e diz:

—Sr. Fulano, feche a porta.

—Vá mandar na sua casa.

Procura o fiscal as thestemunhas e volta:

—Fecha ou não fecha a sua casa?

—Não me aborreça já lhe disse.

—Está multado em 10\$000 ou aquillo que for.

No dia seguinte sou chamado ao juiz para receber a imposição.

Juiz:—Estais multado porque não obedecestes ad-

moestação á da camara para fechartes a porta; o que tendes a oppôr?

—Que sou senhor de minha vontade, que a camara não pôde mandar fechar a minha casa, onde tenho dominio absoluto.

Se o juiz tiver um pouco de senso e não for um despota responderá :

Tendes razão. Ide com Nossa Senhora e pague a camara as custas.

Se, ao contrario, o juiz for nescio e confirme o attentado, direi :

—Não aceito a vossa sentença, appello.

E por fim o que acontecerá?

Aquillo que já aconteceu, quando esta camara mandou fechar o açougue da rua S. Jeronymo.

E' bom avivar este caso, de que muitos não sabem.

Esta camara estabeleceu uma postura, que a assemblea approvou, dando á camara o direito de estabelecer os açougues onde ella julgasse conveniente.

Um soldado reformado, que já tinha arrostado os artigos do Conde de Lips, entendendo que não podia ser direiro o direito da camara, alugou uma casa para o seu açougue á rua S. Jeronymo, e, como era de estylo, pediu a respectiva licença de porta aberta.

A camara despachou que não queria açougue na rua de S. Jeronymo.

O soldado respondeu que o seu açougue havia de ser collocado onde conviesse, a elle e não a camara.

A camara insistio, o soldado abriu o seu açougue.

Appareceu um fiscal :

—Feche o açougue.

—Não fecho.

A camara pediu auxilio a policia.

Foi lá o subdelegado :

—Feche o açougue.

—Vá mandar fechar a sua casa.

Recorreu ao juiz de direito, que era o dr. Orlando, que sabe onde tem o naviz, o qual respondeu :

—Careço de competencia para obstar que o cidadão estabeleça o seu commercio onde lhe pareça.

Não desesperou a camara.

Requeriu a presidencia, que era, então, exercida pelo finado dr. João Dias, que sentenciou mandando desalojar o açougue.

O soldado appellou da presidencia para sua magestade.

Lá vai caminho da côrte este importante negocio, acompanhado de todas as razões do estylo.

Conselho de estado pleno...

Por unanimidade de votos, foi decidido que a postura era attentatoria aos direitos do cidadão açougueiro, que estava em seu pleno direito para estabelecer onde quizesse.

Por aqui já vêdes que a postura, apesar de approvada pela assemblea, não pôde attentar contra os direitos do cidadão, ainda mesmo uma assemblea constituida legalmente, quanto mais esta que se basêa em teias de aranha.

Voltará ainda a este assumpto, o fiscal honorario.

31 de março de 1884.

XXIII

Peço-vos de antemão perdão.

Vejo-me hoje collocado, por vosso respeito, em uma situação bem dolorosa :

De um lado vejo esta camara atacada e taxada de demolidora da liberdade do cidadão; de outro lado endeosada como protectora de uma classe, que se julga desvalida e opprimida.

Trata-se da vossa postura, obrigando o fechamento de todas as casas de commercio aos domingos.

Ja expendi minha opinião a respeito, mas não posso deixar de voltar a este assumpto, que requer a mais pronunciada attenção de todos os cidadãos.

Não se trata somente de dar folga a uma classe, que se julga desprotegida: se fosse só isso o que tivéssemos a attender, não havia nada mais justo.

Temos o rigoroso dever de sustentar os nossos principios de liberdade.

Torna-se preciso que colloquemos a questão que se debate nos terrenos em que deve ser assentada.

Examinemol-a á luz da razão e do direito :

Tra'a-se da obrigação em que nos achamos, nós, parte integrante deste povo, que não pensa nas consequencias de tal postura.

Os directores da sociedade devem guiar-se mais pela cabeça do que pelo coração.

A idéa é generosa, é bella, encarada á luz da razão; mas vai arrancar-nos uma das mais nobres conquistas

dos povos modernos : ella vai collocar o nosso povo a par do da Russia, pondo sua liberdade sob a tutela do governo.

A sancção de uma tal postura e o primeiro passo dado na senda do despotismo.

Não, podemos, não devemos consentir que mãos impuras toquem a arca santa que encerra nossas liberdades.

Pensemos, pois.

A sympathica classe caixeiral vem, por uma commissão, a publico, cheia de nobre ardor, sustentar o que ella julga ser um direito.

Daqui parte o erro.

O vosso fiscal não é suspeito, elle tem levado toda a sua vida, que já é longa, a sustentar a causa dos opprimidos.

O sentimento da liberdade é inato em seu coração.

Quanta perseguição, quanta injustiça tenho soffrido em toda a minha vida, por advogar a causa dos fracos contra os fortes.

Eu tambem já fui caixeiro alguns annos no Rio de Janeiro e em uma época em que o caixeiro era tratado barbaramente.

Ainda tenho a vingar as injustiças que soffri d'aquelles crueis ignorantes que se chamavam negociantes.

Sou d'aquelle tempo em que o caixeiro não tinha ordem de sentar-se, nem na ausencia completa dos freguezes e do proprio amo ; o encontro do caixeiro, sentado, era um crime severamente punido. Nem ao menos o pobre tinha licença de encostar ao mostrador os cotovellos. Devia estar firme como um soldado na fôrma.

Gravata e chapéo eram trastes que o caixeiro não possuia. O pobre caixeiro era mandado da rua Direira a S. Christovão, a Andarahy, Botafogo ou Jardim Botânico, sem chapéo, com a cabeça exposta aos ardores do sol.

O passeio...

O passeio, o sonho dourado do pobre caixeiro!

Tinha o caixeiro plena liberdade no dia de N. S. da Gloria, das 3 ás 8 horas da tarde!

Vem desde esse tempo o meu amor a liberdade, vem d'ahi o meu rancor aos despotas.

Fui obrigado a abandonar a carreira do commercio, por não poder tolerar tal despotismo.

Fallemos agora aos meus sympathicos amigos caixeiros :

E' nobre, é generosa a vossa aspiração : ella provoca a sympathia de todos os homens de coração.

Admiro, respeito a vossa união. Tendes bem comprehendido o axioma—*a união faz a força*—e é por meio d'ella que obtereis a consideração que Almejais ; não fôra ella, e esta questão não appareceria á luz.

Sois moços e sois o fogo, o enthusiasmo de todas as paixões nobres ; mas vos falta a calma, que só se adquire á custa de longa vida, passada na adversidade.

A mocidade é sempre presumpçosa : ella só enxerga as cousas pelo prisma da sua razão, que suppõe, em seu enthusiasmo, ser a melhor. Só o peso dos annos, só a experiencia propria traz a reflexão, que é a conselheira da razão.

Vós, meus dignos amigos caixeiros, sois muito jovens, ainda agora entraes na carreira da vida, nem ao menos tendes adquirido os vossos direitos politicos, ainda não tendes obrigação de sustentar as nossas poucas instituições liberaes.

Ainda não tendes experiencia para avaliar a perda dos direitos do cidadão, conquistados á custa de tanto sangue derramado.

No estado de adiantamento a que tendes elevado a vossa classe, pela vossa união e perseverança, tendes adquirido os meios para chegardes ao fim a que vos propondes, sem obrigar os vossos patrões por uma lei que vai ferir os seus direitos de liberdade.

Quando, no futuro, o mais entusiasta de todos vós, já curvado ao peso dos annos, descrente das illusões da vida, lançar um olhar retrospectivo para o seu passado, que é o seu presente de hoje, conhecerá que tinha ainda muito que aprender afim de entrar no desenvolvimento desta materia.

O commercio de hoje, salvo rarissimas excepções, está nas mãos de homens de educação, que sabem cumprir com os seus deveres sociaes. Um appello a seus sentimentos generosos vale mais que todas as leis prohibitivas. Usai portanto deste meio e sereis melhor attendidos, porque então o seu proceder será espontaneo, e a espontaneidade, em tal caso, vale mais que a prohibição legal.

Examinemos agora as consequencias más que pôde trazer uma tal medida :

Para logo, diz a nossa constituição, o cidadão tem em sua casa um asylo inviolavel.

E' uma tranca com que se defende o cidadão contra a policia, cuja acção muitas vezes é impotente para obstar uma fuga de criminoso, mas é direito contra o qual ninguem pôde attentar.

A lei garante a liberdade de commercio; é um attentado contra a liberdade de commercio querer limitar ao commerciante o seu exercicio.

Ninguem pôde ser obrigado a ir passear ou dormir.

A postura manda fechar as portas, mas não manda passear os caixeiros.

Se os commerciantes forem uns barbaros, como parece se figurou aos iniciadores de tal postura, obrigados pela lei fecharão as suas portas, deixando presos os seus caixeiros.

Além disso, ha certas casas que se não podem fechar.

Exemplifiquemos:

Porque razão os empregados do correio não gozam dos mesmos privilegios de liberdade que gozam todos os outros empregados nos dias santificados?

Porque tem obrigação a cumprir para commodidade e gozo das outras classes sociaes.

Não são obrigado, mas apesar desta prisão, quando vaga um emprego do correio, apresentam-se duzentos pretendentes.

Da mesma forma, a taverna não se pôde fechar: é ali que vão as classes desprotegidas esquecer as magoas de sua situação infeliz. porque é nesse dia que ellas tem uma folga.

Assim como o negociante, o caixeiro, o empregado publico, toda a alta sociedade, enfim, vai para os arabaldes comer, beber e pagodear nos restaurants, assim os miseros proletarios e escravos vão para a taverna, que é justamente nesse dia que fazem melhor negocio.

Com que direito, cidadãos vereadores, vós que exiges do taverneiro maior imposto do que aos outros commerciantes, quereis trancar as portas de suas casas nos dias em que fazem melhor negocio?

Ainda mais, e isto é o mais importante:

Como quereis privar a classe desgraçada dos proletarios a que vá se divertir, segundo o seu gosto, nas tavernas, assim como vós mesmos e todas as outras classes o fazem?

Porque afinal de contas os prazeres da vida encerram-se em comer e beber.

Deveis todos saber que bebe o grande, bebe o pequeno, bebe o rico, bebe o pobre. Bebem os commerciantes, assim como bebem os politicos; e até os Nestores da sociedade, os nossos senadores em plena sessão bebem suas cajuadas.

Já vos esqueceis que esta mesma postura figurou em vosso código e foi revogada, depois de muitas queixas, por ser attentatoria da liberdade do commercio, e prejudicial á vigilancia da policia, que não podia policia as tavernas, onde, acobertadas com a lei prohibitiva, a portas fechadas se commettiam as maiores immoralidades (não vão pensar que digo que era em todas as tavernas que se commettiam taes actos, era em muitas, salvas as excepções, mas todas estavam em plena actividade commercial)?

Já astá muito extenso este relatório, preciso terminar.

E' opinião de vosso fiscal honorario que a camara exorbitou de suas attribuições propondo o fechamento das portas, assim como a assembléa approvando a postura.

Tendes, pois, de ver reproduzidas as scenas que tiveram lugar com o açougeiro e que provocaram o aviso de 24 de novembro de 1877.

3 de abril de 1884.

XXIV

Venho hoje chamar a vossa attenção sobre o asylo de mendicidade, cujas obras foram mandadas sustar pelo governo imperial.

O art. 70 da lei de 1 de outubro de 1828 vos dá direito de inspecção sobre as escolas de primeiras letras, educação e destino dos orphãos pobres, em cujo numero entram os expostos; e quando estes estabelecimentos e os de caridade se achem de tracto ou por lei a cargo de outras autoridades individuaes ou collectivas, as camaras auxiliarão sempre, quanto estiver de sua parte, para a prosperidade e augmento dos referidos estabelecimentos.

O asylo de mendicidade é um estabelecimento de caridade, e, como tal, a lei o collocou debaixo de vossa protecção.

Entro no desenvolvimento desta materia com certo acanhamento, porque encerra ella uma questãõ de direito, que devia ser aventada por outros mais competentes; mas como nesta nossa terra só tem valor as questões politicas e partidarias, para os mais competentes, que são os seus representantes, sou obrigado a trazel-a a luz.

Gosto de procurar a origem das cousas para guiar a minha razão.

O que vou relatar é de memoria, sujeitando qualquer lacuna á correccãõ, pois o meu fim neste negocio não é outro mais do que ver resolvido o conflicto entre os asylos de mendicidade e Santa Thereza.

Remontemos á origem do asylo de Santa Thereza, fazendo um bosquejo historico.

Estamos no anno de 1845, anno memoravel na historia da provincia.

Achamo-nos no principio do mez de novembro.

Está em plena tranquillidade a heroica provincia do Rio Grande.

O tratado de paz entre o imperio e a republica rio-grandense teve a mais fiel execuçãõ.

Desde 1 de março deste anno está elle em vigor, sem que apparecesse a mais pequena reacção contra o estatuido no mesmo tratado.

O negociador por parte do imperio, o então barão de Caxias, recebia com o seu diploma de senador o reconhecimento da provincia ao importante serviço que acabava de prestar-lhe, pondo fim a uma guerra imprudentemente provocada pelo imperio, que afinal julgou-se impotente para vencer-nos pela força.

Escolhido senador, o negociador do tratada de paz deu-se pressa em voltar ao Rio de Janeiro, onde devia receber as homenagens que lhe eram devidas pelo relevante serviço prestado ao imperio na conclusãõ da guerra.

Com effeito, em principio de novembro deste anno, embarcou-se com seu secretario, dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães, depois vinconde de Araguaia, para a cõrte, fazendo convite previo ao vice-presidente major Patrio Corrêa da Camara para o substituir em sua ausencia.

Em caminho (no Itapuã) recebeu a communicacão de que suas magestades estavam em viagem para a provincia.

Continuou sua viagem o barão, para o Rio Grande,

a encontrar o imperador, voltando o secretario a esta cidade para preparar a recepção

Passo por alto a descripção dos festejos que então se fizeram, para os quaes, além do que sahio dos cofres publicos, foi levantada uma subscripcão entre o povo de Porto Alegre, a qual attingio á quantia de quarenta contos de réis.

Foi este um anno todo de festas populares, que foram terminadas com a chegada de suas magestades, que aqui fizeram sua entrada solemne em 21 de novembro, sendo recebidas no trapiche da Alfandega pela camara municipal, de cujo presidente, dr. Luiz da Silva Flores, recebeu sua magestade a chave da cidade, seguindo d'ahi, debaixo de paleo, segundo a etiqueta, até o palacio.

Parece-me estar vendo aquelle menino, ainda imberbe, com quatro annos de reinado, e que já tinha assignado dois decretos de dissoluçãõ da assemblea e sancionado a lei de 3 de dezembro de 1841!

Suas magestades visitaram o nosso hospital de caridade, onde deixaram uma esmola de doze contos de réis.

Além d'essa esmola de doze contos de réis a misericordia, compraram suas magestades por onze contos de réis uma chacara no Christal, que doaram (a quem não sei) para ali ser levantado um hospicio para educaçãõ de orphãs desvalidas.

Sendo esta a vontade de suas magestades, o presidente Caxias fez convocar os capitalistas, não só de Porto Alegre, como do Rio Grande e Pelotas, para concorrerem á edificacão da casa que tinha de servir de asylo.

E, com effeito, produzindo o collecta mais ou menos duzentos contos de réis, foi levantado o edificio denominado de Santa Thereza.

Concluido o actual edificio, que não é mais que o terço do plano adoptado, ficou elle abandonado por muitos annos, á espera de uma alma caridosa que quizesse realizar as intenções dos fundadores.

Por fim, em um bello dia, apresenta-se a suas magestades um sacerdote, protegido unicamente pela sua batina, e offerece os seus serviços de caridade pala levar a effeito o projectado tentamen de recolher as orphãs desvalidas, que em crescido numero já se achavam recolhidas em um collegio particular, dirigido por d. Rita de Menezes Souto Maior e sua irmã

d. Emilia, e sustentadas pela caridade publica, que era traduzida em prestações mensaes.

Este sacerdote era o reverendo padre Joaquim Cacique de Barros.

Suas magestades receberam a proposição do referido padre Cacique cheias de reconhecimento, e mandaram entregar-lhe a administração daquelle pio estabelecimento.

Vós conheceis, assim como todo o povo de Porto Alegre, a marcha que tem levado o asylo de Santa Thereza sob a direcção do padre Cacique, o que nada tem que ver com a questão que ora se levanta.

Abordemos agora a questão :

Lá nos seus sonhos de gloria, ideou o reverendo padre Cacique a fundação do hospicio de mendicidade, cuja falta era assás sentida por toda cidade de Porto Alegre, que já conta quarenta mil almas.

Olhou do alto do hospicio de Santa Thereza para aquelle immenso terreno que constitue o patrimonio do hospicio, e disse lá com os botões da sua hatina :

— Bem posso levantar na extremidade norte deste grande terreno, que está completamente descurado, o asylo de mendicidade, com o que fico melhor collocado, tendo á minha esquerda as pobres orphãs que se preparam para entrar no gremio da sociedade, e do outro os miseraveis que naufragaram nos abysmos dessa mesma sociedade, da qual, quiçá, são repellidos os seus andrajos.

E... mãos á obra.

Ouvi dizer que para levar a effeito o seu projecto se dirigio ao governo para solicitar o beneplacito, porque tinha de occupar uma parte do terreno de Santa Thereza, e que nem o governo, nem suas magestades, a quem se tinha levado a supplica, deram signal de si.

O reverendo padre Cacique, guiando-se pelo axioma particular — quem cala consente — julgou-se autorizado, e com toda a solemnidade, em presença das primeiras autoridades da provincia, lançou a pedra fundamental do hospicio de mendicidade.

Só depois de mais de seis mezes de execução dos trabalhos, feitos em presença das autoridades da provincia, quando os fundamentos se achavam a termos de receber o madeiramento, é que vem um aviso do ministro mandando embargar a obra, quando ali se

achavam enterrados mais de vinte contos de réis, doados pelo povo, que ignorava o direito dos doadores, que tambem foi ignorado pelo proprio presidente da provincia, que ajudou e applaudio aquelle tentamen, sugeitando assim a pessoa de sua magestade uma analyse que não está em harmonia com a inviolabilidade e sagração que lhe dá a constituição.

Mas já que houve a provocação, não temos outro remedio senão analysar o acto.

Que tem que ver o governo imperial com a construção de um edificio que se ergue pela caridade publica ?

Com que direito vem o governo intrometter-se em um negocio para o qual não se pedio um seutil ao estado ?

Devia haver e ha na provincia uma autoridade que tem obrigação de fazer cumprir as clausulas da doação, se é que houve clausulas.

Se as clausulas não foram cumpridas, não era o governo imperial o competente para mandar despoticamente parar a obra.

Se suas magestades se achavam offendidas em seu direito, não lhes restava outro recurso senão intentar acção no tribunal competente.

Trouxe, portanto, o ministro que assignou o aviso a pessoa do imperador para uma discussão odiosa, porque, o acto não é outra cousa mais do que um attentado contra a lei, e, sendo praticado em nome do chefe do estado, colloca-o em uma posição falsa e incompativel com a inviolabilidade de que o revestio a constituição.

E o que havemos faver? me perguntareis vós.

Eu vol-o digo:

Só vós podeis salvar a situação.

Só vós podeis resolver este conflicto, provocado por um acto anarchico do governo de sua magestade.

E' nas occasiões que se conhecem os homens; revesti-vos de um pouco de energia, e, com o direito, que vos dá o art. 70 de vossa lei organica, de intervir no adiantamento das casas de caridade, offeiai ao presidente da provincia, pedindo-lhe em nome da lei que mande este negocio ao tribunal competente.

E já que os doadores do terreno, ao que parece, não estão dispostos a concedel-o, reconhecci a utilidade publica e mandai desaproprial-o, não com o dinheiro do cofre municipal, para o que não tendes autorisação,

mas com o dinheiro que colectardes entre os municipios, que não vos deixarão mal, porque o acto do governador attenta contra os brios deste heroico povo, que não pôde ficar inactivo diante de tão grande attentado.

Por uma questão de tres contos de réis, que tanto vale o terreno, o povo de Porto Alegre não pôde sofrer um tal ultrage.

Mostrai, cidadãos vereadores, que sois dignos representantes do povo da capital do Rio Grande do Sul.

7 de abril de 1884.

XXV

Não tomeis a mal.

Sou echo da voz publica.

Aquelles proprietarios da varzea, que ficaram enterrados, pedem soccorro.

O inverno está á porta, as agoas não se demoram e elles querem fazer os passeios.

Se se não fizer de prompto o rebaixamento da calha desde a propriedade do cidadão Henrique Mariante até onde reside d. Maria Garaux, têm muito a soffrer, não só os proprietarios, como os transeuntes, que ficam em caminho.

A chuva torrencial que cahio a semana passada veio confirmar o que já vos disse, isto é, que a rua Gonçalves Bastos deve receber as agoas da varzea.

Se tivesse havido um vereador que affrontasse, como o vosso fiscal honorario, as catadupas medonhas que se formaram em menos de um quarto de hora, teria presenciado o sublime espectáculo do mar de Hespanha.

As agoas cobriram literalmente toda a estrada, desde as casas novas do cidadão Felizardo até á de d. Maria Garaux, sendo insufficientes os boeiros da rua do Imperador e becco de D. Aurelia para dar sahida ás agoas.

A rua da Olario, na esquina da do Imperador, apresentava um aspecto medonho, tornando por ali impossivel o transito, ainda mesmo uma hora depois de terminada a chuva, porque as agoas estão encaminhadas por um só lado da rua do Imperador.

Na varzea, canto do becco de D. Aurelia, dava-se a mesma cousa, com a differença de que o becco tor-

nou-se um abysmo capaz de carregar um cidadão na impetuosidade das agoas que se precipitavam, já pelo boeiro, já por cima do trilho dos bonds, que só ficou a descoberto mais de uma hora depois da chuva, continuando o becco completamente cheio até o dia seguinte, tornando intransitavel a rua da Olaria, em frente ao boeiro da chacara dos herdeiros do Lopo, até dois dias depois.

Ao passo que se via nas embocaduras daquellas duas ruas Imperador e D. Aurelia um diluvio, a rua nova —Lopo Gonçalves— deslisava suavemente as agoas por sobre o seu leito, apesar de não ter a menor obra de arte, de fórma que dez minutos depois da chuva estava completamente enxuta.

Já védes que eu, apczar de servir de graça, cumpro melhor a obrigação do que os que recebem dinheiro, para poder informar á camara com pleno conhecimento.

Em resumo :

E' de extrema necessidade mandar rebaixar aquelle pedaço de calha, de que acima fallei, para que as agoas corram para a nova rua por cima do trilho dos bonds, afim de alliviar em grande parte o boeiro do becco, que não tem capacidade para receber tão grande quantidade d'agoa.

Com isto prestais dois importantes serviços, ao publico e aos proprietarios: ao publico, porque poderá transitar a pé, durante a chuva, pelos passeios; aos proprietarios, porque ficarão com suas casas desenterradas.

Fica, só, depois, o melhoramento da rua do Imperador, que depende do concerto do campo para que se encaminhem as agoas, que têm de descer por esta rua para o rio, por cima do trilho dos bonds, repartidamente por duas calhas, e não por um vallo como se vê agora.

Tambem deve merecer a vossa attenção aquelle becco, aquelle celebre becco do Oitavo.

Aquillo é uma cousa repugnante, impropria de uma cidade que ambiciona os fóros de civilisada.

E' preciso que vos revistais de um pouco de energia, para pôr aquillo em termo. Mandai fazer uma calha que receba as agoas do quartel e quintaes da rua da Igreja, para as conduzir ao rio, e não, como se pratica, encaminhando-as para os quintaes das

casas da varzea, por onde se espraíam, indo finalmente formar um lago pestífero nas casas que, ficam entre as duas ruas do Firmo e travessa da Olaria, por que d'ahi em diante não têm por onde sahir.

Se tendes em vosso código de posturas um artigo que prohibe os charcos dentro dos quintaes, impondo uma multa, como consentis que da rua se arremessem os despejos com direcção aos referidos terrenos?

Queria só fallar-vos do rebaixamento da calha da varzea e insensivelmente fui parar aos quintaes; mas que quereis que faça? estou feito echo dos descontos, que, em vez de virem á camara pedir remedio a seus males, põe-se a rogar pragas á edilidade.

Conheço que tendes feito muito, e que o municipio ainda tem muito a esperar de vós; não me tomeis, portanto, por um de tantos descontentes, que algumas vezes têm razão, mas em outras tornam-se até impertinentes com reclamações absurdas.

Resta ainda fallar-vos mais uma vez da rua do Arvoredo, não para pedir-vos agora o que ella mais precisa, que é a continuação da calhas, mas para diligenciardes a conclusão do rebaixamento dos predios, que cada vez se tornam peiores, ameaçando de um desastre, não só os moradores, como os transeuntes.

Com diligencia e geito, pôde muito bem o cidadão vereador Annibal conseguir a conclusão d'este serviço, que tornará a antiga rua do Arvoredo, no mesmo pé em que se acham a sua filha da Varzinha e a sua neta da Figueira.

Enfeitai, enfeitai esta velhinha, que é tão antiga como a fundação do nosso bello Porto Alegre.

Sirva ao menos as atenções que tiverdes com esta velhinha como uma demonstração do vosso respeito á veneravel matrona da nossa cidade.

Boas festas vos deseja o vosso fiscal honorario.

10 de abril de 1884.

XXVI

Boas festas! Alleluia, alleluia!

Desde o principio do christianismo se estabeleceu o costume de dar as boas festas.

Estas boas festas eram sempre acompanhadas de algum presente:

Os amos mimoseavam aos criados, os commerciantes aos caixeiros, os padrinhos aos afilhados, e finalmente na vida intima da familia era distribuidos confeitos aos filhos e aos netos.

Fiado neste antigo costume, o vosso fiscal honorario esperou em vão uma lembrança desta edilidade, que se traduzisse ao menos em um pão da Loth.

Mas já que nada veio, vamos continuando com a nossa tarefa.

Todos vivem nesta semana da recordação da festa; talvez que vós mesmos ainda tenhais na mente jubilosa as delicias della.

Não serei, portanto, eu que vá hoje aborrecer-vos com os negocios do municipio, perturbando a vossa paz de espirito; tendo, porém, por obrigação, a mim mesmo imposta, dar-vos dois relatorios por semana, não tenho outro remedio se não escrever.

Farei, pois em vez de um relatorio sobre os negocios do municipio, uma prelecção historico-municipal.

Retrocedamos ao anno de 1839:

Toma conta das redeas do governo da provincia o dr. Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, que tinha, sido de antemão annunciado como uma grande illustração (e o era).

No dia seguinte ao da posse, mandou, logo pela manhã, a *dona presidenta* o seu cosinheiro ao mercado, fazer as compras diarias.

Sahe, ou antes, desce o cosinheiro, e dirigindo-se a um soldado da guarda, pergunta-lhe onde ficava o mercado.

— Mercado! E' cousa em que nunca ouvi fallar aqui; na minha terra, na Bahia, sim, que ha mercado. Mas, emfim, você pergunte ahi ao sargento, que, tendo ouvido a pergunta, guiou por esta forma o cosinheiro:

— Desça você esta escada, e depeça por aquella la-deira, que você subio hontem quando desembarcou, e no fim della á esquerda verá uma praça: ahi esta a quitanda.

— Mas eu não lhe pergunto por quitandas; quero saber onde está o mercado, para fazer as compras.

— Pois é isso mesmo, homem, aqui não ha mercado, hasó quitanda.

— Por Nossa Senhora!... explique-se depressa: o que é quitanda?

— Quitanda é o lugar onde se ajuntam as quitandeis.

ras que vendem nabos, nabijas, couves, cebolas e tomates, a comari e o limão para fazer mólho: entende agora?

Agora, sim; muito obrigado, muito obrigado.

E lá se vai o cosinheiro de sua excellência, ladeira abaixo, em procura do necessario para o jantar.

Como era natural, e até de praxe, o nosso presidente quiz ver a cidade, seus edificios publicos, seus passeios e mercados.

Mas, oh decepção!

Mostraram-lhe a casinha da camara, da qual mais tarde um escriptor, que apparecia com o pseudonymo de *Estudante*, disse, em um dia em que era ella enfeitada com cortinas de seda para uma festa de gala:

«*La mona, aunque la visitan de seda, siempre mona queda.*»

A tal casinha, de grades de ferro, especie de masmorra, era onde funcionava a nossa patriotica assemblea; o arsenal de guerra era formado por um grande barracão com frente para o rio, a rua da Praia, e os seus fundos pela ladeira acima até á rua da Ponte, onde fechava com um muro; a cadea ficava ao lado do sobrado que se vê hoje na rua de Santa Catharina, esquina da mesma cadea, que ficava trancando completamente a rua e deixando apenas ao lado do sobrado uma passagem de tres palmos; e ainda, para complemento da antiga belleza, havia a velha alfandega, que, apesar de mais suja do que está hoje, era o melhor edificio publico, porque o quartel — chamado do oitavo, que era então muito inferior do que é hoje, só tinha de apreciavel a bella vista que d'ali se gozava.

E as nossas ruas?

Eram calçadas á moda anti-diluviana, e apenas a da Igreja desde a rua do Arroio até á de Bragança, esta até o Paraiso, a da Praia desde a rua do Rosario até á do Arroio, e a da Ponte desde o largo do portão até á do Arroio.

E mais não disse.

O nosso homem, voltando a palacio, depois de ter percorrido toda a cidade, jurou que não sahiria daqui sem deixar alguma cousa que recommendasse o seu governo.

Percorreu todo o litoral em busca de um lugar apropriado para um mercado, e não encontrou outro senão o lamaçal chamado, por ironia, —o paraiso.

.Quereis saber o que era o paraiso?

Era uma sanga enorme, que se estendia desde a calçada da casa onde se acha hoje a loja *Au bon marché* até o rio.

—Infelizmente, diz o alludido presidente, não, ha onde escolher: ha de ser aqui mesmo.

D'ahi nasceu o primeiro mercado que possuio Porto Alegre.

Todos vós conheceste esse pardieiro, que foi desmanchado a pouco mais de dez annos, tendo servido durante vinte e tantos.

O seu fundador não assistio á inauguração, mas foi collocada no alto de um dos portões uma dedicatoria ao prestante cidadão que o iniciou, cuja inscripção desapareceu com a demolição.

Sic transit gloria mundi.

E' bom dar aqui uma noticia de sua inauguração, por ser curiosa.

Concluido o edificio em 1844, esta camara fez-lhe um regulamento acompanhado de algumas posturas, impondo penas aos infractores.

Para o mercado foram mudados todos os açougues da cidade, sendo prohibido o estabelecimento fóra daquelle recinto; obrigaram igualmente os carros, que vinham com generos, a estacionar ali até ás 10 horas, assim como as quitandeiras —que ali eram presas até ás nove horas.

No dia da inauguração, as negras minas eram levadas para dentro do mercado; algumas só obedeceram á força dos panasios de espada dos soldados de policia.

Não vou para o *encérra!* gritavam ellas.

Mas á força não houve remedio senão obedecer.

Comparai agora o nosso Porto Alegre de hoje com o que fica ali descripto, e vos enchereis de orgulho na parte que vos toca, porque, por fim de contas, apesar dos muitos erros commettidos, ainda assim muito tem feito a municipalidade de Porto Alegre.

A todas, pois, presentes e passadas, as felicitações que lhe apresenta, em nome do povo, como presente de festas, o fiscal honorario.

14 de abril de 1884.

XXVII

Diversos moradores da praça da Harmonia se me

queixam da collocação da ponte dos despejos que se constróe ali e pedem a minha intervenção.

Acho grande difficuldade para resolver este problema.

Este serviço tem por força de ser feito, e ninguém o quer em frente á sua porta.

Tenho percorrido todo o litoral a ver se acho lugar onde se possa fazer este serviço sem incommodar a ninguém, e quanto mais diligencio menos encontro.

O lugar onde se está construindo a ponte é o mais saliente para o lado do rio, é justamente na ponta do angulo.

Se o serviço continuar a ser bem feito, como tem sido até aqui, talvez que, levando em conta o comprimento da ponte, a lavagem dos tubos possa ser feita sem incommodar a vizinhança; mas se, ainda assim, as exhalações vierem até ás casas da praça da Harmonia, tereis de lançar mão do unico remedio possivel, que é mandar fazer despejo e lavagem dos tubos em uma barca na margem direita do rio, nas proximidades da ilha fronteira.

Se a experiencia vier demonstrar a necessidade desta providencia, não haverá remedio senão attendel-a, e estou bem certo que não screis surdos aos clamores dos habitantes daquelle lugar.

Vejo annuciado o concurso para o aterro no Campo do Bomfim, sendo pago o serviço por carroçadas.

Não seria mais conveniente empreitar todo o aterro, segundo o plano que adoptardes?

Já vos lembrei a tempos a necessidade que ha de encaminhar as agoas do centro do Campo pela rua de Sant'Anna, porque por ali ha grande declive para o rio, poupando-se grande quantidade de aterro.

Supponho que quando mandastes fazer a calha do Campo querieis que as agoas corressem pela rua da Imperatriz; mas, apesar do vallo de um metro de altura que se fez nesta rua, ainda assim as agoas continuam a correr para o becco de D. Aurelia, de fórma que foi peor a emenda do que o soneto.

Não leveis a mal, cidadãos vereadores, que eu insista em pedirvos a maior attenção para o nivelamento do Campo do Bomfim. Precisam ser bem aproveitados todos os conductos para o rio.

Deveis lembrar-vos que o Campo do Bomfim tende a ficar no centro da cidade, e que o despejo das agoas

para o rio deve ser feito pelas calhas das ruas travessas e não por vallos, como acontece agora.

Se não prestardes toda a attenção para este trabalho, tereis de fazer obras para serem desmanchadas mais tarde.

Vale apenas pagar a uma pessoa bem habilitada nestes serviços para dirigir os trabalhos a exccutar.

Passemos agora a outro assumpto, que considero da maior importancia.

Pedistes á assembléa para mandar completar a illuminação?

E' provavel que sim, como o fizeram os vossos antecessores.

Aquillo a que se tem direito não se pede como quem solicita uma esmola.

A camara municipal devia dizer á assembléa:

Que a cidade de Porto Alegre é a capital da heroica provincia do Rio Grande;

Que é uma das maiores capitães do imperio, tendo uma população de quarenta mil almas, occupando a cidade uma legoa de extensão;

Que o que *proseou* um de vossos representantes no parlamento, isto é, que nos tinha *dado a luz*, é uma phantasia;

Que em vez de nos dar, tirou-nos a luz;

Que em 1832 nos foi concedida a illuminação publica, com duzentos lampeões, tendo cada lampeão quatro bicos, alimentados com azeite de peixe, que era o que se usava naquelle tempo;

Que tinhamos então oitocentos bicos de luz, que foram successivamente augmentados, até chegar a moda do kerozene e do gaz corrente;

Que em 1832, quando nos concederam oitocentos bicos de azeite, Porto Alegre tinha pouco mais de cinco mil habitantes, e a extensão da cidade era por um terço do que é hoje;

Que com o augmento progressivo da cidade cresceu igualmente a renda proveeniente dos impostos, que os srs. que nos governam e que se dizem liberaes sabem que deve ser distribuida pelos contribuintes;

Que a importancia da decima urbana dá para termos uma illuminação de mais do dobro da que temos;

Que é um despotismo, improprio de quem se diz liberal, negar luz a mais de metade da cidade, que alias paga o seu dinheiro para a obter;

Que uma cidade em trevas não pode ser denominada *Paris da America*, como por vezes temos ouvido classificar-a o chefe do partido liberal:

Que o povo já vai ficando descrente da tal liberdade que só se traduz em augmento de impostos, sem proveito para o pobre contribuinte:

Que para o nome corresponder á cousa, deviam mandar entregar a esta camara a importancia da decima, para que desse illuminação á cidade, como quizesse;

Que se nos dessem a importancia da decima, ainda ficaríamos credores de muito dinheiro para outras despesas provinciaes.

Estou bem certo que não pedistes assim.

Eis a razão porque os retrogados, enfeitados com o titulo de liberaes, nada nos dão, e depois vão para a côrte dizer que a provincia está muito contente com a sua liberalissima administração...

Por hoje chega.

17 de abril de 1884.

XXVIII

Está em discussão na assembléa o projecto de orçamento municipal.

Na exposição feita na *Gazeta* por um dos dignatarios daquelle projecto se doura aquella pilula tão bem, que parece mesmo que o mais fervoroso patriotismo foi o unico movel que guiou a commissão, a qual procurou seguir em tudo a maior harmonia com os principios economicos e alliviando quanto possivel a algibeira do povo, não o pobre rico que póde pagar impostos sumptuarios (expressão nova), mas o povo proletario, que é que o merece toda a complacencia dos poderes publicos, chegando até a esquecerem-se os membros da commissão que estamos em anno de eleições, para apresentarem aquelle luminoso trabalho, que, segundo elles, tem de levantar muita poeira, por ser cousa nova e não estar o povo acostumado a esta nova fórma de impostos, porém, que afinal hão de todos applaudir da mesma fórma que applaudimos o nosso sapato velho, que nos incommodou em principio.

Muito bem.

Examinemos a cousa. cidadãos vereadores, a ver se é assim como elles dizem.

Tratou-se de tributar o luxo, a ostentação, o jogo tão pernicioso a sociedade, seja elle de que caracter fór, e alliviou-se completamente a industria e a agricultura dos pesados onus que as sobrecarregavam.

As camaras (dizem) só têm direito de cobrar o imposto de patentes; os outros impostos sobre industrias e profissões são da competencia dos poderes geraes e provinciaes.

Cobrava-se, diz ainda o membro da commissão, seis vintens de cada sacco de fructa, ao lavrador, assim como da banha, do toucinho, da herva-matte, o que era injusto.

Raciocinemos um pouco sobre este ponto:

Vós sabeis que não sou grande cousa em economia politica; muitas vezes abandono as regras absurdas de certas sciencias, para guir-me pela razão.

Isto de impostos, protectores ou não, é tudo uma chimera; directo ou indirecto, é pago sempre pelo povo inconsciente, que é esfolado em todos os tons.

Apezar de toda a rhetorica da commissão, eu só vejo uma cousa em todo aquelle amalgama intitulado orçamento municipal, mais uma sangria no pobre povo miudo, n'esse povo orphão dos carinhos dos nossos representantes, que delle se servem como os pastelleiros da farinha para as suas empadas, que são por elles saboreadas.

Quem é que paga o imposto dos cereaes de nossas colonias?

E' o consumidor, é o povo e sómente o povo.

Para alliviar o imposto do lavrador o que fizestes, senhores da assembléa?

Propuzestes outros impostos muito mais vexatorios do que aquelles, alguns até impertinentes e absurdos, outros incobreveis e alguns até perigosos para quem se encarregar da cobrança.

Analysemos:

Dizem os senhores impostores (não applico esta palavra em sentido malevolo, entendam-me; applico a palavra impostor ao fabricante de impostos) que tributaram desapiadadamente o vicio; mas o que vejo é que a taverna é contemplada com quarenta mil réis, o mesmo que ha de pagar a pequena loja de fazendas, de ferragens ou de mantimentos.

Sabeis que a cidade tem uma legoa de extensão:

Por toda ella se acham disseminados pequenos

açougues, que vende cada um meia rez, da qual tiram dois mil réis diários.

A estes desgraçados, não digo bem, a estes verdadeiros apóstolos da caridade, que, a troco de um miseravel salario de dois mil réis por dia, andam pelas portas levando a carne a toda essa pobreza que habita a cidade baixa, felicitais com o imposto protector de quarenta mil réis, além da aferição da balança e pesos.

Igualais a taverna com o açougue nestas condições!

Sim, descarregais todo o peso de vossa indignação sobre todos estes desgraçados engolfados no vicio atroz de comerem carne.

Estabeleceis ainda o imposto de 250\$000 ao que tiver matadouro e o de dez réis por kilo de carne, em vez de 1\$000 por cabeça de rez, que se cobrava, e dizeis que esta differença deve ser levada em boa conta porque faz com que a carne fique gorda!!!

Ha muitos annos que se havia acabado com a cobrança por peso, porque dava lugar á fraude, e agora restabelece-se ella como meio de se comer carne gorda.

Parece um epigramma!

Por mais honesto que seja o funcionario encarregado da pesagem da carne, ha de sempre aguentar o labéo de velhaco.

E se realmente não tiver a prôbidade necessaria para tão melindrosa commissão, certamente comerá carne gorda, gordissima.

E o trabalho e a massada da pesagem?

Os membros da commissão, já alguma vez assistiram á distribuição da carne pelos retalhadores?

Certamente que não: se tivessem alguma vez assistido a este serviço, como o tem feito muitas vezes o fiscal honorario, não se lembrariam de semelhante pesagem.

Agora, comparemos as vantagens que tem o povo com o allivio dos impostos dos generos coloniaes com os onus dos outros, e veremos quaes são os mais veneratorios:

Um sacco de farinha, que paga 120 rs. que o agricultor ou o intermediario entre elle e o povo recebe do mesmo povo, é consumido por uma familia de seis pessoas em sessenta dias.

Pois bem, paga esta familia de seis pessoas, em cada dia dois réis.

Procuramos agora o feijão no mesmo tempo:

Uma familia, igualmente de seis pessoas, gasta o sacco de feijão em quatro mezes, e sendo o imposto de 120 réis, temos somente um real por dia, e assim o milho que só é consumido em grande escala pelas cocheiras, que sustentam o luxo.

A banha, o toucinho e a herva estão ainda em menor proporção.

Vejamos agora a carne:

Com o imposto por peso será elevada a verba a mais do dobro, porque cada rez tem duzentos e tantos kilos: ou terá o marchante que pagar ainda 2\$700 por cabeça de rez á provincial, de augmentar 20 réis por kilo aos cortadores, para embolsar-se do imposto de 250\$000, e estes igualmente mais 20 réis ao consumidor.

Calculcemos:

Uma familia de seis pessoas, se não come só carne, gasta tres kilos, o que equivale a 120 réis diários, para o imposto.

O que é que lucra o povo?

Lucra uma familia de seis pessoas, depois de abatidos, não 120 réis, porque deixa metade para o que pagava ate aqui, 60 réis por dia ou 21\$600 por anno, mais do que pagava.

Tributa-se em um conto de réis a venda de bilhetes de fóra da provincia; mas o que renderá este imposto?

Nada: os bilhetes se venderão, como até aqui, por contrabando.

E o imposto de brigas de cães?

Já alguém assistio aqui a este divertimento?

Ou veio a lei lembrar uma cousa de que aqui ainda ninguém cogitou?

Legislar sobre o que não existe!!

Tributa-se ainda dois mil réis sobre os cães das estancias, e diz-se que a pedido de estancieiros, que se querem ver livres destes animaes, que os prejudicam.

Se os cães prejudicarem aos estancieiros, estes esperarão por lei da assembléa para dar cabo delles?

Risum teneatis!

O que póde acontecer é sahir com a cabeça quebrada o cobrador do imposto; isso sim.

O cão é o fiel amigo do homem: toda a casa deve possuir um.

E' o cão que vêla pela nossa existencia durante o somno.

A postura municipal manda extinguir os cães vagabundos que tornam-se incommodos e perigosos dentro dos povoados.

Ha outro artigo absurdo: a cobrança pelos animaes que pastarem nos logradouros publicos.

Quem vai fiscalisar este imposto?

Faz-se pagar ao colono 6\$000, diz ainda o membro da commissão.

Boa duvida; mas para logo se estabelece um privilegio para os felizes colonos, ordenando que seja este dinheiro applicado ás estradas da mesma colonia e administrado por uma commissão dos mesmos colonos.

Quem não enxerga aqui a cabala para a eleição no futuro circulo colonial?

Nas colonias, as casas dos invalidos e valetudinarios são isentas do imposto.

E os invalidos e valetudinarios deste pobre Porto Alegre?

Gósto de ver o modo de encarar a colonisação por certos individuos.

Em occasião opportuna tratarei deste assumpto, que se presta a grande dissertação patriotica.

Em resumo, cidadãos vereadores, tributaram horriavelmente, absurdamente este povo em maior escala do que estava, sem augmento da receita do municipio.

São cousas dos vossos compadres.

Se o povo tivesse voto...

20 de abril de 1884.

XXIX

Sei que fizeste sentir á assembléa a necessidade de completar a illuminação da cidade.

Para corroborar o vosso pedido, entendi dever apresentar os dados que, parece-me não apresentastes, para provar o nosso direito á illuminação, em toda a cidade.

Historiemos:

O governo da provincia contratou com o cidadão francez Dornano a illuminação a gaz carbonado em 7 de dezembro de 1867, sendo 500 o numero de bicos de gaz, a preço de seis mil e tantos reis, pagos em

ouro, a 4\$000 por oitava, o que regulava, com o cambio daquelle tempo, mais ou menos, 7\$000 por bico em cada noite.

Pagou-se, portanto, pela illuminação —no primeiro anno — 42.000\$000.

Procuremos agora os dados officiaes para sabermos de onde proveio a verba para esta despeza.

Examinemos o balanço do exercicio de 1867 a 1868, e ahi encontraremos a arrecadação da decima urbana na importancia de 39:833\$032.

E como se gastou mais de dois annos a fazer o encanamento e o gazometro, quando principiou a funcionar a nova illuminação já a decima urbana forneceu toda a importancia para o seu pagamento.

Deveis ainda notar que os 500 bicos do primeiro contracto, não sendo sufficientes, mas não podendo a provincia com maior despeza, visto que com os 500 bicos era absorvida toda a verba produzida pela decima urbana, resolveram collocar os postes com a distancia necessaria, sómente nas ruas do centro, e espalhar e resto nas ruas mais distantes, até os limites; e assim se fez.

E como nas ruas onde não se completou a illuminação, no futuro deviam receber o resto, a companhia collocou nellas os postes sómente de um lado, ficando vago o lado opposto para os intermediarios.

Correram os tempos.

A companhia ingleza, á qual Dornano havia passado a empresa, estourou, deixando-nos as escuras.

Tratando o presidente de então, conselheiro Araripe, de fazer novo contracto, o vosso fiscal honorario, que já nesse tempo se interessava pelas cousas do municipio, tirou-se de seus cuidados, atravessou a praça e, sem mais preambulos, subio as escadas do palacio, sendo acompanhado (se não lhe falha a memoria), pelo cidadão José Pedro Alves, e apresentou-se á sua excellencia, a quem expóz o motivo de sua visita nestes termos:

Cidadão presidente:—Quando se fez o contracto da illuminação, que acaba de expirar, estabeleceu-se o numero de 500 bicos para serem estendidos até os limites da cidade e assim se fez; mas, tendo posteriormente a mesa de rendas, de parceria com a camara, estendido os limites, entendo que no novo contracto deve ser augmentado o numero de luzes.»

—Certamente, respondeu-nos aquelle presidente.

Vou informar-me e ver o que póde comportar o imposto da decima, de onde deve sahir a verba para esta despeza, e fico-lhes obrigado pela lembrança.

Retiramo-nos muito contentes pelo bello acolhimento que tivemos daquelle presidente conservador e esperamos pelo resultado.

Dias depois, publicado o contrato, vi com prazer o augmento de duzentos bicos de gaz para serem collocados em continuação dos existentes até os actuaes limites da cidade (textuaes palavras se me não falha a memoria).

Já vêdes, cidadãos vereadores, como procedeu aquelle presidente conservador.

Vejamos agora o procedimento dos nossos liberaes, a quem devemos não só a agoa que bebemos, como a luz que nos allumia.

Sendo presente á assemblea o contrato para ser aprovado, appareceu, como era natural opposição, por ser elevada a verba desta despeza, attento o alto preço, relativamente ao velho contrato; tendo alguns deputados opinado pela dessapprovação do contrato, para voltarmos ao kerózene, até que a provincia pudesse com tão grande despeza.

Os nossos liberaes, porém, que são homens de recursos, cortaram o nó, dizendo:

«Pois se a despeza é grande, conserve-se o numero de 500 bicos e corte-se o augmento até que haja dinheiro.»

E perdeu o vosso fiscal o seu latim, mas não sem protesto mental, visto que não tinha outro ao seu alcance para fustigar este despotismo, só proprio do tempo *d'el-rei nosso senhor*.

E estamos a esperar pelas cebolas do Egypto.

Já vos disse uma vez que gosto de averiguar o principio das cousas para poder chegar ao fim dellas.

Já vistes que quando se fez o primeiro contrato de illuminação, applicou-se toda a verba da decima urbana para o seu custeio, e que se não se foi além, e porque não se póde.

Vejamos agora o balanço do exercicio de 1882 a 1883 que acaba de findar e lá encontraremos:

Arrecadação do imposto da decima (não é importancia do lançamento, é arrecadação feita — dinheiro entrado no cofre) 178:044\$423.

Procuremos agora confrontar o custo da illuminação no mesmo exercicio, a ver se já é chegada a occasião de obtermos da caridade de nossa assemblea a luz que nos deve alumiar.

Façamos a conta de 1 bico de gaz, do actual contrato, com o cambio de 21 1/2, em 30 noites de 1 mez e teremos:

Cada luz em um mez.....	11\$629
Em um anno (506 luzes).....	70:611\$228
Sendo a arrocadação da decima no exercicio findo.....	178:044\$423
Abatida a despeza da illuminação no mesmo tempo fica de saldo.....	70:611\$288
	<hr/>
	107:433\$135

Eis ahí, cidadãos vereadores, como se distribue o dinheiro do povo.

Vejá o povo como se applica seu suor.

Em 1863, o povo pagava de decima urbana 39:883\$032, que eram applicados á illuminação, e hoje, que paga, não digo bem, que pagou, no exercicio que findou em 30 de Junho do anno passado, 178:044\$433, tendo a seu favor, depois de abatido o custo da illuminação, um saldo de 107 contos de réis, querem dar-lhe como por esmola, o augmento de 50 bicos de luz!!!

E se levardes em conta, cidadãos vereadores, que para o corrente exercicio tem de entrar duzentas ou trezentas e tantas casas para o lançamento, o saldo em favor deste desgraçado povo será elevado a 120 contos de réis!

Gritai, cidadãos vereadores, exigi mais 500 bicos de gaz, que são necessarios para ficarmos mal illuminaados, e sobrá ainda muito dinheiro da decima.

Haveis de dar-nos, senhores da assemblea, mil bicos de gaz, porque temos direito de os ixigir, porque os pagamos com o nosso dinheiro.

Cortai as sinecuras, e não queirais ser generosos á custa do dinheiro da decima, faltando-nos com a luz.

Se o povo votasse...

23 de abril de 1884.

XXX

Não sei se devo felicitar-vos pela ausencia dos nossos representantes — deixando-nos sem a lei municipi-

pal para o proximo exercicio —, visto ficarem ainda por algum tempo folgando os opprimidos, ou se devo lamentar o modo pouco digno porque elles se portaram no desempenho do mandato popular.

E, na verdade: é para entristecer a gente ver o pouco caso com que é tratado este povo, do qual, dizem elles, são representantes.

Já são duas vezes que presenciamos a deserção da assembléa por motivos fúteis.

Se o povo votasse e tivesse um pouco de illustração para comprehender os males que vem á provincia pelo procedimento de seus mandatarios, certamente que os expelliria para nunca mais voltarem aquellas cadeiras, onde só deviam sentar-se os patriotas.

Ahi fica sem numero a assembléa, pela retirada dos deputados geraes.

A nossa desgraça toda vem da promiscuidade de senadores e deputados geraes com os provinciaes.

Não era preciso que a lei os julgasse incompativeis para que elles, por dignidade propria, assim o comprehendessem.

Como podem funcionar lá e cá os nossos senadores e deputados?

Pela nossa organização politica, repugna o exercicio simultaneo de deputado geral e provincial.

Se a assembléa geral tem de rever os actos da assembléa provincial, como pôde o deputado ser juiz em causa propria?

Demais, os cargos de deputado provincial e geral e senador formam uma escala de graduações, e ninguém pôde ter mais de uma graduação na mesma escala politica.

Os nossos politicos bem comprehendem isto, mas a maldita sêde do mando absoluto obscurece-lhes a intelligencia, de maneira a não enxergarem as cousas senão pelo prisma das ruins paixões.

Lá se vão elles, a estas horas, caminho da corte, em busca de novos triumphos politicos, esquecendo este povo, sobre o qual assentam os alicerces do seu despótico poder.

Se não pertencessem á assembléa provincial os deputados geraes, seriam as nossas leis annuas confeccionadas com a calma necessaria e discutidas igualmente com todo o vagar, porque da discussão nasce a luz, e não seriam alevantadas, á ultima hora, por falta de tempo.

Se o povo votasse, como já disse, e tivesse a illustração necessaria para comprehender os interesses da provincia, elle tomaria nota dos deputados que não comparecessem ás sessões, para expellir-os na seguinte eleição.

O que quer dizer o deputado que no decurso da sessão abandona o seu posto para ir accudir ao seu interesse privado?

Se tendes uma occupação que não vos deixa tempo para cuidar dos negocios da provincia, declarai em tempo; mas, depois de aceito o cargo, não ha motivo algum a allegar, se não o caso imprevisto de molestia.

Mas se elles obedecem á voz do mando e não á da consciencia...

Perdão, cidadãos vereadores, esqueci-me do que ia dizer-vos, para emaranhar-me em apreciações politicas, que nada aproveitam, porque o mal não tem remedio sem uma amputação.

Tive grande satisfação sabendo que ides contratar a plantação do arvoredado no Campo do Bomfim.

Sem que leveis a mal uma observação, eu vos lembro a necessidade da garantia de tempo para a final entrega; se não, apesar da cerca de resguardo, as arvores não vingarão, e lá se irá o nosso dinheiro.

Outra cousa: exceptuai os salseiros, que naquelle lugar não prosperam, porque não resistem a secca; é planta que só medra na margem dos rios.

Só vingou na varzea um salseiro plantado pelo cidadão Bernardino Marques, quando ali morou, e que desappareceu com a retirada daquelle cidadão.

E porque?

Porque elle teve o cuidado de encanar desde a torneira de sua casa uma penna que despejava consecutivamente agoa na raiz da arvore, com o que se tornou viçosa e copada; mas na alameda do campo não pôde haver este luxuoso tratamento, sem o qual — *mortuus est pintus in casca*.

(Deixai passar este latinorio de menino de escola).

Parece que desta vez a praça da Caridade vai entrar nas vias do progresso, por ter de fornecer o atterro para o Campo do Bomfim.

Com relação a esta praça, eu vos lembrarei uma providencia, que julgo dever ser aceita, não só por

esta camara como pela administração da Santa Casa, a qual muito aproveitará.

Por hoje já não ha tempo.

28 de abril de 1884.

XXXI

E' sempre um desapontamento quando vemos frustrado os nossos planos; mas na natureza humana tudo é assim.

Tinheis em mente felicitar um bairro da cidade baixa, facilitando lhes as vias de comunicação com a abertura e prolongamento de diversas ruas, e ahí ficou tudo no ar com o eclipse politico.

Tende paciencia cidadãos vereadores; dia virá em que as cousas voltem ao antigo estado, isto é, que vejamos os nossos mandatarios nos seus postos de honra.

A fuga é sempre feia, ainda que seja do escravo de casa de seu senhor.

Parece historia: em trinta deputados não se encontraram dezeseis que se compenstrassem de seus deveres, para fazer funcionar a assembléa!

Que bonito papel não representariam esses dezeseis, se tomassem sobre seus hombros a gloriosa tarefa de dotar a provincia, não só com as leis do orçamento, como com tantas outras medidas, que instantemente reclamam a provincia!

Está a nossa assembléa como uma escola: quando falta o professor, não pôde haver aula.

Que triste espectáculo estamos dando á face das outras provincias; depende a marcha do serviço publico de um só homem...

Envergonho-me, cidadãos vereadores, quando me recordo daquelle tempo, em que o dr. Barcellos, com tres ou quatro companheiros, affrontava toda a phalange saquarema, sem trepidar um momento no cumprimento do dever.

Era uma guerrilha atrevida, disputando o passo aos adversarios.

E agora?

Miseria! miseria!

Cubramos o rosto, cidadãos vereadores, para não vermos o precipicio que temos diante de nós, e para onde vão resvalando as poucas instituições liberaes

que possuímos, para só ficar de pé o anachronismo, a arvore exotica que não pôde medrar por muito tempo no livre sólo da America.

Voltemos a nossa obrigação:

Os moradores do lado do sul do Campo do Bomfim pedem-me para impetrar-vos a graça de os incluir no numero dos beneficiados nos proximos melhoramentos; mas, apczar de nada me incumbirdes, eu prometti-lhes que serão contemplados, e não pôdem deixar de o ser, porque, sem que se inclua aquella face do Campo, a vossa obra não estará completa; e mesmo porque daquelle lado a despeza é pequena, desde que se encaminhem as agoas pela rua de Sant'Anna.

Agora, uma lembrança do vosso fiscal honorario:

Se a rua de Sant'Anna se tornar transitavel em todo o anno, será encurtada consideravelmente a jornada dos viandantes que trazem seus generos pela estrada do Matto Grosso, e isto é cousa que devemos ter em grande consideração.

Tenho fallado a alguns proprietarios daquellas adjacencias, a ver se se pôde obter que elles façam á sua custa a ponte sobre o arroio da Azenha, que corta esta rua, e os vejo um pouco inclinados a pôrem mãos á obra, se a camara mandar puxar o atterro dos altos até encontrar a ponte.

Precisa attentar bem sobre este negocio e aproveitar a primeira oportunidade, emquanto o terreno pertence a poucos, que, com a ambição de o reputarem melhor, quando retalharem, não se eximirão de concorrer para este melhoramento, que lhes trará bons lucros.

Tornemos ainda hoje á praça da Caridade:

Com o rebaixamento da praça, é provavel que tenham de ser reforçados os alicerces do terraço da frente do edificio: precisamos, portanto, entender-nos com a administração da Santa Casa em tempo.

Vós sabeis que o grande terreno da Santa Casa esta improductivo, e que importa em muitos contos de réis; julgo poder-se prestar importante serviço, não só aquelle pio estabelecimento, como ao publico, prolongando a rua coronel Vicente até á Varzea.

Com esta providencia a Santa Casa pôde vender os terrenos em lotes pequenos para casas na rua da Conceição, e na do coronel Vicente do lado de baixo.

com o que aproveitará muitos contos de réis, que, reduzidos a apolices, augmentarão o rendimento do estabelecimento.

A parte da rua coronel Vicente, com frente a léste, pôde ser fechada a muro, para ali se fazer um recreio, tão necessario para os doentes em convalescença.

Para enxugar o terreno do fundo, que tiver de ser vendido, pôde ser feita uma valla no meio da quadra, por onde corram as agoas de todos os terrenos para a Varzea.

E' sabido que a Santa Casa não pôde mandar fazer casas, e um tão extenso terreno no centro da cidade não deve ficar desaproveitado *per omnia secula seculorum*; e quando a Santa Casa precisa tanto de augmento do seu rendimento.

Outra reclamação dos moradores da rua da Independencia :

Suppoem elles que só o repecho da rua desde a de Santo Antonio até a de D. Affonso tem demorado o progresso daquella bonita rua, por onde ha muito devia seguir o bond.

Esta obra não se pode fazer de prompto, mas pôde ser feita sem dispendio; basta que se tire dali aterro para os lugares que precisarem d'elle.

Facilitar o transito de carros em todas as ruas que estão despovoadas para poupar desapropriações futuras, deve ser o nosso incessante cuidado.

Assim o entende o fiscal honorario.

1 de maio de 1884.

XXXII

Chove em quantidade.

E' a noticia que eu posso dar-vos.

E, com a chuva, desde os vereadores até o ultimo dos fiscaes effectivos, todos desfructam o *dolce far niente*; nem ao menos foram hontem á missa.

Só ficou velando o vosso fiscal honorario, para informar-vos do effeito que tem produzido a chuva sobre os aterros que se estão fazendo.

Santo Deus!

Fiquei horrorisado ao contemplar o aterro de uma rua que corre pela da Igreja para a da Varzinha, onde houve o incendio dos tres sobrados.

Aquillo é de sumir um pobre christão que se atrevesse a transpor-o ou que, mesmo por descuido, fizesse uma guinada sobre elle na rua do Arvoredo.

Aquillo não está bem; está muito perigoso.

Parece-me que se podia fazer esta obra, isto é, o aterro por outra fórmã.

Vós sabeis que eu não sou engenheiro, nem hortelão, nem botanico, mas tenho a mania de forçar a minha razão a reflexionar sobre tudo quanto ha; vou, portanto, emittir minha opinião a respeito.

Antes de tudo, diga minha razão, devia apparecer ali o engenheiro, tirar o nivelamento, marcar com estacas a altura do aterro em todos os lugares e fazello depois aos poucos, principiando debaixo para cima, em pequenas secções, para que se fosse consolidando; e não atirar o aterro por um desafiladeiro daquelles, para ser levado pelas enxurradas, como está acontecendo.

Se houvesse um de vós que tivesse coragem de afrontar a intemperie de hontem, havia de conhecer praticamente o que acabo de dizer.

Visitei tambem hontem os trabalhos que mandastes fazer na rua da Olaria, entre a rua do Imperador e becco de D. Aurelia.

Repito: precisava que um de vós arrostasse a chuva, para ir até lá observar o que se fez; quando não para remediar o que já está feito, ao menos para obstar de futuro a continuação dos inconvenientes que ali se dão.

Antes de fazer aquella calha, devia-se proceder ao nivelamento do terreno, para evitar que se desmanche, em futuro breve, o que agora se fez.

A calhã devia seguir em ascendencia desde o canto da rua do Imperador até o portão da propriedade do cidadão dr. Joaquim Pedro, e d'ali declinar até á nova rua Lopo Gonçalves, por onde infallivelmente devem correr as agoas para o rio.

Não havia necessidade de cavar a rua para baixar a calha, porque as agoas das casas da varzea corriam perfeitamente para a rua da Olaria, sem ser preciso rebaixamento n'esta rua.

Teremos, como consequencia, a rua intransitavel em todo o inverno.

E, demais, o aterro ali collocado devia ser coberto com outro mais solido.

O barro amarello só serve para encher buracos; fica como sabão sempre que chove.

Aterro para a superficie de ruas e o que se collocou na rua do Menino Deus; o mais é tornar o caminho intransitavel em todo o inverno.

Guardai, portanto, o aterro de barro para encher os grandes declives que por ali ha, para serem depois cobertos com aterro proprio.

Ide ver, cidadãos vereadores, a nova rua Gonçalves Bastos como se acha com toda esta chuva, e depois ide á do Imperador, onde igualmente foi collocado o tal barro amarello, e vereis a differença.

Examinai tambem a rua da Azenha, quatro horas depois da chuva, e reconheceres a differença.

No dia seguinte ao da chuva, póde caminhar-se por toda ella de sapatos finos, enquanto que na do Imperador e da Olaria só quando vier o verão.

Ha uma grande necessidade de mandar collocar uma pinguella na frente da casa do cidadão João do Prado, á rua da Olaria, do contrario não haverá meio de se passar por ali em todo o inverno, e o cidadão João do Prado se quizer sahir de casa para fóra, quer para o lado da cidade, quer para o da rua da Imperatriz, terá de carregar as botas ás costas e arregaçar as calças acima do joelho.

Já me disseram que o barro está molle porque o aterro está ainda fresco.

Não acrediteis em tal; eu conheço o barro amarello desde o anno de 1829, quando a aula do cidadão Coruja estava estabelecida onde é hoje o quartel.

Todo o largo era do tal barro, e os meninos chegavam á escola em miseravel estado; algumas vezes lá perdiam os tamancos, que se sumiam no barro, e o vosso fiscal honorario passava trabalhos para alcançar a escola, enterrando os pobres coturnos no immenso lamaçal.

Não leveis a mal, cidadãos vereadores, estas observações do vosso fiscal honorario.

Não são censuras; eu sei perfeitamente que estais todos animados dos melhores desejos, mas falta-vos a experiencia, que só se adquire com o estudo constante das cousas.

A nossa velhinha do Arvoredo vai se desprendendo dos precipícios, e collocando no lugar delles uns bonitos frontespícios, tão agradaveis á vista dos transeun-

tes, como commodos aos habitantes, que já podem sahir de suas casas sem perigo.

Apraz-me tributar os meus elogios, não só aos proprietarios, que vão comprehendendo o seu interesse, como ao vereador que os tem ajudado com os seus conselhos.

Em breve, supponho, já podereis mandar completar a calha desta rua, tornando-a assim digna do respeito que lhe é devido pela sua avançada idade.

Até depois da chuva se despede o vosso fiscal honorario.

5 de maio de 1884.

XXXIII

Estão já publicados alguns artigos de posturas.

Os municipales vos agradecerão o terdes concorrido para a modificação da largura das portas e janellas.

A tal postura era um presente grego, feito pela vossa antecessora no ultimo dia de sessão de seu quatrienio, e que só servio para incommodar não só á camara, como aos municipales.

Julgaram elles, os vossos antecessores, que está no querer da camara a edificação de casas sumptuosas; mas não é assim. Nós somos ainda muito creanças para impormos padrão de edificação; isso é proprio para as cidades velhas, já completamente cheias de propriedades e onde ellas pertencem quasi exclusivamente aos ricos, e não para aqui, onde dentro da cidade ainda existem milhares de terrenos vãos, havendo-os até de quatro mil réis o palmo.

Que casas se podem fazer em terrenos de quatro, seis ou dez mil réis o palmo?

Essas que ahí vemos pelos arrabaldes, e que são os fundamentos de uma futura grandeza?

O que compete presentemente á camara é indreitizar as ruas, quadrar todo o terreno que fica não só dentro dos limites da cidade, como ainda além, enquanto se póde fazer com despeza relativamente insignificante.

Ruas espaçosas, bem alinhadas, é o que devemos fazer na actualidade; quanto ás casas, ellas se transformarão.

O que precisamos é de boa direcção na marcha do serviço publico, protecção á industria, não pôr péas

ao commercio, fazer florescer as artes, considerando os artistas, e a cidade mudará completamente de aspecto.

Não queiramos collocar o carro á frente dos bois.

O passado deve servir-nos de espelho para vermos o futuro.

O que era o Porto Alegre a quarenta annos?

Vamos ainda além:

O que era o Rio de Janeiro a quarenta annos?

Conhecereis talvez o Rio de Janeiro de hoje, mas o vosso fiscal honorario conhece-o há quarenta e sete.

A cidade estava edificada completamente até o Catete, e isso mesmo com umas casas semelhantés ás da rua da Ponte, da rua Clara para o arsenal.

O Botafogo, a joia do Rio de Janeiro de hoje, era composto, desde a Gloria até S. Clemente, de um tremedal medonho.

A camara municipal da côrte naquelle tempo não dispunha de muito maiores recursos do que hoje a de Porto Alegre.

Para mandar fazer aquelle passeio, que faz as delicias de todo o *high-life* da côrte, teve de sujeitar-se a um contra'lo com uma companhia ingleza pelo qual se impoz um tributo de quarenta réis por animal que por ali passasse, durante o prazo de vinte e cinco annos, que principiou a ser executado de 1840 em diante; obrigando-se a camara a não consentir durante este prazo na abertura de ruas que pudessem desviar d'ali o transito.

Já vêdes que sacrificio enorme custou aquelle lindo bairro.

E, assim mesmo, creio que a companhia não teria grandes lucros, porque o que ella teve em vista, quando firmou o contrato era a encampação; mas esta era tão fabulosa, que não houve remedio senão cumprir as clausulas com toda a pontualidade, concorrendo o governo durante aquelle longo prazo com uma guarda, ali postada dia e noite, para proteger o empregado encarregado da cobrança, que, de sacco em punho, assemelhava-se a qualquer desses carolas que podem esmolas para os santos.

E, agora, o que é o Botafogo?

E' o que todos nós sabemos quando lá vamos destructal-o:

Palacios magnificos, hotéis com luxo asiatico, casas de commercio de toda a especie, confeitarias que con-

vidam, ainda mesmo aos velhos, a comer doce e a tomar o classico sorvete.

E não é sómente o que é propriamente o Botafogo o que tem florescido. Toda a extensão do caminho tem sido cortada por muitas ruas transversaes, onde se vêem magnificas casas de campo com lindos jardins e entradas guarnecidas de palmeiras imperiaes formando alas.

Todo o terreno que se chamava Berquó, que formava uma especie de estrada do Matto-Grosso ou da Cavalhada, a rua da real grandeza, e outras guarnecidas com casebres, muitos até cobertos de telha, sem assoalho nem forro, e por ali além até a Copacábana.

Tudo isto fórnia um bairro completamente edificado, calçado com luxo e sumptuosamente illuminado.

E' o que nos cumpre fazer.

Preparar as ruas, nivelal-as, desmanchar as ingremidades para tornal-as suaves e accessiveis aos vehiculos de toda a especie, eis o nosso dever; o mais pertence ao futuro.

Entendeis, cidadãos vereadores?

Onde fui eu parar!...

Sem querer lancei-me no Oceano e fui ter á côrte, quando o meu intento era dizer-vos que vos esquecistes do melhor, que era mais um artigo obrigando os proprietarios, até uma legoa além dos actuaes limites da cidade, a pedir alinhamento á camara quando quizerem edificar á frente da estrada.

Com esta providencia, será a camara obrigada a mandar alinhar as estradas, aplainando o caminho do futuro.

Ainda hontem visitei o vosso aterro da rua da Olaria. Cada vez está mais medonha.

Perguntai ao cidadão dr. Joaquim Pedro como se safou daquelle atoleiro, quando, ha tres dias, foi á sua chacara.

Vi o negocio preto, e pouco faltou para o doutor abandonar o carro e procurar a salvacão nas proprias pernas, embora lá deixasse as botas.

Aconselho aquelle cidadão que, quando tiver de ir á chacara, tome o caminho da Varzea e desta pela nova rua Lopo Gonçalves; tendo, porém, o cuidado de mandar examinar se o arroio de João do Prado dá vão.

Por ali alcançará a chacara sem perigo.

Ha ainda um remedio, que é mandar cobrir aquelle aterro com uma camada de arêa, a qual, formando uma crosta sobre o barro, tornará muito melhor o transitio.

Na visinhança se encontra arêa a 240 réis a carroçada, e a depeza com a condução não passará de cem réis por carroçada.

Hoje já não tenho tempo para informar-vos o que tem acontecido em outros bairros com a chuva.

Será tarefa para o seguinte relatorio do fiscal honorario.

8 de maio de 1884.

XXXIV

Chove novamente.

Tenho pena dos moradores da rua da Olaria; mas, tenham paciencia, já agora não ha remedio a applicar. Sem, ao menos, quinze dias de bom tempo, não é possivel collocar arêa sobre o aterro para melhorar o transitio.

O cidadão João do Prado que salte a cêrca do fundo, e peça licença aos seus inquilinos da Varzea para sahir por ali.

Antes que me esqueça: houve um equivooco quando disse no relatorio passado que podiais pagar cem réis pelo carreto da arêa; deve ler-se cento e sessenta réis.

Tenho diversas reclamações contra os meus collegas fiscaes, por não enxergarem os leiteiros, que, segundo as posturas, estão sujeitos á inspecção delles.

E' o caso que muitos dos leiteiros estão vendendo agoa com leite, em vez de leite com agoa.

Ora, um pouquinho d'agoa pôde passar; mas agoa com leite — é de mais.

As nossas ruas dentro dos limites da cidade, com a chuva que tem cahido, em grande parte têm dado bo a prova de si.

Caminho Novo, Floresta, Independencia, cujos aterros têm sido feitos com cascalho, estão em perfeito estado.

A praia do Riacho, por onde passa o bond, está boa; o resto, sem que se faça o caes, é impossivel de melhoramento.

A rua da Varzinha quasi toda está boa, assim tambem a do Arvoredo até a da Assembléa; o resto depende da conclusão do rebaixamento das casas, que já são poucas.

A do arroio, da rua da Igreja para a do Arvoredo, precisa ser calçada entre as calhas. E' impossivel continuar assim por muito tempo.

Por ser esta rua a de melhor transitio para a cidade baixa, é procurada, de preferencia, pelos carros de toda a especie, e, não sendo de cascalho o aterro do centro, acha-se em tal estado de lamaceira, que impossibilita completamente o atravessamento d'ella na rua do Arvoredo.

Os carros que conduzem os medicos por esta rua para a cidade baixa, passam trabalhos para transpôr aquelle grande lamaçal, sahindo d'ali em pessimas condições.

Este pequeno calçamento não pôde ser adiado por mais tempo, assim como o da rua de Bragança desde a rua da Igreja até á do Arvoredo.

N'esta rua o aterro não se sustenta. A camara manda collocar aterro ali quasi todos os mezes e ella nunca fica boa, porque as agoas produzem regos profundos. Não ha remedio senão mandar completar o calçamento entre as calhas, o que é pouco, porque ellas são largas e bem feitas.

A descida da Assembléa já se vai esburacando com as agoas, mas n'esta pôde ainda demorar o calçamento, porque o transitio é limitadissimo por carros, em razão de sua ingremidade.

Não ha outro jeito, cidadãos vereadores, se não fazer um pequeno sacrificio para o calçamento d'aquellas duas ruas.

Não sei se a commissão que nomeastes, para procurar o lugar para o mercado no 3º districto, já deu parecer.

Se tendes, como parece, vontade de dotar aquelle bairro com tão importante obra, e bom já ir cuidando d'ella, affim de mandardes levantar a respectiva planta e organizar o orçamento durante o inverno, para poder ter principio de execução no proximo verão.

Precisa muita cautella com este negocio, para que não fique o municipio lesado pela especulação.

Não vos fallo hoje nas ruas que partem da Varzea para o Riacho porque suppenho serão contempladas nos

melhoramentos do Campo, porque são ellas que têm de receber, repartidamente, as agoas para leval-as ao rio.

Um dos membros da commissão do orçamento municipal, em projecto na assembléa, tomou a si o trabalho de justificar a sua superioridade sobre o actual. Já foram escriptos quatro artigos, promettendo elle comparar o seu projecto com o que está em exercicio e mostrar a toda a evidencia o grande allivio do povo.

Póde ser que elle prove o allivio da algibeira de alguns municipes, mas o que eu duvido é que elle possa provar que com o tal orçamento o municipio fique com dinheiro para acudir aos multiplos compromissos que tem, e sobre para tanta cousa urgente que ha para fazer.

Esperemos.

Depois de concluido o trabalho do referido membro da commissão, o vosso fiscal honorario, por sua vez, apreciará ambos os orçamentos, presentes e futuro.

E como a reunião da assembléa terá de ser muito demorada, temos muito tempo para discutir esta materia, que para o municipio é da maior importancia.

12 de maio de 1884.

XXXV

Ser fiscal da camara parece, á primeira vista, cousa de nenhuma importancia: pois não é assim.

O fiscal é o primeiro empregado da camara; é elle que tem de vigiar pelo cumprimento da lei, representando o cargo dos antigos almotacés do tempo d'el-rei nosso senhor.

Fiscalizando os interesses da camara, o fiscal deve igualmente pugnar pelos interesses do povo, de quem a camara é creatura.

Fiel interprete d'estes principios, vem hoje o vosso fiscal honorario, no desempenho da espinhosa tarefa que se impôz, collocar-se em frente do illustrado membro da commissão de orçamento municipal, que, na sua dupla qualidade de deputado e jornalista, apresenta-se em defeza de sua obra, para a qual, affirma, não concorreu outro pensamento, senão o cumprimento do dever.

Comquanto o velho jornalista já declarasse que não sustentaria polemicas com a *Federação*, porque esta offendia a sua susceptibilidade de publicista, que não admitte phrase que possa dar lugar a interpretação desfavoravel aos seus raciocinios, enunciados sempre com a maior pureza de intenção; todavia, no cumprimento de meu dever, vou arrostar o colosso do nosso jornalismo, dando-me por feliz se merecer a sua attenção; se não cahir no seu desagrado por alguma proposição apresentada com a rudez que me é propria, o que deve ser desculpado, porque é inherente á minha natureza, sempre prompta para defender com calor e mesmo acrimonia os direitos d'este pobre povo —victima expiatria de todos os erros de seus administradores.

Lendo toda aquella rethorica —desfiada pelo membro da commissão para captar a benevolencia de seus leitores— lembrei-me dos advogados quando defendem uma má causa:

Em falta da razão, do direito, da justiça para a causa do cliente, enfiam-se pela longa e tortuosa vereda dos sophismas, escrevendo muitas laudas de papel, onde o leitor se deleita em apreciar a erudição, no meio da qual o juiz em vão procura o direito do pobre diabo, que, ouvindo lér as razões do seu advogado, sahe apregoando a sua satisfação, enchendo-se de esperanças sobre o resultado de sua causa, que por fim naufraga sobre os parceis da sua algibeira.

Mas, eu, que pouco entendo de rhetorica, faço uso da minha razão e procuro sempre o principio das cousas afim de não cahir em esparrellas.

O sapato velho não vale o novo, mas aquelle é mais apreciavel porque o pé já se habituou a elle. No entanto, com o tempo o possuidor conhece que o novo é melhor.

Nem sempre: esta theoria ás vezes é absurda. Um sapato de cabretinho, ou mesmo de mimoso bezerro de Nantes, ainda depois de velho, é melhor do que o sapato de vaqueta que se impinge ao pobre soldado e aos colonos, que têm pés de ferro, acostumados a pizar o terreno pedregoso e espinhoso das florestas; mas não para os pés delicados dos nossos *dandys* da moda, que, usando o calçado apertado, não poderão supportar o de vaqueta, que, para ser toleravel, deve representar um carretão debaixo de uma ramada, isto é, espreguiçado á sua vontade.

Já chega de conversa: entremos no assumpto sério. Para logo o pobre contribuinte imbirra com a denominação dos impostos. E' que a commissão esqueceu-se de que legislava para o povo miudo, que não comprehende essa luxuosa denominação de impostos sumptuarios, fabricas dos tres reinos da natureza, etc.

Ah! meu digno senhor da commissão: não é assim que se escreve para o povo.

Não é assim que se redigem artigos de impostos, que têm de ser pagos por gente ignorante, que em grande parte nem sabe ler.

Mas é que tinheis de fazer uma innovação que tinha um fim muito louvavel no digno membro da commissão, porque dizia — S. Matheus, *primeiro os teus*.

Tributou-se de preferencia aos ricos; impoz-se desapidadamente ao vicio, ao jogo, para alliviar o povo que não goza os prazeres sumptuosos; alliviou-se a lavoura, a pequena industria; e ennumera o illustre membro da commissão o seguinte:

1º.—Extinção completa de todos os impostos de exportação que pesavam sobre a producção, quer da lavoura, quer da industria bovina, assim como os impostos que pesavam o transporte, isto é, o livre movimento de carga.

2º.—A pequena industria, por sua vez, foi muito alliviada de imposições, sendo reduzidissimas as taxas que a commissão teve de fixar, movida pela consideração de não deixar sem os necessarios meios as municipalidades.

3º.—A commissão dividio os innumerados impostos das leis anteriores em nove grupos:

- Impostos permanentes;
- Impostos sumptuarios;
- Impostos de industrias e profissões;
- Transporte e pedagio;
- Aferição e licença;
- Marcas e placas;
- Mercado, matadouros e logradouros, locação, emprestimos de immoveis e predios;
- Imposto colonial.

Muito bem:

Examinemos cada um d'estes impostos por suas cathogorias e os comparemos com os antigos, e veremos se com effeito o povo, o pobre povo, aquelle que não goza dos luxuosos divertimentos e prazeres de

que só os ricos gozam, ficou alliviado dos rigorosos onus que sobre elle passavam.

E' trabalho fastidioso; mas, já agora, o promettido é devido; cumprirci.

Novamente peço ao digno membro da commissão desculpe qualquer expressão que lhe pareça menos digna de lhe ser dirigida, attenta a boa intenção do fiscal honorario.

15 de maio de 1884.

XXXVI

Continuemos nossa tarefa.

Impostos sumptuarios:

Antes de entrar na analyse d'estes impostos, convém explicar ao contribuinte o que é imposto sumptuario.

Quem paga o imposto deve saber a razão porque o paga e para que o paga.

Reparai bem n'isto, cidadãos vereadores: costumamos dizer de qualquer individuo, que tem despezas superiores a suas forças, que é basofio, fanfarrão, sumptuario, não é assim?

Vejamos o que a commissão taxou de sumptuario:

«Art. 2º, § 2º.—De cada casa ou situação em que se venderem bilhetes de loterias: nacional, 1:000\$000; da provincia, inclusive o thesoureiro, 50\$000.

«N. 1.—De cada individuo que vender bilhetes fóra das ditas casas ou situações, 100\$000, nacional, e 20\$000 provincial.»

Entremos agora na apreciação d'este imposto sumptuario: mas, antes de o fazer, precisamos explicar ao povo e aos membros da commissão do orçamento a origem das loterias no imperio.

Como tudo quanto ha na natureza, o imperio teve um principio: refiro-me ao imperio como nação, isto é, quando fez sua independencia.

Principiou o imperio com uma divida, que podemos chamar enorme, segundo os poucos recursos de que então dispunha.

Para pagar a *el-rei nosso senhor* a nossa alforria, fomos equiparados aos nossos escravos; que, muitas vezes, para saciarem a avidez do deshumano senhor, compram a sua liberdade por tão alto preço, que os torna captivos, durante o resto da vida, da divida contrahida para obterem este gozo ineffavel.

A braços com a enorme dívida, o imperio achou-se com insignificantes recursos para acudir as mais urgentes necessidades publicas.

Uma das primeiras necessidades foi a creação de casas de caridade.

A população era pouca para d'ella se exigir recursos para tão humanitario fim. D'ahi nasceu a loteria.

Pelos meios licitos do imposto era impossivel obter recursos para tão humanitario fim; recorreu-se á fraude, ao vicio, ao jogo, emfim.

Mas o fim era tão justo, tão santo, que obscurecia o meio indigno de que se lança mão para chegar a elle. Foi a razão apresentada.

Foram concedidas então loterias em beneficio das casas de caridade; entenda-se bem, das casas de caridade.

A loteria em si já era um pesado onus: o estado d'ella não tirava vantagem, a unica beneficiada era a instituição santa. Se não era justa, era toleravel a imposição, attento o seu fim humanitario.

A Caridade de Porto Alegre foi contemplada no numero das que obtiveram este recurso para a sua fundação.

Ella ali se ostenta aos olhos d'este povo, que, cheio de orgulho, contemplando esse ninho dos pobres, orphãos das riquezas mundanas, que ali vão procurar o allivio aos seus soffrimentos, ou um leito para descansar o corpo na hora derradeira de seu transpasse, póde exclamar:

— Ali está a casa santa dos pobres, feita com obolo dos mesmos pobres.

Contemplemos agora o reverso da medalha. Comparemos o que foi, o que é hoje a loteria.

N'aquelle tempo corriam uma ou duas loterias por anno, sómente aquellas que eram necessarias para acudir ás urgencias das construcções dos hospitaes; eram apenas duas vezes ao anno que se exigia do pobre povo este imposto, não digo bem, esta esmola em beneficio da humanidade soffredora.

Este sacrificio era nobre, generoso, santo.

Transformaram a obra nobre, generosa e santa em um vicio hediondo.

Leia-se a lista das loterias que são preferidas no presente exercicio e que foi publicada ha poucos dias.

É uma rapinagem; é uma armadilha a este desgra-

gado povo, a quem dão em vez da instrucção litteraria, que ordenou a constituição, o exercicio do jogo.

É o proprio governo guiando o povo na vereda escabrosa do vicio.

Qualquer carola engendra ali uma devoção qualquer; dirigi-se a um potentado de eleições, pede uma ou duas loterias e é logo attendido pelo governo, pela assembléa, que a autorisam.

É para o esplendor de nossa santa religião, dizem elles, e lá vão impingindo a sua pillula ao povo inconsciente, sem se lembrarem de que a religiosidade de um um povo não se demonstra no grande numero de templos.

No tempo em que só possuíamos as tres freguezias da cidade, havia muito mais religiosidade no povo. O christianismo se ostentava em todas as suas galas e pompas nas poucas festas de cada anno.

E hoje?

Hoje encontramos a cada passo um bando de individuos com fitas ao pescoço, armados de bandeiras, a pedir esmolas para todos os santos, sem que haja uma autoridade, nem civil nem religiosa, que prohiba estes espectaculos que degradam a nossa religião, fazendo d'ella uma especie de comedia.

Para estes não achou a commissão um imposto sumptuario de um conto de réis, em vez de autorisal-os a vir por sua vez depennar o desgraçado povo.

Tira-se a camisa ao infeliz povo, e vem depois o illustrado membro da commissão justificar a sua obra, dizendo: «fez-se pagar aos ricos que gozam os prazeres luxuosos, que os pobres não podem gozar.»

Tributai, senhores membros da commissão, com o imposto sumptuario de vinte mil réis por anno ao mascate de bilhetes de loteria.

O mascate de bilhetes, que paga os vinte mil réis, cobra quinhentos réis de cambio sobre cada bilhete de quatro mil réis, e o povo, a quem impelistes na carreira do vicio, é obrigado a mais este escosso por que o thesoureiro vende os bilhetes por atacado aos mascates, que assim monopolisam este repugnante commercio.

Cada vendedor de bilhetes é um orador eloquente, prégando ao povo as virtudes da loteria, pintando um futuro tão risonho, tão feliz aos pobres de espirito, que elles se esquecem da mulher e dos filhos, que, anciosos, esperando pelo sabbado, para obterem o neces-

sasio para pagar ao padeiro, ao açougueiro o pão e a carne consumidos durante a semana, recebem em vez de dinheiro um ou dois bilhetes de loteria, que lhes apresenta o chefe da familia com o sorriso da esperança nos labios, e respondendo á mulher, que lhe pergunta se é com aquillo que se ha de sustentar a familia, com o projecto do castello que lhe phantasiou o mascate, e que tres dias depois é desmoronado, como o de cartas de jogar pelo sópro da caipora, que por essa fórma se compraz em atormentar a misera humanidade.

Quem paga aqui o imposto sumptuario?

E' o povo pobre, o desgraçado povo ignorante, de quem a assembléa, devendo ser a lutôra para guial-o no caminho do dever, precipita na voragem do jogo, continuo, constante, porque as loterias não dão folga ao infeliz jogador para pensar no futuro da familia, por que alimenta sempre a esperança de ser feliz dentro em oito dias, que é o espaço intermediario entre uma e outra.

Ah povo! povo!

A quanto estás sujeito! E' assim que sois tratado por aquelles que deviam ser os vossos naturaes protectores!

Tosqueiam-vos, não só a lâ, como a propria pelle, e por fim vos chamam de sumptuarios.

19 de maio de 1884.

XXXVII

Sou obrigado, pela lei que me impuz, a fazer-vos este relatorio extraordinario, interrompendo assim a analyse do orçamento.

Venho tratar de negocios hydraulicos, isto é, da Companhia Hydraulica.

Ha vinte e cinco annos que foi feito e publicado o contrato de abastecimento d'agoa á população d'esta capital.

Por este contrato, o concessionario, com privilegio por trinta annos, obrigou-se, por si ou pela companhia que organisasse, a fornecer agoa ao povo, debaixo de certas e determinadas condições.

Obrigou-se igualmente o governo da provincia, pelo povo, que é dono dos cofres publicos, a pagar á companhia o juro de 7% ao anno até que a companhia

tivesse rendimento superior aos mesmos 7%, garantindo igualmente o governo a prohibição completa do commercio d'agua do rio Guahyba.

Feito o orçamento de 640 contos de réis, ficou estabelecida a garantia sobre esta importancia e a companhia deu principio ás suas obras, tendo apenas a metade ou menos da metade das accções emittidas; e, já se sabe, a provincia, ou antes, o cofre do povo foi pagando o juro desde o dia em que cada accionista entrava com a respectiva quota.

Estando então muito atrazado o espirito de associação entre nós, a companhia achou-se em serios embaraços, não encontrando tomadores a mais de mil e quinhentas accções.

As obras estavam em andamento; o juro das entradas realisadas estavam correndo.

O que fazer em taes apuros?

O presidente da provincia não hesitou: mandou a directoria da fazenda provincial tomar e pagar mil e quinhentas accções, tomando mais este imprevisto compromisso.

Concluidas as obras, estabeleceu a companhia o preço de tres mil réis por penna d'agoa, com a obrigação de dar vinte e cinco barris, se me não falha a memoria, de vinte e cinco litros diariamente.

Esse preço foi, mais tarde, elevado a 4\$000.

O povo que custa a acostumar-se com as innovações, reluctou algum tempo.

Só depois que houve certeza de que com effeito cada casa que tiuha a sua torneira possuia um thesouro de commodidade, acreditou-se na realidade.

A maior parte das casas da cidade exigio agoa, e a companhia prosperou, alliviando os juros que o cofre provincial pagava.

Apezar do contrato rezar *pennas d'agua*, de vinte e cinco barris, a companhia collocou torneiras que despejaram a jorro.

Mais tarde a companhia comprehendeu o mal que tinha feito em dar aos tomadores agoa com fartura, em vez da penna marcada no contrato, e tratando de emendar mão, pôz-se em conflictos constantes com os seus freguezes d'agoa.

Primeiro, para evitar o desperdicio, mandava fechar o encanamento em certas horas do dia e em toda a noite; mas, havendo muitas queixas, adoptou outro expediente — o de diminuir a agoa.

Foi o que se chamou *pinga-pinga*.
Como o costume faz a lei, a ineptia da companhia em conceder agoa sem limites deu uma especie de direito de posse aos que tinham agoa n'essas condições.

Recalcitou-se; mas, estando o direito da parte da companhia, que se tinha obrigado a dar *pennas d'agoa*, de vinte e cinco barris por dia, accommodaram-se os mais exigentes e as cousas tomaram o seu curso regular, o que era muito natural.

D'aqui em diante, cidadãos vereadores, é que está o *buzilis*, como se diz vulgarmente.

Agora, compete a vós, cidadãos vereadores, como representantes do povo, dirigir-vos ao cidadão presidente da provincia nestes termos:

Dão licença?

«Cidadão presidente. — O contrato da Companhia Hydraulica foi publicado ha vinte cinco annos; ninguém tem memoria bastante para se lembrar do que lá está estatuido, ficando portanto os concessionarios d'agoa sem saber qual é a autoridade a quem se devem dirigir para fazer suas reclamações contra os abusos da companhia.

«Como acabais de ver, cidadão presidente, a companhia, que havia dado elasticidade á obrigação da concessão d'agoa, emendando a mão para estabelecer o *pinga-pinga*, praticou um acto que lhe era permitido pelo seu contrato, forçado pelo abuso dos concessionarios.

«Mas o que a companhia tem praticado ultimamente é que precisa repressão por parte da autoridade competente.

«Se a primeira autoridade da provincia não tomar conhecimento do procedimento da companhia, terá, necessariamente de ser repetido muitas vezes o acto da rua da Olaria, do qual foi victima o empregado, quando (ao meu ver) o responsavel devia ser a companhia.

«Estando estabelecido no contrato a obrigação da companhia fazer concessão por *pennas* de vinte cinco barris, só por mutuo accordo pôde ser alterada esta obrigação.

«A companhia, porém, em sua ambição e propensão para o despotismo, tem se constituído um poder tyrannico.

«Muita attenção, cidadão presidente:

«A companhia, no intuito de augmentar seus lucros,

fez uma innovação no contracto, e, contando que ninguem lhe tomaria contas, estabeleceu novo modo de dar agoa, o que constitue uma tyrannia, que está provocando no pobre concessionario o desejo de escangalhar a igreja que se chama — Hydraulica.

«Ouvi, cidadão presidente:

«A companhia chama um de seus empregados e ordena o seguinte:

«Vá á casa — por exemplo, do cidadão Felicissimo Manoel de Azevedo — e colloque lá este hydrometro.

«O empregado, que tem obrigação de cumprir a ordem de quem lhe paga, chega á casa d'aquelle cidadão, abre o trinco, entra no jardim, faz um buraco debaixo do carramanchão, por onde passa encanamento, colloca ali o hydrometro, depois de soldado o cano, dentro de uma caixa fechada a cadeado, do qual leva a chave, cobre o buraco e retira-se sem mais nem menos.

«Quando a companhia lhe parece, manda lá o empregado, que repete a operação: abre o portão, o buraco, a caixa, etc., e depois de tudo posto no seu lugar, retira-se — á moda de sua magestade quando vai abrir o parlamento — com todas as formalidades com que foi recebido, sendo aqui acompanhado de um pequenino fraldiqueiro, que o segue até fóra do portão com seu latido innocente.

«No outro dia é apresentada ao mencionado cidadão, que não assistio a nenhum dos actos referidos, uma conta que diz: — O sr. Fulano deve á Companhia Hydraulica, sete mil, ou oito ou nove mil seiscentos réis, sendo sete mil réis (quando é sete) pela agoa consumida e seis centos réis pelo aluguel do hydrometro.

«E pague.

«O cidadão extranhando este modo de proceder, vai ao escriptorio e diz ao gerente Mazon: — Como pôde a companhia mandar collocar um hydrometro sem audiencia da parte interessada, fechando-o a cadeado, dizendo quando lhe parece: você gastou tanto e mais o aluguel do hydrometro?

«— E para quem quer: a companhia não tem obrigação de dar agoa em casa de ninguem: se não quizer assim mande cortar o encanamento.

«A companhia pelo seu contrato obrigou-se a dar *pennas* de vinte cinco barris, impõe á força um hydrometro pelo aluguel de seiscentos réis mensaes.

«Obriga o cidadão a acreditar no que diz a compa-

nhia sobre a quantidade d'agoa consumida, porque só a companhia tem o direito de ver o mostador do hydrometro, que é vedado aos olhos profanos do concessionario.

«E, o que é mais: collocado o hydrometro, dá a companhia toda a força no registro, para forçar o encanamento, que se arreventa frequentemente, obrigando o concessionario a pagar repetidas soldaduras no cano, se não á companhia, a qual quer caldeireiro.

«Se o hydrometro é o fiscal da agoa consumida, não pôde vencer alugel.

«Se a companhia pôde pelas contas do seu relogio cobrar o excesso dos vinte cinco barris, tambem pôde o concessionario exigir o abatimento do que gastar de menos.

«Fóra d'isto é contrato leonino.

«Não é assim, cidadão presidente?»

«Temos cumprido o nosso dever. Pertence a vós cumprir o vosso.»

Temos concluido.

23 de maio de 1884.

XXXVIII

Emquanto esperamos pelas providencias do cidadão presidente da provincia, no sentido de mandar publicar o contrato da Companhia Hydraulica, do qual pelo lapso do tempo decorrido, ninguem conhece as disposições, vamos continuar a nossa analyse do orçamento municipal.

Já historiei a origem das loterias e sua acção benéfica para a edificação das casas de caridade: vou agora pôr diante dos olhos do povo inconsciente o quadro medonho que nos apresenta hoje essa usurpação que se chama —loteria.

Segundo o plano actual, cada loteria de noventa e seis contos de réis é dividida em quatro partes, correndo uma quarta parte em cada semana.

Cada quarta parte de loteria é distribuida ao povo em seis mil bilhetes de quatro mil réis cada um.

Exemplifiquemos:

6,000 bilhetes a 4\$000.....	24:000\$000
A deduzir:	
Beneficio.....	3:000\$000
Imposto de 20 por cento...	2:450\$000
Commissão.....	720\$000
Fica reduzida a.....	10:170\$000
	13:830\$000

Por esta demonstração se vê que o povo paga de imposto da loteria em cada semana 10:170\$000, e considerando que só o pequeno numero dos assignantes de bilhetes é que compra por quatro mil réis, teremos, descontados pouco mais ou menos mil para os assignantes, cinco mil bilhetes para serem vendidos pelos mascates, com quinhentos réis de lucro cada um.

Exemplo:

Defraudamento legal.....	10:170\$000
Defraudamento dos cambistas.....	2:500\$000
Somma.....	12:670\$000

E', pois, defraudado o povo, a saber:

Por semana.....	12:670\$000
Por mez.....	50:680\$000
Por anno.....	608:160\$000

São seiscentos e oito contos de réis arrancados a este desgraçado povo, em cada anno, sómente pelas loterias da provincia.

Juntai agora a esta somma a das loterias de fóra e comprehendereis, cidadãos vereadores, o abysmo cavado pelos poderes publicos, para n'elle precipitar este rebanho de carneiros, que sente o frio pela falta da lã que lhe foi tosqueada, porém que não sabe em sua ignorância que é a esta cruel tosquia que deve a sua nudez.

E' facil de calcular que nas três cidades, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, unicos lugares onde ha mascates especiaes de loterias, o numero d'elles não passa de quarenta, e que, tributados em vinte mil réis cada um, trazem apenas aos cofres da municipalidade oitocentos mil réis, quando elles arrancam ao povo em cambio dos bilhetes cento e vinte contos de réis.

Comparemos agora o mascate de fazendas, que é um negocio honesto, que leva a commodidade aos habitantes de longe dos povoados, com o da fraude, do jogo: aquelle é tributado com quatrocentos mil réis e este com vinte mil réis.

Comparemos mais ainda o mesmo mascate de bilhetes com o açougueiro, e vemos que este mísero, em

troca de um trabalho honestissimo, caritativo mesmo, sendo nos suburbios olhando pelo povo como um verdadeiro apostolo de caridade, taxado, como os negociantes millionarios, em quarenta mil reis, com o contrapeso da aferição da balança e pesos, quando elles não tiram maior lucro do que o de dois mil reis diarios.

E é a isto que o illustrado membro da commissão chama justiça, igualdade estabelecida na Constituição, quando diz que todos são obrigados a concorrer para as despezas do estado, cada um na proporção de seus haveres.

Que igualdade! que equidade!

Tributou-se o vicio, o jogo, em proveito do agricultor, do lavrador que estava opprimido com o imposto de 40 reis por sacco de farinha, batatas, favas, etc. etc., 120 reis por sacco de feijão e outros cereaes na mesma proporção, como se o lavrador, o agricultor fossem melhores do que os outros cidadãos das cidades, para que, além das vantagens que se lhes proporciona vendendo-lhes terras a prazos longos, ainda isenção de impostos.

Não é assim que se deve entender a colonisação.

Devemos tratar os colonos como nossos irmãos, repartir com elles não só os nossos gozos, os nossos prazeres, como tambem os nossos sacrificios.

Os mesmos impostos para todos.

O fabricante de farinha, que tem no orçamento o tributo de 40 reis por sacco, precisa vender mil saccoes de farinha para pagar quarenta mil reis de imposto, no entanto o miseravel açougueiro, que igualmente trabalha para distribuir o primeiro alimento ao povo, paga os mesmos quarenta, com o contrapeso da aferição.

E só d'aquelle que se compadecceu a commissão do orçamento, esquivando-se d'este por não ser colono.

Um fabricante de farinha que exporta mil saccoes para pagar quarenta mil reis é um rico lavrador.

O plantador de feijão esta no mesmo caso: o que colhe cem saccoes de feijão paga apenas oito mil reis, e só por grande desgraça imprevista o vende por menos de tres mil reis o sacco. E ninguem dira que quem apura tresentos mil reis não possa concorrer com quatro mil reis de imposto.

E ainda é preciso attender que o cidadão da cidade aguenta com o peso de multiplos impostos, que os colonos não pagam.

Na cidade, desde a carne que come até a agoa que bebe é tudo tributado barbaramente.

A hydraulica, que cobrava ao pobre quatro mil reis por mez, já exige sete, oito e nove mil reis.

A rez, que se vende ao pobre, paga dois mil e setecentos ao cofre provincial e um ao municipal, e a commissão ainda achou pouco em seu espirito de caridade: augmentou o mil reis municipal de cada rez para o dobro, como meio de dar ao povo carne gorda!!

E é assim que se vem dizer emphaticamente:

Tributou-se o vicio, o jogo, os prazeres que só gozam os ricos e que são vedados aos pobres!

Cidadãos vereadores, sou obrigado a fazer ponto: cada vez que leio o tal projecto, fico tão nervoso, que temo faltar á cortezia que devo guardar com a commissão, por isso é melhor interromper por hoje.

Com mais calma voltará a continuar a sua tarefa o fiscal honorario.

26 de maio de 1884.

XXXIX

Houve no meu relatorio de hontem um erro de somma na primeira demonstração da importancia que é extrahida do capital da loteria, que me apresso em rectificar, para que se não diga que exagerei de proposito a somma para tornar o negocio mais feio; repito-a, portanto:

6,000 bilhetes a 4\$000..... 24:000\$000

A deduzir:

Beneficio..... 3:000\$000

Imposto de 20 por cento... 2:450\$000

Commissão..... 720\$000 6:170\$000

Fica reduzida a..... 17:830\$000

Por esta demonstração se vê que o povo paga de imposto da loteria em cada semana 6:170\$000, e considerando que só o pequeno numero de assignantes de bilhetes é que compra por quatro mil reis, teremos descontado o numero de mil bilhetes para os assignantes, cinco mil que são distribuidos pelos mascates com 500 reis de cambio em cada um, que dão em resultado.

Exemplo:

Defraudamento legal.....	6:170\$000
Idem dos cambistas.....	2:500\$000
Somma.....	8:670\$000

E, pois, defraudado o povo a saber:

Por semana.....	8:670\$000
Por mez.....	34:680\$000
Por anno.....	416:160\$000

27 de maio de 1884.

XL

Continuemos nossa analyse do orçamento municipal.

Não podemos deixar passar sem reparo o que diz o digno membro da commissão na Gazeta de segunda-feira sobre os açougueiros de fóra do mercado.

Ingratidão, sempre ingratição!

O açougueiro de fóra do mercado é o que presta melhor serviço ao publico e no entanto é perseguido como se fosse um malfeitor.

Não exagero: ahí vai a historia dos açougueiros de fóra do mercado.

Quando historiei a inauguração de nosso primeiro mercado, vós vistes, cidadãos vereadores, como elles foram parar dentro do mercado. Foi preciso fazer uma postura obrigativa para se obter alugadores dos quartos do mercado.

Os açougueiros estavam estabelecidos por todas as ruas da cidade; cada um tinha sua freguezia certa: não queriam, portanto, fazer uma mudança obrigados.

Se os açougueiros não fossem para dentro do mercado, o povo lá não iria.

Obrigou-se por esta fórma a irem todos para o mercado, sendo igualmente as quitadeiras obrigadas a seguirem para lá, até a força de panasios de espada dos soldados de policia.

Essa obrigação caducou logo, assim que o povo aprendeu o caminho do mercado, sendo substituida a postura por outra, que dava á camara o direito de marcar lugar para o estabelecimento dos açougues.

Esta postura foi condemnada pelo conselho de estado.

Foi d'esta condemnación da postura, pelo conselho de estado, que nasceu a perseguição a esta desgraçada classe.

Não se póde soffrer que um pobre açougueiro arrosasse o despotismo, para levar sua queixa até os altos poderes do estado!

Não partio da municipalidade, apraz-me reconhecer, a perseguição: foi da assembléa.

Ainda me estou recordando d'aquella quixotada de um deputado provincial, que subio á tribuna para apresentar esta emenda ao orçamento municipal:

«Aos açougues estabelecidos fóra do mercado, 100\$000.»

Ninguem se levantou para dizer uma palavra em beneficio d'esta desgraçada classe, que faz sua republica á parte, porque não tem direito de voto. São os escravos da antiga Roma, trabalhando para os patricios.

Apenas houve uma alma mais caritativa que mandou outra emenda modificando aquella imposição para 24\$000, que era o dobro do que pagavam os de dentro do mercado.

Era a vingança dos despotas contra uma classe inteira, pelo atrevimento de um de seus membros em representar contra a expolicação do seu direito de estabelecer açougue onde lhe conviesse.

E ficaram os pobres taxados no dobro, como consequencia do seu atrevimento.

Examinemos agora o que diz o illustre membro da commissão sobre os açougueiros de fóra do mercado. Textuaes palavras:

«Mas os açougues fóra do mercado?..»

«Estes pagarão tambem quarenta mil réis, mas pela actual lei já pagavam vinte quatro mil réis, de sorte que a differença é só de doze seis mil réis, e esta é bem justificavel, porque a grande multiplicação de pequenos açougues, que não podem ser devidamente fiscalizados, não traz vantagem alguma para a hygiene publica. E' sabido que as posturas da camara de Porto Alegre prohibem até a venda de carne verde fóra do mercado. Médida essa que jámais approvarei, porque attenta contra a liberdade do commercio e da industria, mas julgo que é excessivo o imposto de quarenta mil réis para esses açougues avulsos, que se multiplicam sem vantagem alguma para o publico, que, seduzido pelo maior commodo, compra ali frequentemente ruim carne, graças á impossibilidade de uma conveniente fiscalisação a tantos e tão distantes lugares.»

Et voilà comm'on écrit l'histoire.

Bem vos disse eu, cidadãos vereadores, em um relatório atrozado sobre os sophismas dos advogados, quando não têm razão.

Desconhece-se a verdade intuitiva, reconhecida por todos.

Não ha remedio: vamos em auxilio d'esta infeliz classe, que não tem por si senão o vosso fiscal honorario.

Ella não tem voto, portanto pôde ser calcada como um chinello inutil.

Como se quer illudir, fallando em fiscalisação, em hygiene, em carne ruim e que sei eu?

Vamos á origem da cousa.

Fiscalisação:
A camara tem um fiscal no matadouro das Pedras Brancas, para especialmente fiscalisar a quantidade e qualidade das rezes mortas, para serem vendidas ao publico.

Tem outro fiscal dentro do mercado, que ali fiscalisa, não só a que já vem fiscalisada das Pedras Brancas, como a que vem dos outros lugares.

Toda a carne é pesada e distribuida dentro do mercado pelos marchantes aos cortadores indistinctamente.

Só ha carne gorda, excepto a das vaccas de estribaria de S. Leopoldo) nos açougues de Porto Alegre desde dezembro até julho; nos quatro mezes de agosto a novembro é magrissima e nem pôde deixar de ser por estar o gado exposto ás intempéries do inverno, sem abrigo algum.

Se o digno membro da commissão fosse ao mercado, á noite, ver a distribuição da carne, não se pronunciará pela maneira porque o faz: reconheceria que nos oito mezes de dezembro a junho a carne é toda boa, e nos outros quatro mezes ha da parte dos marchantes tanta equidade, não digo bem, tanta justiça na distribuição da carne, que os cortadores que compram dois quartos de carne escolhem um á sua vontade, sendo o outro escolhido pelo marchante, para assim ser distribuida com igualdade a melhor como a peor.

Entende agora, digno sr. membro da commissão?

Se a carne é fiscalisada dentro do mercado, antes de distribuida, onde pôde. o inspector de saude publi-

ca examinal-a á sua vontade, como se vem fallar em impossibilidade de fiscalisação?

Se ella é distribuida com igualdade que acabais de ver explicada—e que podeis ir pessoalmente verificar—, como fallais em carne ruim fóra do mercado?

Confessarei que os infelizes, por estarem fóra dos gozos de cidadão brazileiros, porque lhes tiram o direito de voto, são tratados como cousa inutil, e perseguidos, como demonstrei, pelo atrevimento de representarem contra os seus barbaros senhores, pela injustiça praticada contra a liberdade que lhes assistia de estabelecerem os seus açougues onde quizessem, fazendo-se pagar a toda a classe pelo procedimento de um só o dobro do imposto que os outros pagam.

E fallais em imposto de patente, que deve ser igual para todos os negocios, unico, no dizer da commissão, que devia ser cobrado pela municipalidade, porque o commercio já está sujeito aos impostos geraes e provinciaes.

Já vai muito extenso este, para entrar na patente dos impostos. Ficará para o seguinte relatório. Então mostrarei as palpaveis contradicções da illustre commissão, e a injustiça manifesta na distribuição do imposto.

29 de maio de 1884.

XLI

Já contestei ao digno membro da commissão do orçamento a sua sem razão com respeito aos açougueiros de fóra do mercado, fazendo conhecer a injustiça praticada com elles, quando os obrigaram a pagar o dobro do que pagam os de dentro do mercado.

Entremos agora na apreciação da patente dos impostos ou impostos de patente.

O illustrado membro da commissão tem, não ha duvida, muitos conhecimentos de economia politica; argumenta, portanto, debaixo dos principios ali estabelecidos, sem se lembrar que elles fallam grandemente na pratica.

Para se ser bom legislador, não exigem-se sómente grandes estudos de economia politica: dou mais pelos conhecimentos da vida pratica, porque são estes que

nos intruem das necessidade do povo, para o qual se legisla.

Falla o digno membro em imposto de patentes, unico, diz elle, que deve a municipalidade cobrar, visto que já está o povo tributado pelo geral e provincial, e que apenas fez algumas excepções a esta regra para não deixar as municipalidades sem recurso, mas que n'isso mesmo tributou-se somente o luxo e o jogo, imposto que recahe, sobre os ricos.

E' ahi que falham todos os principios de economia politica, tão apregoados pelos nossos legisladores, por que a maior parte d'elles não conhece a vida intima do povo.

Por via de regra, só os bachareis em direito ou medicos é que occupam as cadeiras de deputados, e estes quasi que exclusivamente foram creados fóra das necessidades; não conhecem inteiramente a vida privada do povo miudo.

E' o que está acontecendo á illustre commissão: regula-se pelas theorias abstractas que aprenderem nos compendios dos economistas, e todas ellas falham na pratica.

Tenham paciencia os dignos membros da commissão pela ousadia que tomo em censurar seu trabalho; se eu estiver em erro, contestem e mostrem a minha ignorancia, que eu, apesar de velho lhes ficarei obrigado pelas lições que me derem, pois, tendo gasto toda a minha vida no estudo theorico e pratico dos homens e das cousas, ainda me julgo no caso de aprender.

Já demonstrei quenão só foram injustos como crueis quando estabeleceram o imposto sumptuario de vinte mil réis aos mascates de bilhetes, a par do de quarenta mil réis para o infeliz partidor de carne, a quem deviam dispensar toda a protecção. E chama-se a isto imposto castigador do vicio.

Basta confrontar os dois mascates de bilhetes de loteria e de fazendas; aquelle vinte e a este quatrocentos mil réis. E, o que é mais, este, segundo seprehende da redacção do artigo, ha de pagar em todos os municipios por onde passar.

Collorio-se esta exorbitancia como mal, que, dizem, faz elle ao commercio licito.

Serão elles todos contrabandistas?

E o imposto dos cães.

Para que se ha de estabelecer um imposto que não se pôde cobrar?

Com que direito ha de entrar um empregado da camara no interior de uma casa para examinar se existe ali qualquer um fraldiqueiro, que tem um valor inestimavel para seu dono ou dona, porque no pobre animalinho tem um amigo que lhe vigia a casa?

Se o pobre não pôde pagar o imposto, hão de matar o innocente animal?

E se o dono do cãesinho matar o fiscal ou o procurador que for encarregado de tal commissão?

Os membros da commissão vão restituir-lhe a vida?

Achais pouco, dignos senhores da commissão, 2\$700 de cada rez que come o pobre e mais 2\$000 sobre a mesma carne, segundo o novo pagamento a peso; 10\$000 sobre o alugual da casa, 4, 6, 7 e 8\$000 pela agoa que bebe em cada mez, e ainda quereis devassar o interior das casas em procura de um innocente bichinho, que faz a alegria do pobre e que lhe guarda a propriedade.

Haveis de perguntar-me, onde se ha de haver dinheiro para as despezas do municipio?

Sou fiscal da camara de Porto Alegre; fallo por ella.

Pois bem:

A camara, pela sua lei organica, tem de inspecionar a instrucção publica, de attender ao concerto das estradas, calçamento e embellezamento dos povoados, de cuidar seus passos e pontes.

Dai-lhe um imposto de patente mais equitativo e consentaneo com as necessidades dos diversos municipios,

Entregai ás municipalidades o imposto da decima e o da carne verde, que a ellas deve pertencer por que ellas têm a seu cargo o cuidado das povoações, seu calçamento, limpeza e concerto das estradas.

As camaras municipaes deve-se entregar a nomeação dos professores, inspecção das aulas e pagamento. Assim tambem a illuminação publica.

Só com os dois impostos, da decima (ainda mesmo reduzido a 9%) e da carne verde, reunidos ambos, provincial e municipal e diminuindo a 350 réis em cada rez, terá a capital todos os elementos de prosperidade desejavaes, sem ser preciso vexar o povo com imposições extravagantes como essas de brigas de cães, cães dos domicilios e uma infinidade de impertinencias.

São as camaras, cada uma de conformidade com os seus recursos, que devem propor os impostos municipaes.

As circumstancias variam, não podem portanto serem todas igualadas.

Tende coragem, dignos senhores representantes da provincia: estabelecei o imposto territorial, que com o seu producto tereis dinheiro sufficiente para as obras de estradas e pontes.

Supprimi o imposto da lavoura e industria, do consumo interno, e tributai estes generos sómente quando exportados da provincia.

Applicai o imposto das heranças e legados para o pagamento da divida da provincia.

Negai juros aos privilegiados: não compreis terras para vender a colonos; dai ou vendei as devolutas, deixai aos particulares a venda de terras, pois o estado não pôde nem deve commerciar.

Por esta fórma, o dinheiro chegará, sem ser preciso acabrunhar o povo com impostos incobráveis e veneratorios.

Reduzi o serviço da colonisação sómente á recepção dos colonos com a maior cordialidade, igualando-os aos nacionaes, quer nos gozos, quer nos sacrificios, e elles virão aos milhares, sem dispendio do estado.

Experimentai e reconhecereis que tem razão o fiscal honorario.

2 de junho de 1884.

XLII

Largos dias tem cem annos; temos, portanto, muito tempo para occupar-nos com o orçamento municipal.

Parece que se pôde afirmar que no presente anno não se reunirão mais os nossos representantes provinciaes, e tendo de ser a assemblea substituida, pôde acontecer que outros sejam os encarregados dos orçamentos e que os substituam por novos.

Queria ainda trazer á publicidade, além de outras, aquella feliz lembrança da commissão—de pedir aos inquilinos do mercado mais dez mil réis, além do aluguel que pagam.

Só esta feliz lembrança merccia bem... um doce. Isto sim é que se pôde chamar *imposto de patente*.

Acharam pouco os dignos membros da commissão o enorme aluguel dos compartimento do mercado, que dão a receita de trinta e nove contos annuaes, para—a titulo de presente de festas ainda exigir mais dez mil réis.

E eu a voltar ao orçamento... Perdão, cidadãos vereadores, já estava tão habituado a tratar desta matéria, que insensivelmente—fui attrahido por ella.

Está dito: É desnecessario tratar de orçamento agora; esperemos pelo futuro parlamento para continuar com a nossa tarefa.

Peço desculpa aos dignos membros, se por acaso os magoei, analisando o seu trabalho. A culpa não foi minha: cada um obdece á sua natureza.

Tenho uma natureza muito susceptivel de inflamar-se contra tudo quanto se parece com injnstiça, embora não me toque directamente; e, demais, fui educado sob os rigidos principios d'aquelles velhos emigrados da colonia do Sacramento, os quaes preferiram antes abandonar os seus lares, onde tinham os commodos da vida, do que sujeitar-se ao dominio hespanhol.

Aquelles velhos colonistas eram uns valentes propugnadores dos direitos do povo: a razão, o direito e a justiça eram para elles dogmas religiosos.

Deixemos, portanto, em santa paz o orçamento, e seus autores, até que novamente venham elles á luz da discussão. Até lá... longos dias têm cem annos.

Parece, cidadãos vereadores, que os vossos fiseaes, sem contar este seu criado, que, em sua qualidade de honorario, não pôde impér multas, já se esqueceram do artigo das posturas que impõe a multa de quatro mil réis aos carroceiros que desapidadamente maltratam os animaes.

Que barbarismo!

Apparece no mercado um alluvião de carroças puxadas por uns esqueletos de animaes cavallares, que, exhaustos pela fome que os devora, são obrigados, á força de bordoada, a puxar um pesado vehiculo, que demanda a força de um animal possante para subir as ladeiras.

Já que os animaes, mais irracionaes que os que elles dirigem, não têm o coração afeito á ternura, que appareça ao menos uma autoridade que cohiba este repugnante espectáculo, que nos apresenta diante dos estrangeiros como um povo barbaro.

Vemos todos os dias edificaes da policia chamando os boleiros a exame de habilitação, para que a vida do cidadão que transita em carros não seja exposta aos perigos da má direcção dos conductores.

Porque não ha de a policia mandar examinar se os animaes que puxam os vehiculos de carga estão em condições de desempenhar os serviços que d'elles se exige?

Ha certa classe de gente que precisa ser tutelada pelas autoridades, para saber cumprir os seus deveres sociaes.

Já ouvi, em certa occasião, um carroceiro exclamar com ecthusiasmo:—esta mula é a mãe de meus filhos!

Todos se riram do dito do ignorante, e eu admirei a sua sabedoria. Que maxima de moral se encerrava n'aquella expressão grotesca!...

Se o miseravel carroceiro não comprehende que aquelle pobre animal, com o seu esforço inconsciente, ganha o pão para toda uma familia, merece um tratamento condigno ao importante serviço que presta, compete á autoridade fazel-o comprehender, obrigando-o a retirar do serviço da carroça os animaes tísicos.

Só com esta providencia se obterá o fim desejado.

Vem aqui a proposito contar-vos um facto acontecido em 1834 e que pôde servir aos carroceiros:

Houve aqui um mineiro chamado Antonio Martins Barbosa, estabelecido com padaria no becco do Barbosa, que d'elle tirou o nome.

Em uma tarde passeava elle no Caminho Novo para distrahir-se de seu trabalho diario, e esbarrou com um de nossos patricios descentente dos ilhéos, que com cinco juntas de bois em vão tentava retirar de dentro d'agoa uma madre de madeira de lei, apezar dos esforços dos pobres animaes, fustigados desapiedadamente pela aguilhada.

Com o riso nos labios, dirigio-se Barbosa ao camponio n'estes termos:

«Patricio, não seria melhor que você tivesse sómente uma junta de bois para o seu serviço e lhe dêsse o trato necessario, do que ter uma tropa d'elles, que de nada lhe servem, porque não podem com esse pão?»

O patricio olhou-o com ar de desprezo e continuou a fustigar os seus bois.

Barbosa volta á casa; traz um escravo com a junta de bois que costumava fazer os carretos da farinha de

trigo para a sua padaria (porque n'aquelle tempo não havia carroças de ganho), e dirige-se novamente ao nosso heróe do trabalho.

«Saia d'ahi: vou lhe provar o que disse a pouco.»

Foram desprendidas da madre as cinco junta de bois e substituidas sómente pelos dois bois do Barbosa, os quaes em menos de cinco minutos trouxeram em triumpho o grande pão para o meio da rua, com espanto do camponio, que lá se foi contar pelos arrabaldes o *milagre* que acaba de presenciar.

Contei, de proposito, este facto para servir de norma aos nossos carroceiros, aos quaes se deve, por força ou por vontade, fazer comprehender o que lhes cumpre praticar para seu próprio interesse.

Não é assim, dignos cidadãos vereadores?

Continuarei com a minha larefa em bem d este povo miúdo, que tem grande necessidade de ser educado.

5 de junho de 1884.

XLIII

Pelo que li nos jornaes, tendes já contratado o aterro do Compo do Bomfim com o desaterro da praça da Caridade.

Até que afinal vai desaparecer o trambo'ho que enfeia esta praça.

Se levardes a effeito o aformoseamento d'aquelle importante ponto; tereis prestado um relevante serviço á nossa bella capital: oxalá que a administração da Santa Casa saiba aproveitar a occasião, para dar áquelle pio estabelecimento um aspecto que condiga com a sua cathgoria.

Quando fallo n'estes melhoramentos, não falta quem grite logo: dinheiro, dinheiro, dinheiro!

E' n'isto que está a habilidade. Felipe Nery disse aigures que, o soldado ganhando sómente um tostão, o seu dinheiro sempre chegava para tudo.

O que precisa é geito e tudo se arranja.

Como o dinheiro do soldado, o do povo chega para tudo: quereis um exemplo?

Tomai o bond do Parthenon, dirigi-vos ao hospicio em construcção e ali ficareis extasiado a contemplar aquelle colosso, que se chama asylo de alienados, feito com dinheiro do povo, no jogo da loteria.

Sem querer fui esbarrar no hospicio: já agora, que

o temos á vista, sirva elle de assumpto para o presente relatório.

Comparai, cidadãos vereadores, a dedicação, o sacrificio d'este povo em prol d'aquelle pio estabelecimento, com a desidia, não digo bem, com a deshumanidade de quem nos governa.

Desde novembro do anno passado ficou concluida uma parte do edificio, capaz de receber um grande numero d'esses infelizes, que por ahi estão espalhados pelos hospitaes e pelas cadeas sem o menor commodo; enferrolhados em enxovias como animaes ferózes, sem terem um tratamento adequado a seu infeliz estado.

Chegou-se a marcar o dia da inauguração: as camas estavam já preparadas em numero maior de cem; a dispensa provida dos generos alimenticios, e, quando o povo se preparava para assistir á festa de caridade annunciada, impoz-se silencio, como se uma barreira inexpugnavel se collocasse entre a primeira autoridade da provincia e o hospicio.

Chegadas as cousas a este ponto, inqueria-se de todos os lados qual a causa imprevista e invencivel que se oppunha a tão justo, a tão santo tentamen: o ninguem sabia responder.

Venho eu hoje responder por todos.

Se tudo n'esta terra não estivesse dependente do governo, até as casas de caridade, feitas com o suor do povo, ha muito que esses miseraveis, accommetidos da mais pungente enfermidade, que os isola do resto da humanidade, para serem amparados pela caridade publica, sem excepção dos poderosos e potentados, que, quando enfermos ali são atirados aos cuidados de irmãos de caridade, sem poderem receber o tratamento carinhoso dos que lhe são caros, ha muito que elles já lá estariam perfeitamente accommodados.

Corre por ahi pela bocca pequena que o unico obstaculo encontrado para a inauguração do hospicio é a nomeação do medico que tem de o dirigir.

Será crível que esteja soffrendo a humanidade desvalida, esperando perto de um anno para entrar em tratamento, pela difficuldade da nomeação de um medico?

Não posso crer; mais o certo é que os infelizes esperam desde novembro pelo tratamento adequado, que só ali podem receber.

Não é da competencia da camara pedir á presidencia para mandar quanto antes fazer a inauguração do asylo?

Supponho que é.

Supponho eu, ainda mais, que a camara devia pôr-se de accordo com os membros da commissão encarregada da fiscalisação das obras, para fazer um appello aos homens ricos da provincia, afim de trazerem a sua esmola para o patrimonio d'aquelle santa instituição.

Se aquella grandiosa obra, que se constróe em um arrabalde de Porto Alegre, estivesse nos confins da Asia ou da Africa, toda a imprensa da provincia teria d'ella dado noticia a seus leitores e louvado o santo zelo de seus fundadores.

A maior parte do povo de Porto Alegre ignora a existencia d'aquelle obra, para a qual concorre, inconscientemente, com uma esmola muito superior ás suas posses.

Mas a imprensa de Porto Alegre não o pôde ignorar. Parece que ella julga, pela frieza que tem demonstrado, que o asylo de alienados é uma obra de luxo dispensavel.

De outra fôrma teriamos visto ella envidar todos os esforços, não só para a sua inauguração, como para lembrar os meios a empregar afim de se obter o patrimonio para seu custeio.

E' muito pequeno o vosso fiscal honorario para hombrar com os directores da imprensa d'esta capital; se não, elle invocaria o espirito de colleguismo, para uma propaganda humanitaria em favor do patrimonio d'aquelle instituição de caridade, que bem merece a sua attenção.

Voltará ainda a este assumpto o fiscal honorario.

9 de junho de 1884.

XLIV

Tudo na natureza tem seu nascimento, crescimento e morte. E esta uma regra, que, por excepção, não tem excepção.

Tombou na voragem do abysmo o ministerio Lafayette.

E o que tem isso com os negocios municipaes? me perguntareis.

Parce que a queda do ministerio nada tem que ver com o nosso municipio; mas não assim.

Deveis ter bem em lembrança, cidadãos vereadores, aquellas lisongeiras esperanças, que nos deu o ministerio Lafayette, de reformas municipaes: todo o mundo tinha julgado que aquillo era cousa séria.

Veio o sr. Danlas desvanecer todas as nossas esperanças.

Cahimos do céu á terra com a desanimadora noticia, que aquelle implacavel bahiano nos deu, de que podiamos esperar ainda por largos annos pelas cebolas do Egypto.

O programma de sua senhoria só tem dois artigos:

1º—Forrar os negros velhos, que já não podem prestar serviços a quem os comprou para irem recorrer á caridade publica.

2º—Tributar os pobres que não têm escravos, para, com o producto do imposto, forrar os escravos dos ricos!

E não houve quem applicasse meia duzia de caçolatas ao autor de semelhante brincadeira.

E' mesmo uma brincadeira; assim se caçoa com este povo.

Pobre povo; és tu que sempre tens de aguentar com a carga.

E são estes os grandes patriotas! Quando esperavamos uma reforma que viesse dar autonomia ás provincias e mais um pouco de alento ao municipio, nos vêm dizer:—«ponde para aqui mais dinheiro, para forrar os escravos!»

Não era de esperar mais nada de um governo monarchico.

Nenhuma lei sobre escravos devia ser votada senão esta:

Art. 1º—No 1º de janeiro de 1889 são declarados livres todos os escravos que existirem no Brazil.

Art. 2º—Ficam revogadas todas as leis e disposições em contrario.

Ao direito natural repugna o direito do homem sobre o homem. Ninguém tem direito de se oppór a este principio; todos os homens são iguaes perante a natureza.

Allegais, escravocatas, que a lei vos garantio o direito de propriedade sobre o escravo.

Bem, não duvida.

Mas a lei de 1831 prohibio a introduccão de esera-

vos no Brazil. e o governo, com pleno conhecimento, deixou introduzil-os até 1851, isto é, por espaço de vinte annos.

Quasi todos os actuaes escravos do Brazil, ou são filhos dos introduzidos depois d'aquella data, ou são os proprios introduzidos durante aquelle periodo.

Quem comprou um homem livre ou filho d'este, cometteu um crime: não tem direito de reclamar cousa alguma.

Não é pouco deixal-os no desfructe de tão odiosa propriedade por espaço de cinco annos.

Admiro o escrupulo do governo em ferir o direito sobre a propriedade escrava, quando elle viola todas as leis, ate a Constituição do imperio no que ella tem de mais importante, na garantia dos direitos politicos do cidadão.

Exemplo:

O art. 121 da Constituição estabeleceu que o imperador só será considerado maior quando tiver dezoito annos completos.

Nenhuma excepção deixou a esta regra.

E o que vimos?

Vimos o imperador empossado de todos os seus poderes magestáticos com quinze annos e sete mezes.

Ainda mais:

O art. 94 da mesma Constituição declara que podem ser eleitores todos os cidadãos que tiverem duzentos mil réis de renda annual, por bens de raiz, industria, commercio ou emprego.

E o que fizeram os nossos despotas que se chamam liberaes?

Estabeleceram que para o cidadão votar precisa pagar trezentos mil réis de aluguel de casa!

E por esta fórma correram das urnas com nove decimos de eleitores estabelecidos pela Constituição, creando, de proposito, um milhão de difficuldades para se poder provar a qualidade de cidadão brasileiro, para assim ser reduzido o numero dos votantes e tornar mais facil a caballa.

Se a assemblea geral não trepidou em ferir de frente a lei das leis, na parte em que ella estatue os mais importantes direitos do cidadão, como escrupolisa em adoptar a lei de extincção da escravatura, que tem sua origem na fraude, no mais cruel abuso e desprezo do direito natural?

Não ha que hesitar, cidadãos vereadores; represen-

fação para frente á assembléa geral, pedindo a extinção immediata ou com prazo que não exceda a cinco annos.

Sêde patriotas, cidadãos vereadores; representai, e convidai a todas as municipalidades para que vos acompanhem n'este pensamento.

Já é tempo de levantar-se todo o povo do Brazil, para exigir a extincção d'esse cancro social, que nos degrada aos olhos das nações cultas.

Coragem, e as bênçãos da patria agradecida cahirão sobre vós, dignos cidadão vereadores, e á vossa sombra participará d'ellas, o fiscal honorario.

13 de junho de 1884.

XLV

Fui hontem vêr o prolongamento da rua de Santo Antonio, cujos terrenos estão annunciados á venda, e fiquei admirado do que observei.

Será possível que por parte da camara ninguem fosse vêr o respectivo alinhamento?

Uma rua aberta em uma grande chacara, não havendo nenhum obstaculo para ir encontrar a que já estava aberta, podia ser desviada dois e meio metros do alinhamento da outra?

E não houve um vereador que intervisse n'esto negocio, para que fosse continuado o alinhamento já existente.

Que se fizesse isto em face de algum obstaculo insuperavel, poderia tolerar-se; mas não o havendo...

Só mesmo o desejo de entortar aquillo que por sua natureza já estava direito, poderia actuar no animo de quem deu tal alinhamento.

Está escripto no livro do destino que Porto Alegre ha de ser sempre torto.

Convido o cidadão presidente da camara a fazer até ali um passeio sem demora, emquanto é tempo de desmanchar aquella irregularidade.

Não faz mal algum a cerca já feita; collocam-se outras estacas para regular o alinhamento dos terrenos.

A proprietaria do terreno, que expontaneamente offereceu a rua, nenhum desarranjo pôde causar-lhe que a rua fique mais dez ou doze palmos para a direita ou para a esquerda; estou bem certo que não partio

d'ella esta irregularidade, que nenhum lucro lhe dá, e que, pelo contrario, vai enfeiar a sua rua, descontrando-a da outra.

Não ha que perder tempo, cidadãos vereadores; providencias promptas.

Visitei igualmente hontem a rua (que não sei que nome tem) que desce das casas queimadas na rua do Arvoredo para a da Varzinha, cujo trabalho está a cargo, segundo penso, do vereador Annibal.

Agora vai com melhor methodo, collocando-se o aterro de baixo para cima.

Notei ali um erro insanavel que se oppõe á regularidade do aterro, que é o nivellamento que deram á casa nova que fica na esquina da rua da Varzinha.

Se a casa ficava na esquina de um rua que fórma um morro, porque deixaram fazer a casa em nivellamento plano, sem ter em vista o que devia ter a rua?

Qual será agora o resultado?

Ou a casa ha de ser enterrada, ou a rua ha de ficar sem transitio para carros.

Cousas de nosso Porto Alegre!

Repito: está escripto no livro do destino que Porto Alegre ha de ser sempre torto, porque torto principiou.

Do que tem servido ao vosso fiscal honorario o empenho, o afã com que tem procurado, ha quarenta annos, emendar os erros do passado, se nunca encontrou vereadores que tivessem a mais pequena aptidão para administrar o município?

Ha trinta e seis annos, quando o marechal Gaspar Francisco Menna Barreto tentou edificar a casa de sobrado da rua da Igreja esquina do becco onde está o tribunal da relação, o vosso fiscal fez ver a um vereador a necessidade da desapropriação d'aquelle terreno para alargar o becco, por ser aquelle lugar o que offerecia mais facilidade ao transitio dos carros para a cidade baixa, e o dispendio não passava de tres a quatro contos para a desapropriação até á rua da Varzinha.

Quereis saber a resposta que me deu o vereador?

— Qual cidade baixa nem meia cidade baixa; está você phantasiando: quem se importa com o Riacho; o Riacho nunca ha de prestar para nada. Tomára a camara dinheiro para obras de utilidade, e não para desapropriar ruas até ao Riacho.

E ali está o sobrado atestando aos presentes, e continuará a atestar aos vindouros, a prespicacio, o fino das edilidades passadas.

Mirai-vos n'este espelho, cidadãos vereadores, para que no futuro possais fazer uma excepção, da vossa passagem pela administração do municipio.

A vossa planta de arvores da rua da Conceição, na parte que atravessa a Varzea, vai sendo feita em regra: bom será que se aproveitem o trabalho e o dispendio que ali se fazem, e que não vão os vagabundos, que percorrem as ruas durante a noite, destruil-as por méra brincadeira, como por vezes tem acontecido.

O mez de junho já vai adiantado: faz-se necessario que apresseis o arrematante da plantação de arvores para que seja ella feita até meados de julho; do contrario... *mortuus est pintus in casca.*

Sempre em seu posto o fiscal honorario.
16 de junho de 1884.

XLVI

Ainda uma vez: está escripto no livro do destino que Porto Alegre ha de ser irremediavelmente torto.

Tratais de abrir uma nova rua para completar a formação das quadras do terreno que medea entre as duas ruas do Imperador e Imperatriz.

Devendo ella partir do Campo do Bomfim pelo terreno do commendador José Baptista Soares da Silveira e Souza, atravessará as ruas da Olaria e Concordia, em demanda da Margem, onde conclue sobre o Riachinho.

Sou informado de que projectais fazer desembocar esta nova rua á direita das casas dos herdeiros do Baptista, na Margem, formando para isso um angulo na esquina da rua da Olaria.

Isto é a cousa mais irregular que se póde fazer.

Não posso crer que entre em mente da camara proteger ou prejudicar ninguem com a abertura de ruas; por isso não posso acreditar tambem que o alinhamento que pretendeis dar á rua seja o que acima fica dito.

Se tivesses, cidadãos vereadores, a planta do terreno em toda a extensão entre as duas mencionadas ruas do Imperador e Imperatriz, conhecerieis em um relancear de olhos a irregularidade apontada.

A rua deve correr parallela com a do Imperador, tendo-se em vista a outra de Lopo Gonçalves, que recebestes ha pouco, calculando-se quanto fór possível a igualdade das quadras.

A rua projectada, partindo do Campo do Bomfim, deve, desde o canto da rua da Olaria, seguir uma linha recta para a Margem, pela esquerda das casas mencionadas (dos Baptistas), ficando o terreno do cidadão dr. Joaquim Pedro Soares na esquina da rua.

Com esta direcção tira a camara dois proveitos:

Economisará na desapropriação do terreno do commendador Baptista, a quem se tirará da rua da Olaria para baixo um terreno pequeno na divisa do referido dr. Joaquim Pedro, a quem póde a camara ceder a nega que fica na rua da Olaria em troca da que lhe toma na Margem, vindo aquelle doutor a ficar com a frente do terreno em toda a rua, dedos o canto da rua da Olaria até o da Margem, dando desde já á sua chacara um valor presumivel de oitenta contos de reis.

Acresce que levando a rua esta direcção, o terreno e todo plano dispensando toda e qualquer despeza com aterros; ao passo que indo desembocar á direita das sobreditas casas dos Baptistas tem de ser aterrado um banhado medonho e a despeza da desapropriação será triplicada, com a grande desvantagem da desigualdade das quadras na rua da Margem.

A camara deve fechar os olhos para não ver a pessoa que tem de lucrar com as aberturas das ruas; ella só deve ter em vista a commodidade publica, não querendo saber se os favorecidos são ricos ou pobres, grandes ou pequenos, porque os ricos de hoje serão os pobres de amanhã e vice-versa.

Só o publico é sempre o mesmo, porque participa de todas as classes, é eterno como o destino.

Passemos a outro bairro:

Examinei hontem á rua de S. Raphael e suas obras de aterro e desaterro. Aquillo está ficando muito bom. Aquelle enorme buraco, entre as ruas coronel Vicente e Conceição, vai desapparecendo.

Seria conveniente convocar o proprietario do terreno da parte de baixo para fazer o alicerce onde deve edificar, a fim de segurar o aterro.

Quem é proprietario de um terreno tão importante deve ter dinheiro para o alicerse: e, demais, fazendo desde já o alicerse, será menos dispendioso para elle,

porque evita a grande escavação do aterro para ir procurar o solido, e ficará a rua valendo mais cincoenta por cento.

Ha de levar seu tempo a concluir o nivellamento d'esta rua por ter de ser feito sobre a rocha; mas já se tem feito muito em relação ao que fez a camara passada n'este lugar, e não podia ser por menos. Havia na camara um vereador que ali tinha grande parte do terreno, assim como seus irmão e cunhados.

Esta circumstancia o acanhava para pedir o melhoramento do bairro, e o publico soffria por isto o atrazo do lugar.

Deixai fallar quem quizer: tendes feito muito, mais do que se devia esperar dos recursos de que dispondes.

Reservai uma pequena verba para concertos urgentes, e tratai da conclusão dos muitos melhoramentos que já estão principiados. Só a conclusão do que está em andamento vos dará um renome invejavel.

Os moradores do caminho Novo, em frente á rua Pinto Bandeira, vos agradecem o grande beneficio que lhes fizestes mandando cobrir com aterro o cães de cisco que ali mandastes fazer.

Sem dispendio algum, ficou ali um cães capaz de n'elle atracar um hiate.

O aterro que está sendo collocado faz desaparecer os miasmas deleterios que tanto prejudicavam os moradores, tornando o cães em condições de prestar serviço de desembarque, servindo ainda de recreio quando vieram as noites calmosas do verão.

Por hoje basta.

19 de junho de 1884.

XLVII

Abordemos a questão do elemento servil com a maior isenção de animo.

E' chegada a occasião de cada cidadão concorrer com a sua energia, com a sua intelligencia, para dar o golpe de graça na escravidão.

Não é com um imposto nacional, lembrado pelo ministro Dantas, que havemos de conquistar a liberdade dos escravos.

Precisamos de um meio mais expedito, mais ener-

gico: não é com o imposto que havemos de alcançar o nosso *desideratum*.

Um imposto especial e nacional para a libertação dos escravos é uma medida intoleravel.

Com que direito se ha de tributar o cidadão que não possui escravos, para libertar os escravos dos outros?

O cidadão que espontaneamente libertou os seus escravos, pôde ser tribulado para alforriar os alheios?

Não, não pôde ser.

Nenhum outro meio resta se não o prazo para o desfructe de quem os possuir, já que querem considerar o escravo como uma propriedade; e este prazo não deve exceder de cinco annos.

Não ha escravo que valha mais de oitocentos mil réis.

O jornal do escravo, por mais ordinario que seja, vale duzentos mil réis por anno.

Em cinco annos tem elle pago com o seu trabalho a liberdade.

No prazo de cinco annos, que se dá ao fazendeiro de café para alforriar os escravos, tem elle tempo sufficiente para procurar braços livres.

Não ha, nem pôde haver outra solução a este problema; o que se precisa é de energia para pô-lo em execução.

O dominio do homem é um barbarismo, que repugna ao direito natural.

Ninguém tem direito de querer mais.

Exigir do povo, já tão duramente tributado, mais um imposto para libertar escravos, é uma iniquidade, é um crime!

Levantar um emprestimo para pagar escravos, seria o maior de todos os attentados contra a nação, que se levantaria quasi em unanimidade para defender-se contra tal medida.

Não ha, cidadãos vereadores, solução alguma que possa apressar a queda d'essa deshumana propriedade se não o prazo fatal e nunca maior de cinco annos.

E' melhor tomar esta providencia enquanto é tempo; não espere o governo que o povo, cansado de esperar, lance mão do recurso extremo que lhe assiste, porque pela nossa Constituição elle é o unico soberano.

Não posso comprehender que receio é esse do nosso governo, elle que tem violado por tantas vezes a

Constituição, sem receio algum de consequências funestas, em mostrar-se agora pusilânime diante da cousa mais simples do mundo.

Tomai a iniciativa, cidadãos vereadores, mostrai-vos dignos representantes do brioso povo de Porto Alegre, que sempre se apresentou na vanguarda do progresso.

Animai com o vosso exemplo as outras municipalidades da provincia para se dirigirem á assemblea geral a exigir prompto remedio para tão grande mal.

Os desgraçados que gemem na escravidão não podem esperar indefinidamente do fundo de emancipação o seu resgate.

Devem todos ser libertos em um só dia.

O prazo marcado é a esperança, e a esperança sustenta o homem em todas as difficuldades da vida.

Não penseis cidadãos vereadores, que eu julgo de consciencia que ha direito ao prazo; não. Peço-o como um remedio, que pôde obter-se sem perigo para a ordem publica, e como meio de acalmar a agitação, que principia a desenvolver-se.

Conquanto adepto dos principios republicanos, não desejo as commoções populares, para o triumpho de minha causa.

Não o desejo por meio do derramamento do sangue de nossos irmãos.

Desejo o triumpho pela força da razão, pois é pela força da razão que o Brazil ha de alcançar esse ideal sublime, que guiou o immortal Thiers, no fim de sua vida, para salvar a França—o governo do povo pelo povo, unico capaz de fazer a felicidade de uma nação.

Ainda uma vez, cidadãos vereadores: dirigi-vos aos altos poderes do estado, pedindo, em nome da humanidade, o termo d'essa instituição barbara, que nos degrada, se não como medida humanitaria, ao menos como um meio de evitar as perturbações que se podem dar na ordem publica pela demora de medidas salvadoras.

23 de junho de 1884.

XLVIII

Até que afinal!

Vai ser inaugurado no dia 29 do corrente o hospicio de alienados.

Parabens á provincia!

Vai cessar o repugnante espectáculo do encarceramento, como criminosos, dos infelizes privados da razão.

O dia 29 de junho de 1884 marcará uma data gloriosa para nossa provincia.

Desde esse dia poderemos apresentar ás vistas de todos os que visitarem a nossa capital esse monumento que fará o nosso orgulho.

Se nada mais tivermos para mostrar aos estrangeiros que nos visitarem senão o hospicio de alienados, mereceremos por certo os elogios a que temos direito, como um povo civilisado e humanitario.

O hospicio de alienados de Porto Alegre honra a nossa provincia.

Se chegarmos a concluil-o, não invejaremos o hospicio de Pedro II, que faz a admiração de todos os que visitam a capital do imperio.

Na verdade, já podemos hombrear com os mais adiantados paizes.

A parte já concluida d'esta grande obra constitue um grande hospital, onde se admira a belleza da architectura, a par da maior solidéz e das condições especiaes em edificios d'esta ordem.

Cabe-me aqui tributar, cheio de jubilo, os louvores a que tem direito os administradores d'esta obra monumental, que desde os seus fundamentos foi construida com a maior economia e com os preccitos artisticos requeridos em taes construcções.

Oxalá aquelles a quem vai ser entregue a humanitaria tarefa de sua administração saibam comprehender a nobre missão que lhes é confiada.

Espero que vós, cidadãos vereadores, não deixareis de comparecer a tão importante quão humanitario acto, e que de entre vós aquelles que dispõem de opulencia honrem o seu mandato não se retirando d'ali sem deixar os nomes inscriptos no registro dos grandes protectores d'aquella santa instituição.

Foi bem elaborado o regulamento do sr. José Julio: o appello aos grandes protectores d'aquella casa de caridade é uma lembrança feliz; assim saibam elles corresponder a tão nobre incentivo, trazendo o seu óbolo para o patrimonio d'aquella casa.

A esmola do pobre traduzida no vicio da loteria vem ainda uma vez recordar o que vale a perseve-

rança, a força de vontade para os maiores cometimentos;

Ahi se ostenta aos olhos de todos o resultado do jogo. Sirva ao menos para desculpar o meio illicito da origem—a santa applicação que se lhe deu e continúa a dar.

Pertence agora aos poderosos da terra a instituição do patrimonio; elles que se recordem d'esta sentença de nossos maiores:—*Quem dá aos pobres, empresta a Deus.*

A esses, pois, me dirijo, pedindo, em nome dos desgraçados privados da razão, um pouco do ouro que entesouram sem proveito algum para elles, porque o superfluo a ninguém aproveita; e ali terão, senão as bênçãos dos infelizes a quem a molestia tirou o sentimento da gratidão, ao menos d'aquelles que vivem ali recolhidos os entes que lhes são caros, sem terem, como elles, o ouro para pagar os beneficios que ali recebem.

Cabe aqui fazer um pedido ao cidadão gerente da Companhia Ferro Carril: para que faça estender a linha do Parthenon, se não até o hospício, ao menos até mais proximo, para facilitar ao povo o caminho do asylo.

Precisa facilitar a communição com aquella casa, para que a inspecção ocular faça brotar nos corações bem formados o desejo de contribuir com os meios necessarios para o custeio da instituição.

A todos e a cada um dos que concorreram, quer directa quer indirectamente para esta magestosa obra—os louvores que lhes tributa em nome da humanidade o fiscal honorario.

26 de junho de 1884.

XLIX

Sinto profundamente as vossas desintelligencias, porque estas só servem para prejudicar o municipio. Parece que quereis arremedar os corpos legislativos, onde impera a politica; pois fazeis muito mal: na camara municipal só deve haver a maior uniformidade de vistas sobre os melhoramentos materiaes do municipio; desde que entra n'ella o espirito egoista do mando, tudo se transtorna.

Sugere-me estas observações a leitura que fiz hontem, em um jornal, de que o cidadão Azambuja resignára o cargo de presidente, quando me parecia que este vereador ia dando conveniente direcção aos trabalhos da camara.

Principió a ver um ponto negro no horisonte do municipio, prenúncio certo de proxima tempestade.

Agora mais do que nunca se faz mister a maior harmonia entre todos os membros da camara: um só pensamento deve guial-a, para traduzir com realidade o grande numero de obras principiadas.

Faz-se preciso uma administração prudente, enérgica e sobretudo pratica, para levar a bom caminho os serviços encetados; não é nesta occasião propria para discordias, porque estas só trarão, pela desunião de seus membros, o enfraquecimento da força moral da camara, e desde que esta falte, está tudo perdido.

Por toda a parte, dentro da cidade, se faz sentir a acção da municipalidade, parecendo, pelas apparencias, que o municipio se circumscreve á cidade.

Cada vereador quer uma obra especialmente sua; cada um quer o seu quinhão particular de gloria (é o que vejo n'esta divergencia), sem se lembrarem que a gloria que advém da prosperidade do municipio recai inteira sobre todos os membros da camara.

Perdoai, cidadãos vereadores, a audacia de vosso fiscal honorario; torna-se preciso que uma só cabeça dirija todo o movimento das obras, e que os vereadores, cada uma em seu districto, trate da fiscalisação; se assim não fizerdes, adeus dinheiro do municipio: será todo despendido com pouco proveito.

Na maior parte, vós (perdão) sois ainda muito mocos, falta-vos a pratica necessaria para administrar os bens do municipio, já uma vez vos disse; a mocidade é caprichosa, não dá ouvidos senão ás paixões de momento, sem se lembrar de que a prudencia é a primeira qualidade de quem administra bens alheios.

Cada um póde administrar a sua casa como lhe parecer, porque é quem soffre as consequencias, que lhe servem de experiencia; mas quando se administra o alheio, mudo o caso de figura.

Tendes entre mãos obras que importam em mais de cem contos de reis, inclusive as desapropriações para as quadras do terreno que medea entre as ruas da Figueira e da Imperatriz, e no emtanto parece que isto não vos dá o menor cuidado: ninguém prevê o futuro.

Tomastes a resolução de levantar um sobrado sobre o mercado, cuja obra estava orçada no maximo em setenta e cinco contos de réis.

Puzestes em praça a obra que devia ser feita dentro d'aquelle orçamento, e appareceu logo uma duzia de censores, pedindo a nullificação do orçamento, que vos servio de regra, para transformar completamente o vosso projecto, elevando o custo a mais de cem contos de réis e alegando-se bellezas architectonicas que era preciso attender, e, sem que pensasses nas consequencias, demonstrais que vos deixastes arrastar por estas idéas que podem trazer um resultado funesto para o futuro do municipio.

O mercado tem sua architectura propria, o sobrado tem de acompanhar o que está feito, fechando-se o vão existente entre os quatro torreões, e para isso o vosso orçamento dava folgadamente.

Pedistes autorisação para emittir cem contos de apolices para attender a esta obra e as pontes, pontilhões e boeiros que são instantemente reclamados pelo municipio, e querem que gasteis para reformar a architectura (aliás solidissima) do mercado, não só toda aquella somma, como ainda mais.

E as pontes, as estradas do municipio?

E as calçadas de que carece grande numero de ruas?

E as quadras a formar no resto do terreno que está dentro cidade, desde a Varzea até o Caminho Novo?

Mais dinheirão a premio, não é?

E depois?

A repetição do que vimos já e do que parece ninguém mais se lembra, mas que vosso fiscal honorario vai recordar-vos:

Para fazer esse mercado, que é o maior do Brazil, a camara tomou um compromisso de duzentos e cincoenta contos de réis, para ser amortisado com o rendimento do mesmo mercado.

Logo após tomou outro compromisso de quatrocentos contos, aproximadamente, para o calçamento da cidade, compromettendo por esta forma as rendas do municipio por muitos annos, e ainda um outro compromisso de cento e vinte cinco contos de réis para pagar os matadouros, que dentro em seis ou sete annos ficariam pertencendo gratuitamente ao municipio.

Chegadas as cousas a este ponto, o que vimos?

Vimos o cofre municipal exaustão de recursos para

attender aos mais insignificantes trabalhos, escoando-se mais de tres quartas partes da renda para attender ao enorme juro de tão grande quantia e amortisação do capital.

Ainda não ha um anno que o municipio livrou-se da divida do mercado, ficando disponivel o seu rendimento para acudir a tantos melhoramento retardados por falta de recursos, e ahí vem a mão da fatalidade, desfargada sob a apparencia enganadora de embellezamento do mercado, para mergulhar-nos novamente em um pélagio de desgraças.

Se não estais resolvidos a fazer a obra do mercado dentro do compute de setenta e cinco contos de réis, e aplicar os vinte e cinco contos restantes ás pontes e concertos urgentes das estradas do municipio, abri mão d'elles para melhores tempos, mas não sacrifiqueis o municipio na voragem do cambio.

Prudencia, prudencia, dignos cidadãos vereadores, e o municipio vos agradecerá.

30 de junho de 1884.

L

Façamos hoje um passeio pelos lugares onde mandastes fazer aterros e calhas, e, como de uma cajadada pôde-se matar dois coelhos, aproveitemos o ensejo para examinar o arvoredo das praças e ruas.

Rua da Olaria:

Lembrei-vos em occasião de chuvas, que vieram praticamente demonstrar a impropriedade do aterro que foi ali collocado, que mandasses cohrir de arêa o lamaçal para consolidal-o.

Arranjastes um aterro tão bom como a arêa para cobrir o antigo e está em execução este trabalho, que vai sendo feito sem methodo.

Era de necessidade que se puzesse ali um servente para ir espalhando convenientemente o aterro, á proporção que o fossem despejando, para que ficasse todo com igual espessura, e fosse logo calcado pelas proprias carroças que o conduzem.

Mas, não tem sido feito assim, de forma que fica a rua toda *encalombada* e sem ingualdade na espessura do aterro, accrescendo ainda que se fossem distribuidas mais duas carroças para este serviço, ficaria elle prompto durante os bons dias que tem feito,

Se vierem novas chuvas com abundancia, será concluido este serviço com grande difficuldade.

As novas calhas d'esta rua estão completamente estragadas, além de serem feitas sem preceito algum.

Não se procurou saber se as calhas deviam dar passagem ás agoas para alguma parte.

Foram feitas ao caso, sem nivelamento algum; correm de todos os lados as agoas, encontrando-se, de forma que, depois da chuva, ficam ellas empoçadas.

Foi serviço feito para ser desmanchado, porque não se procedeu ao respectivo nivellamento da rua.

O anno passado mandastes plantar algumas arvores intermediarias das que já existem na praça da Independencia.

Onde estão ellas?

Foram servir de lenha, com os páos de resguardo que com ellas foram plantados, e não podia ser por menos.

Todos vós sabeis que a praça da Independencia está no declive da ladeira e que é formado o seu solo de cascalho; no entanto, foram ali plantados moirões de salseiros para serem transformados em arvores.

Plantar salseiros sobre uma rocha, no alto de uma coxilha, só podia fazer-se em Porto Alegre.

Não vos incommodeis, tendo paciencia; o desejo de ver a cidade de Porto Alegre correspondendo á sua categoria é o que guia a penna do vosso fiscal honorario.

Mandaí desde já abrir as cavas que tiveram de receber as arvores da praça da Independencia, com diametro muito maior do que o necessaario, collocando nellas, além de um pouco de estrume, alguma terra vegetal boa, e então plantai; não o salseiro, que na ladeira não pôde medrar, mas a casuarina, que ali estará no seu elemento.

Ha muita gente no Caminho Novo que tem casuarinas á venda, e alguns podem presentear-as ao municipio; porém que sejam já um tanto crescidas, com tres metros de altura.

Estas casuarinas devem ser amarradas a um poste, que tenha tal peso que uma pessoa não possa carregal-o com facilidade, sendo amarrada com sipó de vime, porque a corda é logo cobigada.

Além d'estas precauções, a camara pôde pedir ao commandante do batalhão, appellando para o seu pa-

triotismo, para collocar o arvoredó d'esta para sob a sua protecção.

Feito isto, eu me sugitarei ás caldeiras de Pedro Botelho se no fim de dois annos as casuarinas ali plantadas não se acharem bem frondosas e catitas, sendo o dispendio insignificante.

Deveis lembrar-vos que, ha tempos, louvei a boa lembrança que teve um de vós, mandando plantar uma linha de salseiros na praia do Riacho, a qual progride admiravelmente.

Pois bem; se lhe não acudirdes a tempo, estará perdido todo o trabalho do digno vereador.

O salseiro, ali, como é de prever, porque está em elemento proprio, brota com uma força espantosa, por todo o tronco, desde a raiz.

Quereis saber o tratamento que se está dando a este lindo arvoredó?

Ninguem se importou de podar os rebentos do tronco, afim de dar-lhe força para crescer e ficar copado; mas as lavadeira têm tido o cuidado de o ir aparando por cima, para o conservar com dois metros de altura, e sobre elle estenderem a roupa.

Ninguem por parte da camara (a não ser o fiscal honorario, que serve de graça) cuidou d'estas cousas e ainda menos nos meios de evitar o estrago.

Dizia o general Andréa, quando presidente d'esta provincia, diante de difficuldades imprevistas pela lei:

— Aquillo que a lei esqueceu, faça-se pela vontade da autoridade.

Não penseis com isto que eu quero a vontade absoluta da autoridade.

Não; eu traduzo aquella expressão em sentido benigno, em favor do interesse publico.

Exemplo;

Como se ha de evitar que as lavadeiras se sirvam do arvoredó para estender a roupa?

Perfeitamente.

Vai lá o fiscal geral, amanhã, ás onze horas do dia, e verifica com os proprios olhos o que acabo de referir.

Reune as lavadeiras, que todas estarão presentes, e faz-lhes a seguinte prelecção:

«Cidadãs lavadeiras:—Este arvoredó foi plantado aqui para crescer e dar sombra, afim de resguardarvos do sol.

«A camara vai mandar collocar bancos debaixo d'estas arvores para vocês se sentarem em pleno descanso, quando a roupa estiver no quaradouro; portanto, vocês não podem estender roupa em cima do arvoredo...»

—Que mal faz isto! — dirá alguma mais *pernostica*.

—Faz muito mal, replica o fiscal; examine aqui: você não vê o arvoredo cortado? não ve estas varas todas quebradas por vocês, para não deixar crescer o arvoredo? Pois bem: tirem já d'ahi toda essa roupa. D'aqui em diante aquella que estender roupa em cima do arvoredo pagará multa. Estão todas avisadas, não é assim?

E retire-se o fiscal.

No dia seguinte, ás mesmas horas, volta lá o fiscal, e, como é de prever, acha lá, como na vespera, toda a roupa estendida sobre o arvoredo, por conselho da *pernostica* que interrompeu o fiscal quando elle preleccionava.

O fiscal deve ter ali de antemão dois guardas, que, sem mais preambulos, irão recolhendo a roupa estendida para dentro de balaios, carregando com ella para o deposito da camara, que está ali a dois passos.

No dia seguinte procedê-se da mesma fórma que se faz com animaes que são encontrados vagando nas praças, isto é, entrega-se a roupa, precedendo o pagamento da multa cominada pela postura a quem damnifica o arvoredo.

Affianço-vos que este plano poduzirá magnificos resultados.

—
Não ha tempo hoje para mais. Prosequirei em outro dia.

3 de julho de 1884.

LI

Parce que não tem nome a rua que desce da da Igreja para a da Varzinha pelas casas queimadas, por que em nenhum dos cantos encontro letreiro: é a rua onde se faz o aterro de que já fallei.

Vi hontem n'esta rua logo abaixo da da Igreja, uma porção de pedras.

Supponho que se pretende ali construir calhas; devo,

portanto, fazer algumas observações ao cidadão Annibal, que é o vereador do districto e fiscal d'aquelle serviço.

Não se incomode comigo o cidadão Annibal: não pôde ficar boa aquella rua sem que se abaixe um metro, desde a rua da Igreja até a do Arvoredo, e a do Arvoredo deve ser rebaixada até ficar na altura da calha que deve voltar para a tal rua sem nome, afim de levar as agoas para o Riacho.

Se fizerem a rua plaina desde a da Igreja até a do Arvoredo, ficará insupportavel a ladeira d'esta a da Varzinha.

Se não attenderem a esta minha reclamação, teremos uma segunda via do becco do Jacques, que não tem subida para carros por não lhe terem dado o devido nivellamento na occasião em que o dr. Bittencourt fez a sua casa da esquina.

Precisa prevenir as cousas com tempo para que os proprietarios que ali edificarem não sejam prejudicados.

Já ia-me esquecendo... é ainda com o cidadão Annibal que fallo:

Estão se edificando umas casas quasi em frente a praça do general Osorio.

Do terreno d'esta edificação sahio uma grande quantidade de aterro que está atravancando a rua.

Uma carroça, em dois ou tres dias pôde espalhar este aterro.

Deve-se aproveitar a oportunidade para adiantar o nivellamento d'aquella praça, sómente com o dispendio do aluguel da carroça.

Isto não apparece sempre; portanto, aproveitai.

Parece que cahio em financeiro o prolongamento do becco do Firmo, ou rua Avahy, segundo nome de chrisma.

Por mais que pergunte, ninguem sabe-me dizer por que, tendo a camara pago o terreno do finado major Rebouças, ha mais de anno ainda se não rompeu a cerca para dar passagem para a rua da Concordia.

Se ha alguma difficuldade na continuação, não deve servir de motivo para se conservar fechada a parte que já pertence ao publico.

Outro tanto está acontecendo com a rua da Concordia, na parte occupada com a chacara do cidadão dr. Joaquim Pedro Soares, unico impecilio que tem agora esta rua.

Supponho que aquelle cidadão nenhum obstaculo põe ao rompimento da rua, esperando talvez que alguém por parte da camara se entenda com elle para levar a effeito este importantissimo melhoramento, tanto para o publico como para o mesmo doutor, que verá a sua chacara transformada em uma bonita villa, cortada pelas ruas em diversas direcções.

Bem vos dizia eu a semana passada que era preciso distribuir mais duas carroças para collocar o aterro sobre o *sabão* da rua da Olaria, antes que viesse a chuva.

Com a chuva de ante-hontem e hontem ficou parte desta rua em pessimo estado, dificultando o transitio dos vehiculos que conduzem o aterro.

Parece que a razão de ter sido todo o serviço desta rua — calhas e aterro — muito mal feito, é ter um vereador oito propriedades ali.

E' regra antiga os vereadores descurarem dos trabalhos que se fazem nas ruas onde têm propriedades, para que não se diga que puxão a braza sómente para a sua sardinha.

Não tem razão o cidadão vereador Felizardo; devia ter contribuido com mais um pouco de fiscalisação n'este serviço, já empregando mais duas carroças na conducção do aterro, já mandando para ali uma pessoa diligente e capaz para espalhar com regularidade o cascalho que ali se está depositando.

O que tem de acontecer é que, logo que seja concluido o aterro, sera preciso mandar derrubar os altos para endireitar a rua, e não ficará tão bom o serviço como se fosse feito em tempo opportuno.

Ouvi dizer que ides mandar dar nova direcção ao boeiro que atravessa a rua da Azenha, na rua do Imperador, para seguir pela calha d'esta rua, desapparecendo o cano do meio da rua.

Ha muito deveis ter mandado fazer isto, para que a camara não soffresse a critica dos transeuntes, especialmente estrangeiros.

Aquillo ali é um attestado de ignorancia passado á camara, de que participava tambem o vosso *fiscal honorario*, que, collectivamente, ia recebendo a carapuça, apesar de não ter culpa, porque em tempo lavrou o seu protesto.

Falta o outro do becco de D. Aurélia, o qual des-

apparecerá quando for aterrado, o que é consequencia necessaria do desvio das agoas para a nova rua Lopo Gonçalves.

10 de julho de 1884.

LII

14 de julho de 1884

A poderosa França veste hoje todas as suas galas para festejar um anniversario que marca o primeiro passo d'aquella nação no caminho da liberdade.

E' d'este dia que parte o gozo da liberdade do povo francez, parte d'aqui o inicio de uma serie de triumphos, muitas vezes, é verdade, interrompidos por erros commettidos pela sua boa fé, pela sua crença nos protestos dos reis, quando d'ella se tem aproveitado para galgarem o throno.

Foi n'este dia que Luiz XVI comprehendeu a sua falsa posição, entregando-se a Assembléa Nacional para salvar o throno.

Foi ainda n'esta occasião que o povo francez deu provas de seu patriotismo, amparando a Assembléa Nacional contra os botes das classes privilegiadas — nobreza e clero.

Recordemos as palavras insuspeitas do immortal Thiers, narrando os acontecimentos d'esta época:

«Era tudo entraves á industria e ao genio do homem. As dignidades civis, ecclesiasticas e militares eram exclusivamente reservadas a certas e determinadas classes. Não se podia abraçar uma profissão senão com titulos especiaes e com certas condições pecuniarias.

«As proprias graças remunerativas dos serviços prestados ao estado eram convertidas, por subservencias, em privilegios de familia.

«A nobreza e o clero possuíam dois terços de territorio, e o outro terço, pertencente ao povo, pagava pesados impostos, de que eram aliviadas as classes privilegiadas.

«Estes mesmos tributos ao povo eram cobrados vexatoriamente, emquanto que se usava de toda a equidade e contemplação com as classes privilegiadas.

«A liberdade individual era tolhida pelas celebres

lettres de cachet (privilegios) e a liberdade de imprensa pelos censores.»

Emfim diz ainda Thiers:

«O estado, mal defendido no exterior, atraçoado pelas amantes de Luiz XV, comprometido pela fraqueza dos ministros de Luiz XVI, tinha sido recentemente deshonrado na Europa pelos sacrificios vergonhosos da Hollanda e da Polonia.»

Commemorando estes factos da historia da França, que occasionaram a revolução de 1789, não posso furtar-me ao desejo de comparar o imperio do Brazil com a França de 1785 a 1789.

Aqui, como lá, vão se creando classes privilegiadas, em detrimento do povo, para quem se olha como para cousa inutil.

Aqui, como lá, as classes industriaes, que vivem do trabalho honesto, são expellidas da communhão, quando se trata da sua intervenção nos negocios publicos.

Para estes, o serviço das armas como simples machinas de guerra. Nem ao menos se lhes concede o direito de voto.

A titulo de preenchimentos de officiaes da guarda nacional, vai-se augmentando a classe dos privilegiados, que, pensam elles, serão os sustentáculos do throno.

O exercicio das artes é olhando pelos poderes publicos como uma degradação.

O honrado pedreiro, carpinteiro, alfaiate, sapateiro ou official de qualquer arte é enxotado dos comicios populares, oppondo-se-lhes tantos obices que os obrigam a desprezar os seus direitos politicos.

Se não, examinai a nossa lei eleitoral e vede quantas difficuldades se oppoem ao cidadão, afim de provar a sua capacidade para ser admittido a votar.

Repelle-se o cidadão das urnas como se fosse um salteador.

A lei fundamental do estado, calcade todos os dias no que ella tem de mais sagrado, nos direitos politicos dos cidadãos e só cumprida em sua parte anachronica, que concede privilegios de classes que ha muito já foram riscados dos codigos das outras nações, como de classes religiosas.

O jogo official, finalmente, para perverter a sociedade, entregando-a com nma esperança vã, mas que será em breve o caminho da revolução, quando o povo,

exhausto d'essa fagueira esperanza, encarar como deve o meio indigno de que se tem lançado mão para expellil-o, illudindo sua boa fé.

E quando chegar o dia em que, ao contrario do que faziam os dictadores romanos, que, para conter o genio bellicoso do povo, lhe davam *panem et circenses*, só possamos dizer ao nosso povo:—*Alea sine pane*.

Horrorisa-me a lembrança de um tal futuro; mas infallivelmente elle será certo se não tivermos homens patriotas que saibam conjurar os perigos que nos esperam por meio de uma reforma completa de nossa organização social.

Saudemos, pois, a generosa França, a nossa mestra na liberdade, desejando-lhe todas as prosperidades de que é digna, e fazendo votos para que cada um cidadão francez comprehenda, para jámais esquecer, a conducta do grande Thiers, ao terminar a sua gloriosa carreira politica, e guardar como um talisman sagrado aquellas palavras inspiradas por elle proferidas ao restabelecer a Republica Franceza:

«Reconheço que a Republica é o governo capaz de fazer a felicidade da França.»

Felicissimo de Azevedo.

LIII

Contava minha avó paterna que havia na antiguidade um celebre pintor que costumava pôr em exposição na porta de seu *atelier* os quadros que lhe suggeriam a sua poetica imaginação, afim de ouvir os criticos que passavam, e por esta fórma emendar os seus erros, quando apontados por pessoas competentes e bem intencionadas.

Estais, cidadãos vereadores, exactamente como o tal pintor, expostos á critica de todos, competentes ou não competentes, em relação ao vosso plano do sobrado sobre o nosso mercado.

O sobrado sobre o actual mercado apresenta um sem numero de inconvenientes sobre os quaes é necessario madura reflexão.

A vossa posição de administradores do municipio vos acarreta uma responsabilidade tremenda: deveis proceder de fórma que não seja, no futuro, vossa administração apontada como desastrosa.

Na muitos dias que me não sahe da idea o vosso

projectado sobrado, e, realmente, pesando bem todos os *prós* e todos *contras*, vejo n'elle um descalabro para vossa administração, o que para mim seria uma decepção dolorosa, como vosso empregado, apesar de honorario.

Encontro uma barreira, que julgo invulneravel, para que possa surtir bom effeito o vosso plano.

A idéa do sobrado não é só bella, e sublime; e seria levada a effeito com grande vantagem, se se tivesse, na occasião de sua construcção, prevenido esta probabilidade:

Toda a grande difficuldade, parece-me, está na coberta.

Sendo a coberta de sotéa, nenhuma comunicação pôde ser aberta dos armazens para os quartos superiores; tem, portanto, o sobrado incommunicabilidade completa com os armazens. Sendo assim, devemos julgar não só máo, como mesmo pernicioso o vosso projecto.

Se se tivesse previsto o actual projecto na occasião da construcção, teria o mercado sido coberto com telha, o que não impediria que se collocasse em cada quarto uma escadinha redonda, á moda das torres, para dar accesso ao quarto de cima, que por esta fórma teria um valor inestimavel.

Para fazer isto agora, importaria na reedificação do mercado, o que é o maior de todos os absurdos.

Depois de tirar sobre a sotéa o espaço necessario para uma rua que tem de dar entrada aos quartos, ficariam elles tão resumidos, que não poderiam soffrer repartimento algum; e um quarto n'estas condições como poderá servir de habitação?

Onde estes moradores farão os despejos das habitações?

Que accão pôde haver em habitações de tal natureza?

Fico nervoso só em pensar em tal.

Não podendo haver communicação directa do sobrado para o armazem, nenhum arranjo faz ao morador debaixo o tal quarto superior.

Que qualidade de gente habitará os quartos?

Deixai trabalhar a minha phantasia experiente para figurar o que acontecerá invariavelmente.

O morador de tal habitação não dispõe de criados e, por via de regra, será da classe menos escrupulosa da nossa sociedade.

Pela madrugada, e antes que se abra o mercado, varejará para dentro d'elle o conteúdo dos seus vasos de quarto, o que ninguem poderá obstar.

São setenta vasos a despejar do alto do mercado os mais *aromáticos perfumes!*

Pensai bem, dignos cidadãos vereadores, sobre estas consequencias; a vossa intenção não é só boa, e excellente, mas em um cento tem noventa probabilidades contra o vosso projecto. Abandonai-o, portanto.

O erro e partilha da humanidade, mas persistir n'elle, depois de conhecê-lo, é um crime.

Ja tendes adquirido direitos á gratidão do municipio. Salvo alguns erros, muito communs em corpos collectivos, tendes cumprido bem o vosso dever.

Quereis ainda deixar os vossos nomes esculpidos nos annaes da municipalidade com uma obra duradoura?

Aproveitai o credito aberto de cem contos de réis pela seguinte fórma, que é garantidora de pleno successo:

Mandai levantar o mercado do terceiro districto; mas deliberei só por vós, deixai-vos de commissões.

Ide á praia do Riacho, examinai o terreno contiguo ao gazometro, pelo lado do sul, e ahi achareis um local magnifico para tal construcção.

Pedi a qualquer dos engenheiros, drs. Corrêa Netto ou Guilherme Ahrons, que são praticos em construcções d'essa ordem, para levantar uma planta para o edificio, em condições modestas, em que se não despenda mais de quarenta contos de réis, e eu vos asseguro que obtereis um renome invejavel.

Regeitai outro qualquer projecto que tenha por fim entregar a empreza particular uma tal construcção.

Deixai os planos gigantescos para o futuro. D'aqui até lá, largos dias têm cem annos.

O litoral do Riacho está reservado para ser o ponto mais importante d'esta cidade, mas não antes de um seculo. Todo o baixio do Christal tem de desaparecer para dar lugar a terrenos artificiaes, onde serão construidos os principaes estabelecimentos de nossa industria.

Por agora só vos compete acudir de prompto ás urgentes necessidades de todo o povo d'aquella parte da cidade, fornecendo-lhe um mercado.

Muni-vos, pois, da planta, e ponde em pratica a

almejada construcção. Em menos de quinze annos elle forrará o seu dispendio.

Já é tempo de se olhar com mais attencção para este povo da cidade baixa que bem merece a vossa protecção.

Desculpai, cidadãos vereadores, a franqueza com que vos fallo.

N'este assumpto, como sempre, é o patriotismo que guia o vosso fiscal honorario.

7 de julho de 1884.

LIV

Faltei á minha obrigação na segunda-feira. Deu causa a essa falta o meu entusiasmo pela liberdade dos povos.

Esqueci-me por um momento do municipio para apresentar ao povo francez as minhas homenagens pelo anniversario da queda da Bastilha, que trouxe o inicio da liberdade da França, até então subjugada pelo despotismo.

O quatorze de julho da França é um espelho que devia ser collocado diante de todas as nações, afim de evitarem os horrores que presenciou o mundo quando aquelle povo teve de tomar contas do procedimento dos régulos.

A historia das nações antigas devia ser a mestra para o proceder das modernas.

O exemplo deve servir-nos para guiar nossos passos.

A inercia dos povos encoraja os despotas.

O despotismo principia com uma enganadora apparencia de bem publico.

A titulo de tolerancia, abandona-se ao acaso a sorte dos povos.

Deixa-se lavar a corrupção, anima-se mesmo o progresso de todos os vícios e em um bello dia apparece a necessidade da repressão dos costumes pervertidos, pedida pela parte sensata da sociedade como unico meio de conseguir a propria segurança.

Desde o principio de nossas sociedades tem sido esta a marcha constante na direcção dos povos.

O poder é doce; depois da posse d'elle, ninguem por sua vontade o abandona: d'ahi nasce o privilegio de classes, meio seguro de conservar o poder.

A fraternidade, a igualdade de todos os cidadãos não convém aos régulos.

E' esta a sorte constante da humanidade, pela ignorancia do povo, que olha indifferentemente para a marcha dos governos, suppondo-se sempre impotente para pôr um dique aos seus desmandos.

Esta differença vai animando os privilegiados da fortuna, que por fim têm de obedecer invariavelmente ás leis da natureza, sendo precipitados por sua vez na voragem do abysmo cavado por suas proprias mãos.

Apparece então um 14 de julho com todas as suas horrosas consequencias de pescoços aparados na guilhotina.

Ja chega de 14 de julho.

Temos cá no municipio o nosso 11 de julho para entreter os municipes, que felizmente, ainda não vêm diante de si a guilhotina.

No dia 11 do corrente foi a cidade surpreendida com uma grande novidade: tinha a camara extinguido o lugar de fiscal geral, demittindo o actual serventuario.

Foi un *ferret opus*.

Por toda a parte se commentava o facto, como se um grande cataclysmo estivesse imminente.

Todo este barulho é consequencia da politica na camara municipal.

Dais licença, cidadãos vereadores?

A camara portou-se feiamente em todo este negocio.

Se comprehendesseis, como devieis, que a camara municipal não é mais do que um corpo administrativo, alheio completamente á politica, não se teria tido occasião de censurar a vossa conducta.

Se não havia necessidade do emprego, para que o crearam?

Se era necessario o emprego e era preciso demittir o funcionario, porque não se teve a franqueza de expor as razões da demissão?

Outra: como pôde o orgão de um partido impor a um vereador que resigne o cargo, por entender este que devia dar o seu voto para a demissão de um empregado?

Confesso que não comprehendo semelhante modo de encarar os deveres politicos dos cidadãos.

O vereador pertence ao municipio: não deve dar

ouvidos sómente ás conveniências de partido, deve olhar primeiro que tudo para o seu dever de vereador, zelando os bens do município e fiscalizando os actos dos empregados seus subalternos, que, por seu turno, devem considerar-se empregados do município e não dos vereadores, cumprindo pontualmente com as suas obrigações.

Foi reintegrado o funcionario demittido:

O que ganhou a camara com seu procedimento de 11 e de 14 do corrente?

Ganhou a perda de sua força moral, dando um triste exemplo para as suas successoras.

Quem soffrerá as consequencias do procedimento da camara?

Certamente o município, que presenciará o infeliz espectáculo, que infallivelmente tendes de dar, apresentando-vos em dois campos differentes, não de adversarios animados dos melhores desejos de fazer prosperar o município, mas de inimigos ligadaes e irreconciliaveis.

Deixemos ainda por um pouco o vosso procedimento politico, para lembrar-vos um serviço importante, a bem do povo dos arrabaldes, e que custa sómente quinhentos réis.

Ha mais de um mez que existe na rua da Azenha, esquina á da Imperatriz, um buraco encostado á calha, o qual, coberto com a agoa da chuva, é um verdadeiro mundéo aos pobres carreteiros que vem com generos de fóra para a cidade.

Por aquelle canto dobram os carros que demandam a margem em busca da cidade baixa, e, não conhecendo o precipicio, ali enterram as rodas, e só com grande estorço podem os bois magros ver-se livre do perigo.

Desejaria que um qualquer de vós se achasse ali em taes occasiões; irieis direitinhos para o inferno, pelas pragas que vos rogam os miseros camponios que ali vêem os carros atolados.

Os vossos fiscaes não vêem estas pequenas cousas, e no entanto não custa nada mandar despejar uma carroçada de aterro no tal buraco.

São só quinhentos réis.

Ainda uma vez, cidadãos vereadores, peço-vos desculpa pela ousadia da censura.

17 de julho de 1884.

LV

E' tudo mentira; não existe tal buraco na rua da Azenha, esquina á da Imperatriz; podeis mandar até lá um de vossos fiscaes, que não o encontrará, porque o fiscal honorario puxou pelos seus quinhentos réis e mandou tapal-o.

A chuva não tarda e antes que ella venha, para amofinar os pobresinhos, que por ali passam com o seu carro de feixinhos de lenha, mandei de meu bolso fazer esta despeza, que não é mais do que a repetição de outras muitas que já tenho feito.

Vamos tratar agora de outro buraco, mas não é a vós que me vou dirigir e sim ao cidadão presidente da provincia, que, me parece, é o competente para ouvir a representação.

Supponho que todos vós sabeis que ha n'esta cidade um quartel que foi baptisado com o nome de *quartel do oitavo*, porque para o batalhão oitavo foi elle construido e ali com effeito se alojou em 1834, quando regressou de Missões, onde esteve destacado.

N'esse tempo não tinha o quartel o passeio lageado, mas a sua frente era um primor de asseio, no que caprichava seu digno commandante, o major Lima e Silva, que tão triste sorte teve, morrendo em defesa da nossa extincta republica, onde occupou o posto de general.

A praça, que hoje se chama da Independencia, era todos os dias Varrida pelos soldados, porque o commandante era de uma rispidez admiravel pela disciplina.

Parece-me estar ainda vendo o signal convencionado entre os soldados para annunciar a approximação do commandante! Consistia o signal em levantar o braço até acima da cabeça, o que, na linguagem munda dos guaranys que compunham aquelle batalhão, queria dizer:—ahi vem o homem grande. E era realmente grande; porque entre a familia dos Lima e Silva, que tão bonitas paginas tem escripto em nossa historia, era elle a mais saliente figura; não só grande na estatura, como também na coragem, na disciplina, no commando, na serenidade de animo diante das cohortes inimigas; emfim, um verdadeiro soldado, não como os d'aquelle tempo (dos quaes elle fazia a excepção), que não tinham direito de pensar, verdadeiras machinas de guerra, mas um soldado patriota

e dedicado á causa democratica, pela qual desprezou todos os europeus de que se cobriram os membros de sua familia, para vir partilhar os sacrificios e fadigas nas nossas campinas, tornando-se rio-grandense adoptivo.

Virgem Nossa Senhora! E o buraco?

Sou incorrigivel...

Quando recordo-me dos tempos da nossa gloriosa revolução, sem querer torno-me historiador, e vou pondo em acção as minhas reminiscencias...

Desculpai-me.

O cidadão presidente da provincia se fôr visitar o quartel, sem duvida não deixará de reparar no pessimo estado em que se acha a sua entrada.

Havia ali uma especie de cano, coberto com as lages do passeio, as quaes, quedrando-se, ficaram em pedaços amontoados, até que alguém, que tenha attribuições, tome a resolução de mandar concertar tudo aquillo.

Tenho reparado que grande parte do povo desce apé a ladeira do quartel para ir ver as vossas obras de aformoseamento do Campo do Bomfim, e todos se admiram do estado em que se acha a entrada d'aquelle proprio nacional, vedando completamente o caminho, a ponto de correr-se o risco de ali deslocar um pé, especialmente as senhoras que usam calçado de salto alto.

Peço-vos, pois, licença, cidadãos vereadores, para em nome do povo pedir ao cidadão presidente da provincia que mande pela repartição das obras publicas fazer aquelle concerto.

E para que não se desconcerte de novo, deve desviar-se do portão de entrada o tal cano, para correrem as agoas pela ladeira, a sahirem no cano geral do quartel, no becco do Oitavo.

Que bonito, cidadãos vereadores, não será o effeito que fará aquelle contraste com a formosa alameda que estais construindo no Campo, sendo-se obrigado a transpor-o para se chegar até lá!

Se fosse a despeza sómente de quinhentos reis, como a do outro buraco, o vosso fiscal honorario a fazia; mas esta tem de importar talvez em trinta mil reis, para o lagedo e desvio do calçamento interior do portão até o becco, e para tanto não chega a verba extraordinaria de que dispõe o fiscal honorario.

21 de julho de 1884.

LVI

A minha ausencia de quinta-feira foi motivada por uma bronchite que me inutilisou durante toda a semana passada para trabalhos intellectuaes; espero que, attendendo a este poderoso motivo, dareis por justificada minha falta, independente de attestado medico.

Costuma-se dizer que ninguem é propheta em sua terra. Não ha duvida; mas esta regra, como todas as outras tem excepção.

Sou eu a excepção.

Ha doze annos, cidadãos vereadores, que foi traçado pelo vosso fiscal honorario o plano de melhoramentos que agora pondeis em execução no Campo do Bomfim e suas adjacencias.

Foi este vosso criado quem planejou e alinhou as ruas da Concordia e General Lima e Silva, assim como iniciou as duas de Lopo Gonçalves e a que acabais de desapropriar ao commendador José Baptista.

A primeira vez que patenteei o bello plano que ora se executa, fui recebido com gargalhadas, não só por diversos vereadores, como por alguns proprietarios, que, por fim, tiveram de reconhecer a excellencia do plano, vindo em auxilio com as suas generosas offer-tas, que estão reduzindo a completa realidade os meus sonhos dourados.

Só falta para complemento o prolongamento da rua do Juca da Olaria até á Margem, e o mercado na praça da Concordia, junto á ponte do Menino Deus.

O prolongamento da rua só depende da vontade do commendador Baptista, o que quer dizer que o municipio póde contar com elle independente de retribuição alguma; isto posso eu affiançar-vos de antemão, e desde já posso agradecer-lhe em nome do municipio.

E o mercado da mesma fórma virá, em seguida ao que edificardes no terceiro districto, o qual virá patentear ainda aos mais retrogrados as vantagens e commodidades dos moradores, como o engrandecimento de todo o bairro da cidade baixa.

Considero como o primeiro dos deveres da camara concorrer para unir a população e não deixal-a disseminar-se por grande espaço, tornando assim muito mais difficil a fiscalisação de suas rendas, e impossivel

bilitando a concessão dos melhoramentos a que têm direito todos os moradores da cidade.

Do que servem esses desertos no centro da cidade?

Mas como evital-os? perguntareis vós.

Respondo com a minha experiencia.

A camara tem em si os meios de levantar qualquer bairro que está em decadencia.

Experimentai:

Mandai desde já construir, como vos disse, junto ao gazometro, o mercado projectado, fazendo ali uma pequena praça com atterro do morro que lhe fica em frente na rua da Varzinha, abrindo uma communicação facil para a praça do General Osorio, que, com a proximidade do mercado, tomará um incremento admiravel, e vereis em pouco tempo aquellê lugar occupado por bonitas casas de negocio de toda a especie; e, á maneira do antigo largo do Rocio, na côrte, com a sua tradicional fama do *café com leite*, rodeado de magnificas casas de joias e modas, só ficando do antigo *café com leite* a recordação na memoria dos carranças, como o vosso fiscal honorario.

E para que em tudo seja semelhante ao largo do Rocio, iniciai a idéa patriótica de collocar no centro da praça a estatua do legendario Osorio, que tão bellos dias de gloria deu á nossa patria.

Muita gente se persuadirá que isso que ahi fica indicado custa sommas fabulosas; mas não é assim.

Tudo isto só exige um pouco de trabalho, dirigido por uma cabeça intelligente.

Não precisa sahir um ceutil do cofre do municipio para o mercado, que será pago com o seu rendimento.

O mais depende da cabeça intelligente, de um cidadão, que seja rico... de honestidade, para ser unida á necessaria actividade; e o encantamento apparecerá.

Vão tendo pleno successo os trabalhos do Campo; tendes procedido perfeitamente; o trabalho é feito com a maior regularidade.

Figura no vosso trabalho a re-edificação do cano em frente á rua do Imperador.

Era assim que devia ser feito da primeira vez.

Agora fica elle com capacidade para expedir as agoas com promptidão, podendo ser limpo quando entupido, e sobretudo pela direcção dada para fazer

desapparecer o vallo do centro da rua o qual, além de repugnante, tornava perigoso o transito á noite.

Tive occasião de examinar a planta levantada pelo prestimoso cidadão dr. Corrêa Netto, para alinhar a nova rua que desapropriastes ao commendador Baptista. E' assim que se deve proceder sempre para fazer o serviço com acerto.

Por ali se vê a completa igualdade e alinhamento das tres quadras em que foi dividida a antiga, que medeava entre a do Imperador e Imperatriz.

Com excepção de alguns pessimistas, que nunca se agradam de cousa alguma e que têm sempre prompta a paga da ingratidão para os serviços prestados por patriotismo, os nossos concidadãos vão reconhecendo que tendes distribuido em seu proveito os tributos que lhes cobrais.

A todos vós cabe o reconhecimento publico, podendo ainda especialisar-se o vosso digno presidente, que, sem ao menos poder dispôr de saúde, em seu estado enfermo, tem desenvolvido na execução dos planos da camara uma actividade que só se pôderia esperar de uma robustez excepcional.

Vai bastante adiantado o calçamento á roda do mercado.

E' um importante serviço que prestais a todo o povo que por ali transita em busca dos alimentos da vida, além do bonito effeito que faz, dando melhor realce ao jardim.

Por hoje chega.

28 de julho de 1884.

LVII

Valha-nos Nossa Senhora!

Vejo-me perseguido com exigencias de todos os lados; todos querem lugar na barquinha.

Vem um e diz: «a rua tal ainda não tem calçada»; outro quer que se acuda á sua rua, que ainda não tem calhas, ao menos; um outro que lhe mandeis collocar a luz; finalmente outros mais ousados, impertinentes, pessimistas, exclamam: «Vejam só isto: tudo para o Campo do Bomfim; para os outros, nada; e acrescentam: para que arvores aqui?»

A estes eu respondo por vós:

—Estas arvores são collocadas aqui para servir de chapéo de sol aos pobres; e áquelles digo que tenham paciência, que esperem um pouco; Roma não se fez em um dia.

E' preciso acabar uma cousa para se pedir outra; todos serão attendidos a seu tempo.

—Depois de acabado todo o dinheiro, não é assim?

—Não, senhor, não é assim; o dinheiro do municipio é como o do soldado, nunca se acaba.

Agora uma resposta geral para todos:

O fiscal honorario conhece todas as necessidades do municipio; todos os melhoramentos de que elle carece estão registrados no seu canhenho; ha muitos serviços entre mãos, que importam em muito dinheiro; elle não deve atrapalhar a camara com exigencias irremediaveis; as obras do Campo do Bomfim seguem acceleradamente; em dois ou tres mezes, estarão concluidas.

O calçamento em roda do mercado, da mesma forma.

Estas obras são importantes e devem ser concluidas sem demora, antes de chegar a festa do Menino Deus.

E' n'essa occasião (na festa do Menino Deus) que o povo terá de apreciar o que se está fazendo agora.

O bond terá o seu trilho desimpedido para correr livremente; os bolleiros poderão soltar em desafio as suas parelhas sobre um leito de oitenta palmos de largura, sem perigo para os transeuntes de infantaria, que é o Zé-Povinho, que seguirá o seu caminho despreocupado, sem perigo para os pequerruchos.

N'essa occasião, quando chegar o cansaço e elle encontrar um banco para sentar-se á sombra de uma aavore, conhecerá então e agradecerá, cheio de satisfação, o beneficio que se lhe fez.

Emquanto os ricos rodarem os seus carros, os pobres, commodamente sentados á sombradas alamedas, gozarão, a seu modo, da belleza da festa, que por fim, de contas, consiste em mirarem-se mutuamente os dois sexos!

Agora nós, cidadãos vereadores;

Emquanto o povo se entretém na contemplação das bellezas que lhe estais preparando para a festa do Menino Deus, conversemos mais seriamente sobre um assumpto que nunca esqueço.

Vós sabeis que sou velho e que os velhos dormem pouco.

N'estas immensas noites, o vosso fiscal honorario acorda-se ás quatro horas, e desde essa hora até amanhecer o dia, não podendo physicamente passear, faz percorrer a idéa sobre o futuro do municipio.

E' n'essas horas silenciosas da madrugada que recebe inspirações.

Por vezes vos tenho fallado no desprezado bairro do Riacho.

E' tempo de pensar seriamente sobre o brilho futuro que lhe está reservado.

Todo aquelle baixio, desde a ponta da cadêa até Santa Thereza, tem de ser aterrado.

Parece-me que aquillo pertence ao governo geral. Deveis quanto antes assegurar para o municipio aquella futura grandeza.

O governo vos concederá sem difficuldade.

Em um futuro que, suponho, não estará muito longe, leremos ali um grande patrimonio, que poderá enriquecer o municipio.

Pensai, cidadãos vereadores, e não percais tempo, antes que algum particular se aproveite da lembrança.

31 de julho de 1884.

LVIII

Vai muito morosa a construcção da cerca de arame que tem de amparar o arvoredo que se está plantando do Campo do Bomfim.

Dependendo da cerca a plantação das arvores, devia ser ella feita com a maior presteza, para poder ficar plantado todo o arvoredo antes do fim do corrente mez; aquillo é serviço para quinze dias.

Se quereis que as arvores peguem, deveis empregar os meios para que não exceda do corrente mez o terminio da plantação.

Parece que se deu por concluido o aterro da rua da Olaria, mas elle não está ainda em regra.

Foi pena, porque duas carroças, em dois ou tres dias, o deixariam concluido.

Ficou ainda muita baixa toda a parte correspondente á chacara do cidadão dr. Joaquim Pedro.

Já que se deu principio, é bom que se acabe, mór-

mente tendo dado a melhor prova o aterro que se collocou sobre o antigo; com toda a chuva de sabbado puderam os carros transitar livremente sobre elle.

O arroio do cidadão João do Prado e que tem se tornado cada vez peor; nos dois dias de sabbado e domingo ficou o transito completamente interceptado para gente a pé.

No sabbado á tarde apresentava um aspecto medonho, só comparavel com as cachoeiras do Niagara.

E' consequencia necessaria dos melhoramentos do Campo o entulho d'aquelle maldito becco.

Em pouco tempo vos arrependereis de não terdes aceitado o conselho que vos dei de presenteardes o tal becco, em partes iguaes, aos dois proprietarios que o margeam, com condição de que o aterrassem e tapassem. O cofre do municipio lucraria immensamente com tal medida.

Vi hoje no *Jornal do Commercio* uma reclamação dos moradores da rua da Independencia para lhe accudirdes com os melhoramentos de que carecem.

Tudo aquillo que elles pedem, eu já vos lembrei quando tratei dos melhoramentos mais urgente do municipio.

Não ha duvida de que elles têm razão; mas na occasião é impossivel attendel-os. E' preciso concluir o que está em começo.

A seu tempo eu irei em seu auxilio; o peor foi o procedimento da camara passada, recusando o offerimento feito por diversos proprietarios para o alinhamento recto da chacara do Landell á custa dos mesmos proprietarios, o que concorreria para dar grande belleza áquelle bairro.

Esta recusa foi semelhante á que fez a transacta, da rua offerida pelo finado Bastos, partindo ao meio a grande quadra, entre a rua da Independencia e o Campo do Bomfim.

Regeitaram o offerimento por ser sómente o de um proprietario, sem se lembrarem de que os outros viriam depois; e lá se tapou o terreno, que já está edificado, perdendo-se tão propicia occasião para se principiarem as quadras daquelle bairro.

Assim é tudo entre nós.

Vou lembrar-vos agora a necessidade de pôrdes em accção o nosso patriotismo em prol do abolicionismo.

Sabeis que foi deliberada a dissolução da camara, por não concordar com as medidas, propostas pelo governo, com o fim de apressar a extincção da escravatura.

E' tempo de vos moverdes em auxilio de tão humanitaria empreza.

Por vezes tenho-vos fallado do despotismo praticado pela assemblea geral, de parecra com o governo, quando correram com o povo das urnas.

Hoje vai o governo conhecer o mal feito.

O povo, em sua quasi totalidade, quer a abolição da escravidão; mas o povo não tem direito de voto para escolher os membros da assemblea que tem de decretar a salvadora medida.

Os escravocatas aproveitarão a occasião que se lhe offerece para fazer triumphar o barbarismo.

Em tal conjectura, o governo terá de appellar para o povo, que não tem voto, e apoiar-se em sua força para triumphar dos escravoeratas.

Teremos, pois, o governo revolucionando o povo para ir em seu auxilio em favor da nobre cruzada.

Sois vós, dignos cidadãos vereadores, que deveis, desde já, como representantes do municipio da capital, convidar as outras municipalidades da provincia para convosco representarem aos altos poderes do estado, significando que a provincia, em sua grande maioria, quer a abolição no sentido o mais liberal, e que este povo, apesar de enxotado das urnas, não podendo portanto intervir, como lhe cumpre, para se fazer representar, está na firme resolução de fazer triumphar a causa nobre e santa da liberdade.

Vamos, cidadãos vereadores; mãos a obra. Precisamos obrar com energia, para livrar o paiz do cataclysmo que está imminente.

4 de agosto de 1884.

LIX

Já parece má vontade.

Ha tres dias vi no *Jornal do Commercio* uma reclamação alim de accudirdes á praça da Independencia, que se acha em deploravel estado, interceptando o transito de um lado a outro os sulcos feitos pelas agcas, e não sei que mais.

Eu que cumpro com a maior exactidão o meu dever de fiscal, fiquei admirado de tal reclamação.

E' o caso de dizer-se: — «não se pôde ser juiz com taes mordomos!»

A praça da Independencia, alem de achar-se no mais perfeito estado de conservação, não deixando ver em toda ella a mais pequena depressão, porque seu sólo artificial assenta sobre uma camada de cascalho de dois metros de espessura, mereceu tal preferencia da parte da camara, que ella a mandou calçar desde a parte inferior da ladeira, occupando-se n'este serviço, ha mais de vinte dias, uma companhia de calceteiros, composta de mais de doze operarios.

Estando, pois, a obra já em meio e com um grande monte de pedras sufficiente para sua conclusão, parece-me que só podia inspirar, a quem tal reclamação fez, um elogio esse serviço.

Novamente apresenta-se o mesmo jornal em seu numero de hoje com esta reclamação... (textuaes pa lavras):

«As providencias que hontem reclamamos não cifram-se só á antiga praça do portão; mas tambem á praça da Independencia.

«O pessimo estado d'esta praça e rua exige da illustre edilidade um reparo serio afim de facilitar-se o transito. Cremos bastante no zelo dos srs. edis para não recear sermos attendidos.»

Como são as cousas n'este mundo!

O largo do Portão só precisa ser arborizado no centro; na parte que corresponde á rua da Ponte, tem a melhor calçada que existe na cidade, unica que foi feita em regra.

Esta calçada foi mandada fazer pela camara, por um dos empreiteiros do calçamento da cidade, para servir de modelo, e, de facto, em empreitadas de calçamentos, se tomou por norma aquella calçada do largo do Portão; mas nunca empreiteiro algum fez calçada igual e nem aproximada áquella. Do outro lado do quartel ha tambem uma boa calçada, interceptada agora em grande parte pelos materiaes de uma obra que ali constróe o cidadão major Leite de Castro.

A praça da Caridade soffre n'este momento um grande rebaixamento, o qual dá o aterro para o Campo do Bomfim, em cujo serviço se acham occupadas sessenta carroças que descem pela rua da Conceição.

Um tal transito de vehiculos, em dias de chuva,

certamente não pôde deixar de occasionar pantano na referida rua da Independencia e descida da da Conceição.

E' o resultado infallivel do grande melhoramento, não só do Campo do Bomfim, como da mesma praça da Caridade.

Quem sabe querem que a camara sópre por um canudo os aterros e desaterros sem interceptar o transito?

Já disse, segunda-feira, a quem pediu pelo mesmo *Jornal do Commercio*, melhoramento para a rua da Independencia:

O fiscal honorario está em seu posto de honra, elle será o advogado de todos os bairros; mas não pôde vir atrapalhar a edilidade com exigencias impossiveis de ser attendidas.

Roma não se fez em um dia.

6 de agosto de 1884.

LX

Pouco tenho para dizer-vos.

A chuva tem interrompido a collocação do aterro do Campo do Bomfim e demorado a plantação do arvoredo, que é o que me dá mais cuidado, porque, passado este mez, não será mais tempo de transplantação de arvores. Quanto ao aterro, um mez mais ou menos nada influirá.

A assembléa deve reunir-se novamente em outubro proximo; convém não perder a occasião para pedirdes autorisação para cousas urgentes.

E' necessario chamar mais uma vez sua attenção para o complemento da illuminação da cidade.

Veu fazer o orçamento das luzes que são necessarias.

Não é com cem bicos de gaz que se ha de illuminar mais de metade da cidade que se acha em trevas.

A rica e populosa cidade Porto Alegre, que tão fartamente concorre para encher os cofres provinciaes, deve merecer mais attenção de seus representantes; precisamos, pelo menos, mais quinhentos bicos de gaz.

Supponho que vai cahindo no esquecimento o mer-

cado do terceiro districto; por isso, vos lembro agora que vos dignéis pedir a verba para elle.

Igualmente vou tratar da planta e orçamento para esta indispensavel obra, uma das primeiras necessidades d'esta capital.

Cada vez escaccam mais os meios de commodidade aos habitantes da cidade baixa para mandarem ao mercado existente.

A verba de cem contos, que quereis applicar para assobradar ao mercado, chega, não só para o mercado do terceiro districto, como para todos os pontilhões do municipio.

E' tempo de levardes os melhoramentos indispensaveis a todas as estradas do municipio.

O rendimento do novo mercado que construireis dará em menos de vinte annos, não só para o seu pagamento, como para o das pontilhões que fizerdes com este emprestimo de cem contos de réis.

Uma vez feitos os pontilhões que são necessarios em todos os arroios que cortam o municipio, que, se me não falha a memoria, são onze, ficará muito reduzida a despesa com o concerto das estradas.

Apezar do que disse ante-hontem um periodico d'esta cidade sobre a desapropriação do terreno do commendador José Baptista, devo dizer-vos que procedestes perfeitamente.

Desde que me lembro que para se fazer recolher um canto da casa do fallecido Veiga, no Caminho Novo, esquina da rua Santa Catharina, que apenas enfeiava a rua sem em nada interromper o transitio, se gastou onze contos de réis; que para se alinhar a praça da Conceição se despendeu mais de oito contos, e que para aterrar sem regra nem arte a rua que corre pela frente da igreja do Bomfim, até o canto da de D. Affonso, se despendeu mais de vinte contos de réis, sou obrigado a elogiar a actual direcção da camara pela boa applicação que tem dado ao dinheiro do municipio.

A medida de maior alcance, tomada pela actual camara, foi a divisão das quadras de todo o terreno da cidade baixa até a rua da Imperatriz.

Com dezeseis contos, mais ou menos, tendes feito todas as desapropriações.

E' o maior de todos os erros commettidos pela municipalidade adiar a formação de quadras em todo o terreno que se acha dentro dos limites da cidade.

Aquillo que este anno fizestes com dezeseis contos, custará dentro em seis ou oito annos mais de quarenta.

Com esta ultima desapropriação prestastes um grande serviço ao municipio, porque o livrastes de grande despesa futura.

Tão depressa tiverdes concluido os dois importantissimos trabalhos do Campo e praça da Caridade, deveis metter hombros ao cruzamento das ruas do resto da cidade, desde a rua da Independencia até o Caminho Novo.

Cada anno que passa traz um augmento de muitas dezenas de contos de réis para as desapropriações futuras.

Já basta de carrancismo, é preciso cuidarmos do progresso da cidade em quanto é tempo.

Acabou-se o tempo em que o finado José Martins de Lima exclamava: «cada vez que o ouço fallar em abrir ruas, fico furioso; o que se quer, é augmentar a despesa com calçamentos e concertos de tantas ruas»; e acrescentava: «para gastar o dinheiro da camara, temos ruas de sobra.»

E' preciso ser justo: a municipalidade não é corporação politica, ali não deve haver outro pensamento senão o engrandecimento do municipio; deixemos para as camaras da roça essa rivalidade, esse amor proprio.

A gloria pela realização dos melhoramentos do municipio recahe inteira sobre todos os membros da camara.

Assim o entende o fiscal honorario.

11 de agosto de 1884.

LXI

O que vou dizer nada aproveitará á marcha do serviço que se está fazendo na Varzea; não obstante, devo fallar para que se tome nota. Não fallo só para vós, mas tambem para o publico.

Sempre é bom ir leccionando experiencia.

As carroças que conduzem o aterro lutam com grande difficuldade para transitar por sobre o aterro molhado.

Este inconveniente se teria evitado se tivesse havido providencia.

O aterro, tendo de sahir da praça da Caridade para o Campo, devia ter começado pelo inverso do que se fez, isto é, devia ser collocado primeiro o do fim da rua; por esta forma, quando viessem chuvas, estaria o principio da rua em condições de soffrer o transitio das carroças carregadas, com muito mais facilidade do que por sobre o aterro fêfo, molhado, sem cansar os animaes, como está acontecendo.

Se quem se encarregou de fincar os postes para a cerca de arame não fosse tão rotineiro, devia sober que existem machinas para abrir covas.

Com uma machina apropriada, um só homem em uma semana teria aberto todas as covas, e dois ou tres outros, no mesmo espaço de tempo, teriam fincado os postes.

Uma machina d'estas custa, no estabelecimento do cidadão Manoel Balhazar, sete mil e quinhentos réis!

Outra cousa peor vejo ali: os postes são furados para enfiar o arame.

Uma machina propria (bastando ser feita de madeira, á maneira de torno, para tocar com o pé) prepararia pelo menos cem postes por dia; no emtanto, vejo ali um homem fazendo um esforço inaudito para furar com verruma, á mão, os mesmos postes!

Não ha christão que possa sujeitar-se por dois dias seguidos a tão barbaço trabalho, que por isso é demorado.

Se algum de vós, cidadãos vereadores, tivesse sido mecanico, ou mesmo se tivesse alguma idéa de trabalhos mecanicos, poderia guiar este serviço, para ser feito pela quarta parte da despeza, e do tempo, que tambem é dinheiro.

Não leveis a mal estas observações, dignos cidadãos vereadores, porque quem não sabe, é como quem não vê.

No cumprimento de meu dever, sou obrigado a dizer-vos o que entendo, em bem dos interesses do municipio.

Não quero fazer como muita gente, que tudo censura, sem ter habilitdade para emendar os erros censurados.

Já vos fallei mais de uma vez sobre o obolicio-nismo.

Tendes visto, pelo enthusiasmo com que são recebidos os actos de philantropia praticados pelos senho-

res de escravos, que a idéa do abolicionismo já está amadurecida. Portanto, não vos fica mal fazerdes alguma cousa pela nobre cruzada.

Abi vai uma opinião, que me agrada bem e sobre a qual tenho bastante reflectido:

Assim como vendem-se seis mil bilhetes de loteria por semana, poderá tambem vender-se os mesmos seis mil bilhetes em um mez, a favor da liberdade.

Seis mil bilhetes, a dez mil réis, fazem sessenta contos de réis.

Ou mesmo, se quizerem, para maior facilidade, —seis mil bilhetes, a cinco mil réis, que dão trinta contos de réis.

Arranjem-se tres mil objectos para a kermesse, como premios dos bilhetes, e faça-se uma loteria.

A venda dos objectos ás pessoas que ali forem ver a exposição não renderá mais de tres contos de réis.

Os bilhetes são vendidos ás portas de todo o mundo.

Com vontade ou sem ella, todos vão comprando, e lá na exposição o caso muda de figura; aqui não é côrte.

Pensai n'isto, cidadãos vereadores, e dai as mãos aos commissionedos da kermesse, auxiliando-os com o vosso concurso patriótico.

14 de agosto de 1884.

LXII

Parabens! parabens! pelo honito resultado que vai alcançando o abolicionismo.

Devemos encher-nos de nobre orgulho, diante da attitude tomada pelo nosso povo; decididamente não podemos desesperar do futuro da patria.

Vai surgindo do nada o espirito publico, para mostrar aos que nos governam que não se devem fiar na mansidão d'este povo.

As tempestades vêm sempre precedida da calmaria.

Oh! dignos cidadãos, deixai expandir-se a minha reminiscencia; é occasião de lançar um olhar retrospectivo para a negra instituição, afim de melhor apreciar-se o alcance do nosso triumpho.

Volvamos aos annos de 1838 a 1844, em que o vosso fiscal honorario habitou o Rio de Janeiro.

Pegava-se o *Jornal do Commercio*, o *Despertador*

ou o *Diario do Rio* e não se via senão queixas contra a fraqueza de nosso governo, que se deixava ludibriar pelos inglezes quando exigiam o cumprimento da lei de 1831, que prohibio a introdução de escravos.

Só uma voz se erguia para condemnar a regra instituição.

Não preciso dizer que era a de um distincto rio-grandense, o dr. José Antonio do Valle Caldre Fião, que, montando especialmente um periodico, *O Philantropo*, por espaço de sete annos zuzio não só os escravocatas, como o governo que os protegia.

Sua voz foi abafada pela indiferença publica, mas as suas palavras foram sementes lançadas á terra para germinarem hoje no espirito do povo.

Abandonando a propaganda, inutil no Rio de Janeiro, voltou á provincia aquelle benemerito patriota e pôz-se á testa de uma phalange de mancebos para fundar a sociedade *Parthenon Litterario*, que começou a sua tarefa alforriando grande numero de escravos.

Negociantes de alta cathogoria, e até os proprios ministros, eram envolvidos n'este repugnante commercio; em plena rua da Quitanda, á porta de Manoel Pinto da Fonseca, assim como de outros da rua Direita, viam-se os moleques novos expostos ás vistas dos transcuntes; ali iam os fazendeiros de todas as cathogorias escolher a fazenda.

E o nosso governo o que fazia?

O nosso governo? os nossos ministros?

Iam, como os mais, compral-os a Manoel Pinto da Fonseca, ás duzias, para remetel-os para as suas fazendas.

Chegavam a entrar os carregamentos de escravos, perseguidos pelos navios de guerra inglezes, até debaixo das fortalezas da barra.

Uma vez fundeados, estavam garantidos pelas autoridades.

N'esta mesma capital o que se via em 1845 e 1846?

Algum de vós, já não muito jovens, deveis recordar-vos de vêl-os aqueitando sol ás portas dos irmãos Rocha, na casa onde está hoje estabelecida a Livraria Americana á rua dos Andradas, na mesma rua, ás portas de Wenceslão Joaquim Alves Leite, e outros.

E o cumprimento da lei de 1831?

E o povo? este pobre povo que hoje reage pela lórma heroica que presencamos, onde estava?

Eu respondo por elle.

Estava apreciando boqui-aberto este repugnante espectáculo, sem consciencia do que era ou devia ser.

Era o povo da antiga metrópole, que, como o cego de nascença, que, nunca tendo visto a luz, mal pôde fazer idéa da sua razão para comprehender a propria natureza.

Já védes, cidadãos vereadores, que estamos adiantados no caminho da civilisação.

Após esta, virá a extincção de outras instituições que atrazam o nosso progresso.

Illustremos, pois, o povo, para que elle possa fazer uso da razão.

E preciso que cada cidadão pense pela sua cabeça, que saiba apreciar a marcha dos negocios publicos, para n'elles intervir com o peso de sua força collectiva.

Tenho fé que lá chegaremos, sem outras armas mais do que as da razão: não tenhamos pressa.

Cálculo o progresso dos povos como o dos individuos; a marcha deve ser lenta, mas segura.

O individuo que não tem prudencia, que se atira a emprezas arriscadas, acaba, quasi sempre, por perder-se.

De vagar, que temos pressa, dizia um sabio da antiguidade.

Instruamos o povo, sejamos prudentes, e o futuro da patria será grandioso.

O enthusiasmo que n'este momento me domina faz-me esquecer hoje as cousas dos municipio.

Perdão; e, mais uma vez, parabens! parabens! dignos cidadãos vereadores.

18 de agosto de 1884.

LXIII

Depois que vos fallei sobre a necessidade de concertar-se o lagedo da entrada do quartel da preça da Independencia, li na folha official uma ordem á commissão de engenharia militar para mardar fazer as obras de que necessita o mesmo quartel.

Trata-se de uma obra publica; deveis intervir com quem de direito para attender, para contemplar n'aquellas obras duas cousas importantes, sendo a primeira a reforma completa de todo o passeio, desde o

largo do Portão até ás escadas da praça da Independência.

Todo aquelle passeio está em farello; a maior parte das lages está extincta pelo transitio.

Têm talvez perto de quarenta annos o lageamento; deve ser reformado.

A segunda é o cano de esgoto para o becco do Oitavo.

Não pôde continuar aquillo como está.

O cano de qualquer casa particular serve para expedir as agoas pluviaes e nada mais. Mas o do quartel serve para todos os despejos, tornando assim insupportavel a habitação n'aquelle lugar.

Se entendem que pôde ser feito o despejo das agoas servidas de toda a especie, dentro do quartel, façam um filtro para absorvol-as, sem irem incommodar a visinhança.

Um filtro, feito com a extensão necessaria, pôde prestar este importante serviço por quatro ou cinco annos, e, quando estragado, não custa a fazer outro. É um serviço que pôde ser feito pelos proprios soldados. O que é inteiramente impossivel é a continuação d'aquelle lodaçal no becco do Oitavo, sem esgoto senão para os quintaes de toda a visinhança.

Outra cousa que é da mais extrema necessidade é a illuminação do pequeno espaço desde a rua Sete de Setembro até o embarque dos passageiros que vão para o caminho de ferro da margem de Taquary.

Precisa ali, pelo menos, uma duzia de lampeões.

Como se obriga o passageiro a embarcar, em ponto certo, ás 7 horas da noite, e deixa-se inteiramente ás escuras o embarque?

Que confusão se vê ali na hora do embarque, estando tudo mergulhado em densas trevas.

A camara não é a competente para mandar collocar luzes ali, mas é competente para reclamar e instar com a presidencia para, pelos meios que tem a seu alcance, mandar fazer esta despeza, por conta de quem competir.

A lei não é, nem pôde ser, casuistica.

Muitas vezes, em casos como este, a autoridade tem de tomar a responsabilidade da despeza, que, apoiada no bem publico, não pôde ser desapprovada.

Sei que assembléa está proxima a reunir-se, segundo o acto do adiantamento; mas supponho que, em

vista da força maior das eleições, não haverá a reunião, e ficaremos a esperar a luz, não só para este ponto, como para o resto da cidade.

Se o nosso povo tivesse mais conhecimento de seus direitos e da sua força, devia dizer aos nossos pais da provincia, quando viessem pedir-lhe o voto: «Não vou lá enquanto não me illuminarem o caminho.»

Antes do dia 1 de setembro eu vos apresentarei o orçamento dos bicos de gaz que são necessarios para a illuminação da cidade, afim de poderdes fazer uma reclamação em regra, em boas bases.

A agoa e a lama têm me tolhido os meios de fazer um passeio aos arrabaldes, onde os moradores instam para que alguém lhes acuda.

Assim que o tempo permitir, lá irei em observação para poder informar-vos, com conhecimento proprio, da razão que lhes assiste.

21 de agosto de 1884.

LXIV

Quando vos fallei a semana passada da illuminação no trajecto do embarque para o caminho de ferro, devia ter-vos instruido de uma necessidade que ali bem perto se faz sentir e que reconheci em vista das chuvas da mesma semana.

Estais mandando calçar toda a praça em roda do mercado e creio mesmo que o trabalho será completado com a calçada da rua Silva Tavares, em frente a casa do cidadão Antonio Domingues.

Devo, porém, prevenir-vos que sendo a doca do lado do mesmo Antonio Domingues o lugar de maior trafego de embarque e desembarque, devia a obra ter principiado por ali, mesmo por que é uma calçada de pouca extensão.

Vejo agora ali um lamaçal enorme, que, com o pisar constante dos animaes, tem aprofundado demasiadamente, tornando quasi impossivel o transitio das carroças que vão ali buscar os generos que desembarcam.

Acho da maior necessidade mandar, por uma turma dos calceteiros que estão trabalho no centro da praça, fazer aquella calçada, que é da maior urgencia, voltando depois para onde estão. Isto não é mais do que

uma distribuição do trabalho, porque não posso crer que exceptues da calçada o ponto mais concorrido para as descargas dos lanchões e hiales.

A esperar pela conclusão de toda a praça, fica muito demorado este serviço, que, pelo máo estado em que está o terreno, reclama urgencia.

Tenho de fallar de outra cousa que os meus collegas se não lembram, porque entendem que a sua obrigação é só obedecer ás ordens da camara, mas não lembrar-lhe cousa de que ella não cogita.

Vós sabeis que a camara anterior, attendendo a uma necessidade incessantemente reclamada, mandou collocar placas numericas nas casas, serviço este que provocou algumas reclamações de proprietarios (por que aqui se revoltam contra tudo quanto ha), mas que por fim reconheceram ser uma medida muito acertada e da maior utilidade.

Pois bem; feito este serviço, ninguem mais se lembrou da numeração das casas e ahi estão mais de quinhentas casas, novas sem placa, de fórma que daqui a dois annos ninguem mais achará o numero da casa que procura, voltando-se ao chaos antigo.

Quem faz uma casa, póde pagar mil e tanto ou dois mil e tantos réis pelo numero d'ella, sem ficar incommodado com a camara. nem o fiscal que vos vem lembrar esta obrigação; digo obrigação, porque tendo sido a camara autorizada por uma lei a mandar numerar as casas, impôz a obrigação de fazel-o, não só ás antigas como ás futuras.

Outra providencia de pouca monta mas de grande utilidade.

As nossas posturas obrigam a fazer os andaimes com as taboas unidas para que os transeuntes não sejam incommodados ao passar por baixo, ou encapellados por algum projectil que de lá se desprenda.

Isto é mais facil de escrever-se no artigo da postura do que de executar-se á risca.

Lembro cousa melhor. Lembro o que vi no Rio de Janeiro, e achei muito bom e muito prudente.

Os andaimes das casas em construcção são fechados por todos os lados, para obrigar os transeuntes a passar pelo lado opposto da rua.

E' o que se deve fazer aqui; a passagem por debaixo do andaime é inconveniente, incommoda e perigosa.

Constantemente observo, ahi pelas obras o pedreiro, de proposito ou por descuido, despejar, sobre quem passa, agoa de cal, pelas aberturas das taboas dos andaimes. Assim, fechando-se, não ha perigo.

Se no Rio de Janeiro, onde as ruas têm metade da lagura das nossas, se adopta este systema, porque se não adoptará aqui?

Ainda não pude ir aos arrabaldes ver alguns estragos feitos pelas chuvas, porque as mesmas chuvas não me deram lugar; mas esta semana observarei, fazendo assim a vontade a alguns moradores que pedem a minha inspecção.

A mim, que sirvo de graça, é que todos se dirigem para fazer as suas reclamações.

Tenham um pouco de paciencia, porque satisfarei a todos.

25 de agosto de 1884.

LXV

Vejo-me contrariado, acanhado mesmo, quando, no cumprimento do dever que me impuz, tenho de censurar ou desaprovar alguma ocusa que tendes para fazer.

Sabeis que tenho acompanhado com o maior interesse os trabalhos que se executam na Varzea. Já tive occasião de louvar a vossa resolução de reconstruir o boeiro da rua do Imperador, dando-lhe maior diametro e direcção para um dos lados, com o que foi elle melhorado immensamente, porque ficou o transito desempedido no meio da rua.

Acrescia ainda que as agoas já estavam encaminhadas para este boeiro e para fazel-as tomar outra direcção seria o dispendio muito grande.

A exemplo d'este, consta, se vai construir outro boeiro em frente á noya rua Lopo Gonçalves. Com este boeiro é que não posso inteiramente concordar.

Esta rua foi doada pelos proprietarios do terreno com o grande interesse de obviar a continuacção do trajecto das agoas por dentro da chacara de d. Aurelia, porque estas, sem curso recto, espalhavam-se em diversas direcções pelos vizinhos, até chegarem á sanga que fica em frente a ponte do Menino Deus.

Se fizerdes o boeiro da rua Logo Gonçalves, atra-

vessando a rua da Azenha, para passar por baixo do trilho dos bonds, tereis inutilisado toda a rua Lopo Gonçalves.

A calha está tres palmos acima do nivellamento das casas, que não podem ficar enterradas sem motivo, assim como todo o terreno da chacara do finado Lopo, desde o canto da Varzea até a rua da Concordia.

Um boeiro que atravessasse a rua da Azenha, para percorrer toda a rua do Lopo Gonçalves, é uma cousa impossivel agora.

Tereis de repetir o que já está feito na rua do Imperador, isto é, um vallo ao longo da rua até á Margem, inutilisando a edificação em todo um lado da rua, porque o vallo a impossibilita; se se fizer o vallo pelo meio da rua, peor ficará.

Já um de vós cidadãos vereadores, disse-me que faz-se o boeiro e vallo correspondente para depois se acrescentar á proporção que se fôr edificando.

Isto é impraticavel, porque um cano subterraneo, para levar as agoas desde a Varzea até á margem do arroio, na extensão de duzentas e quarenta braças, que tanto mede esta rua, precisaria ter um diametro de tres metros de largura sobre dois de alto, e isto é uma obra de centos de contos de reis.

Todas as ruas da Varzea para a Margem têm declive para correrem as agoas suavemente por sobre calhas; o que se necessita é dividil-as por todas as ruas, e encaminhar as do centro para o arroio, pela rua de St. Anna, que tem capacidade para precipital-as com promptidão.

Não vos capaciteis, cidadãos vereadores, que o cano da frente da rua do Imperador pôde receber todas as agoas que por ali correm; não, senhores, é uma obra provisoria para as necessidades do presente. Já o achastes lá, melhoraste-o immensamente; ha de ficar assim por muitos annos.

Só podeis e deveis fazer agora um cano que receba a agoa do vallo, atravessando a rua da Olaria, com triplicada capacidade d'aquelle que lá está, porque toda vez que chove abundantemente fica o transitio interrompido.

Peço-vos desculpa, cidadãos vereadores, mas ninguem conhece este lugar como eu, ninguem o tem estudado como eu.

Quando cahem as grossas chuvas, nenhum vereador, nenhum fiscal arrosta os elementos; só o vosso

fiscal honorario sahe para a rua a observar o movimento das agoas.

Se algum de vós tivesse coragem para ir observar o becco de d. Aurelia e rua da Olaria, não só no canto d'este becco, como no da rua do Imperador, ficaria horrorisado. Poderia então fazer uma idéa do que é o Niagara com suas cataractas.

Em resumo, se quizerdes marchar de accordo com os interesses dos proprietarios e dos cofres do municipio, mandai dobrar as calhas do Campo, pela rua Lopo Gonçalves e n'esta rua ponde meia dúzia de cavadores, com duas carroças, para tirar aterro dos altos e collocal-o nos baixos, que as agoas correrão suavemente por ellas sem prejuizo de ninguem e com grande economia para o cofre municipal, que bem precisa de dinheiro para acudir a tanta cousa que se pede de todos os lados.

Ouvi dizer hoje (não sei se é certo) que se vai desde já assentar a base que tem de sustentar a estatua do legendario general Marques, em construcção em casa dos irmãos Pilanti, e que marcastes ou ide marcar lugar na praça Pedro II.

Sendo esta estatua uma commemoração dos serviços prestados por aquelle general, serviços que já foram reconhecidos por esta camara, dando ao antigo largo do portão o nome de praça do General Marques, lugar, que foi o theatro de suas glorias em 1836, só ali deve ser collocada a estatua, porque o distico dos cantos da praça indicará aos posteros o nome do heroe ali representado em estatua.

E nem se diga que não ha espaço.

Ficará ella mas bem collocada na praça de seu nome, na face da rua Riachuelo, entre os cantos da rua Sta. Catharina e da Misericordia.

Ali estará a estatua em sua casa, e na praça de Palacio será hospede do sr. D. Pedro II.

Pensai primeiro, cidadãos vereadores, antes de resolverdes, e, ainda uma vez, desculpai o vosso fiscal honorario.

28 de agosto de 1884.

LXVI

Kermesse! kermesse! é o que se ouve de todos os lados, parecendo que o nosso povo nada mais tem no pensamento.

Eu poderia também pedir-vos uma licença, emquanto durasse a kermesse; mas como tenho por costume pôr a minha obrigação acima de tudo, não me tenho descuidado de observar as obras que se estão fazendo. Tenho visitado o aterro da rua de S. Raphael e cada vez que lá vou fico triste, lembrando-me de que, pela contemplação com os donos de dois terrenos que ficam ao lados do cidadão Antonio da Rocha, não pôde ficar aquelle serviço perfeito.

Quantas vezes não terão gritado aquelles proprietarios contra a camara por não mandar aterrar aquella rua, de tanta importancia, por estar ligada ao grande commercio do Caminho Novo? e agora que a camara manda fazer o aterro, deixam de construir o alicerce que tem de escorral-o, ficando por concluir-se completamente aquelle serviço. Eu desejaria que estes proprietarios me dissessem, em consciencia, quanto elles lucram com este aterro.

Torna-se necessario que alguém faça comprehender aos proprietarios que, feito o aterro, os seus terrenos triplicarão de valor, e que o alicerce que ali fizeram não é dinheiro perdido. Se quizerem vender o terreno depois de aterrada a rua, terão uma compensação extraordinaria, no emtanto que, antes de aterrada a rua, ninguem os quereria comprar, porque estavam dependendo de mais de dois metros de altura de aterro.

Já que por parte da camara não foram intimados (parece-me), vou pedir aos vizinhos que intervenham com os sobreditos proprietarios a ver se elles se resolvem.

O arvoredado plantado na Varzea antes de 15 de agosto, está todo brotado e o resto da plantação supponho que amanhã estará concluido.

Vou lembrar-vos a necessidade de mandar desde já fazer as calhas, aproveitando o bom tempo, e mesmo porque não deve-se fazer o abahulamento da rua sem estarem as calhas promptas para receber as agoas da chuva, afim de não estragarem, causando com isso grande lamaçal; assim como se deve também desde já fazer o nivelamento da rua Lopo Gonçalves, para por ella correrem as agoas que forem despejadas pelas calhas do campo.

Convém não perder de vista que a rua Lopo Gonçalves tem um declive de tres metros para o Riachinho, tendo, por conseguinte, capacidade para transportar as agoas sem ser preciso fazer cano algum.

Não vos fallo agora na rua da Imperatriz, por não ser ainda tempo, apesar de que os moradores me andam atormentando com pedidos sobre calhas.

Elles têm razão, e eu lhes tenho dito que não podem deixar de ser contemplados, porque todas as agoas da rua da Azenha desde as casas da Azambuja, estão encaminhadas para lá, e não precisando de aterro de fóra, porque em si têm o necessario, e até com sobra, a despeza será muito pequena; estando já composta toda a rua do Menino Deus, não pôde a rua da Imperatriz ficar fazendo feio, entre a Varzea e o Menino Deus.

Alguns moradores da Margem tendo reclamado uma inspecção minha, reconheci que são precisas de umas cincoenta a sessenta carroçadas de aterro bom, d'aquelle da rua da Varzinha, para tapar alguns buracos que existem entre a rua da Imperatriz e do Imperador. Com este pouco aterro, se fôr feito desde já, pôde esta rua dispensar cuidados por algum tempo.

Os moradores do becco da Marcella também me pedem uma inspecção, assim como os do Passo da Cavalhada.

Depois que observar, vos direi o que fôr preciso fazer.

Por hoje mais nada. Estou occupado no arçamento dos bicos de gaz que são necessarios, para vos apresentar antes de 1 de outubro, em que tem de se reunir a assembléa.

Sobre este melhoramento o clamor é grande.

1 de setembro de 1884.

LXVII

Visitei hontem os trabalhos da rua que desce da da Igreja para a da Varzinha, por perto das casas queimadas.

Sim, senhores, agora está a cousa em regra: tirouse uma linha recta ou quasi recta da rua da Igreja á do Arvoredado, e d'esta outra á da Varzinha.

Por esta fórma ficará aproveitado o dinheiro gasto, porque haverá transito, o que não aconteceria se se levasse a effeito o que estava premeditado, que daria em resultado uma rocha Tarpéa, do que Deus nos livre.

Acresce ainda que o aterro tirado da parte de cima é todo aproveitado na banda de baixo, com grande economia no carreto.

Va, pois, o elogio a quem de direito couber.

Se eu já fosse empregado da camara quando se deu o nivellamento á casa do dr. Bittencourt, no canto do antigo becco do Jacques, este estaria hoje em condições de dar commodo transito, porque teria representado contra o nivellamento dado áquella casa, o que impossibilitou o do becco.

Ninguém liga a menor importancia aos nivellamentos; os calceteiros fazem as calhas como lhes parece, de forma que estas, em vez de serem os conductores das agoas, são receptaculos para estagnação; haja vista as da rua da Olaria entre a rua do Imperador e becco de d. Aurelia, as da Varzea entre o mesmo becco e rua da Imperatriz e sobre todas a da descida da escada do quartel para o Campo.

Ali (na descida das escadas) já havia uma calha que fazia descer as agoas até o becco do Firme, para por sua vez descerem por este becco; mas agora na reforma fizeram baixar a calha mais de um palmo, formando uma calha de encontro aos degrãos da escada, de forma que quando chover com abundancia o passageiro que descer pelo lado do quartel terá de atravessar a praça para tomar o caminho do centro, por que não poderá saltar a calha, que fica encostada á escada.

A plantação do arvoredado está concluida, mas se as autoridades superiores não vierem em nosso auxilio, com quatro praças de policia para patrulharem a alameda toda a noite, podereis contar que os vagabundos que percorrem os arrabaldes, e mesmo o centro da cidade, desenvolvendo o seu instincto perverso, serão capazes de inutilisar todas as arvores que se estão plantando.

Requeri, pois, cidadãos vereadores, da presidencia da provincia, para mandar dar as duas patrulhas que peço; do contrario, nada se poderá obter.

Eu vos lembro uma postura, isto é, uma pena adicional para os que forem encontrados em flagrante de estrago dos arvoredos, que vem a ser fazel-os percorrer as ruas da cidade em pleno dia, acompanhados de uma guarda, para os fazer conhecidos de todo o povo da cidade.

Li hoje em um jornal que tendes resolvido chrysmar o Campo do Bomfim por Campo da Redempção.

A idéa é bonita e propria do nosso entusiasmo pelo triumpho abolicionista, mas acho um grande inconveniente as mudanças de nomes de ruas e de praças repetidamente. Este campo desde o seu principio se chamou simplesmente — varzea — e depois foi chrysmado pelo nome de Campo do Bomfim.

Como dar-lhe já nova denominação? Não era melhor crear um monumento rememorativo d'este grande acontecimento?

Deliberaríeis com mais acerto e maior utilidade, decretando no dia 7 de setembro a edificação de um lago no meio do Campo do Bomfim, tendo no centro uma pyramide encimada com a figura da Liberdade, e a este monumento de recreio para os habitantes da o nome de Lago da Redempção.

Será nas agoas d'este Lago da Redempção que iremos lavar a nodosa de nossa bandeira nacional.

Sim, porque só no dia em que fór redimido o ultimo escravo poderá o Brazil apresentar a sua fronte erguida no meio das nações livres.

E' esta a opinião do vosso fiscal honorario.
4 de setembro de 1884.

LXVIII

Não sei a quem devo felicitar, se a vós, se ao povo. O povo, não ha duvida, deve ter o primeiro lugar; mas vós tambem vos mostrastes dignos representantes d'elle, dirigindo a festa do grande dia da patria, festa dupla, porque, além da commemoração de nossa emancipação politica, annunciavamos ás nossas co-irmãs do imperio a aurora da redempção dos captivos em nossa provincia.

Oxalá podessemos desde logo ter annunciado ao mundo a completa redempção em toda ella; mas em breves dias o facto dar-se-ha, e offerecemos o exemplo, bem raro na historia das nações, de um povo espontaneamente abolir uma instituição que o infamava, indo de encontro á opinião dos chamados representantes da nação.

São tres as provincias que, guiadas pelo mesmo pensamento, mostraram aos nossos dictadores que não se viola impunemente a constituição politica de uma nação.

Que se mire n'este espelho, que lhe apresenta o povo brasileiro, o nosso primeiro dictador, que não trepidou em subscrever a mais revoltante infracção da constituição, no que ella tem de mais sério, isto é, nos direitos politicos dos cidadãos.

E' o povo, esse povo enxotado das urnas, que vem amparar o governo em hora de angustia contra uma corporação que foi denominada representação do paiz, mas que só representava em sua maioria interesses bastardos, que tinham por fim, perpetuar o escravagismo no Brazil.

Não ha duvidar, o povo brasileiro vai emfim comprehendendo o seu direito, e não longe está o dia em que reivindicar sua soberania.

Procedestes correctamente, cidadãos vereadores, abrindo as portas do paço municipal ao povo soberano.

Era sublime o espectaculo que apresentava o vasto palacio municipal; ali não havia grande nem pequeno, rico nem pobre, fidalgo nem plebeu —era a massa popular que se impunha á admiração da propria patria.

Muito temos feito, cidadãos vereadores; mas, ainda mais temos para fazer.

De nossa provincia nada temos a temer: precisamos levar a idéa adiante, e necessario que ella prosiga, das extremidades para o centro, até apertarmos, como em um circulo de ferro, os ferozes escravagistas e seus protectores e ahi dar-lhes batalha, não batalha de sangue, mas sim de luz, de moral, fazendo-os comprehender, pelo exemplo de nosso procedimento, o papel repugnante que elles representam perante o mando civilisado.

Lembro-vos, cidadãos vereadores, a necessidade de dirigires circulares ás camaras municipaes das duas provincias nossas visinhas, Paraná e Santa Catharina, despertando o seu patriotismo e enthusiasmo pela nobre causa.

A esta ultima provincia, especialmente, lembrai que, assim como ella procura a sua união commosco por meio das locomotivas do progresso commercial e social, do mesmo modo deve promptamente abolir do seu solo a instituição da escravatura, para por esta fórma tornar-se digna de nossa communhão.

Que seja a camara municipal da Laguna a primeira que se levante na provincia de Santa Catharina para

dar o grito de alarme, que repercutirá nas suas visinhas do Paraná e S. Paulo.

Felicitando o povo, do qual faço parte integrante, transmitto-vos, em seu nome, os elogios de que vos tornastes credores pelo vosso patriótico proceder no dia da redempção.

10 de setembro de 1884.

LXIX

Todos vós estareis lembrados que houve aqui um presidente de nome Antonio da Costa Pinto e Silva, chamado, por abreviatura, dr. Costa Pinto, mas o que não sabeis é que elle costumava, nas tardes calmosas do verão, ir destructar a bellissima vista que se goza do alto da ladeira, onde se acha o paço da assembléa provincial.

N'aquelle tempo o terreno que fica por detraz da assembléa formava uma área completamente limpa de plantas parasitas, de onde aquelle presidente, deitado sobre uma cama de vento, apreciava o lindo panorama que apresenta a bacia do Crystal, onde se espalham as lindas paysagens de toda a costa, formando este todo (na phrase do velho mr. Gastal), a obra prima da natureza. Era ali que aquelle presidente reunia, á tarde, alguns amigos para tomar, ao ar livre, o café, e em doce convivencia formar os seus planos de campanha eleitoral, em que era *jubilado*...

que tem isso com o municipio? me perguntareis vós.

Tem muito, vos digo eu.

Em um dos dias da semana passada, quando se preparava as barraquinhas da *Kermesse*, compareci n'aquelle lugar, como era de meu dever, para dar fé de como se dispunham aquelles preparativos que deviam commemorar o grande acontecimento que vem mudar os nossos usos e costumes domesticos.

Louvei a bonita idéa de nossas autoridades, mandando caiar todos os edificios publicos que rodeam a praça Pedro II, inclusive o paço da assembléa, que, como os ditos edificios, ostentava uma bonita iluminação a gaz.

Vendo todos estes preparativos, recordei-me daquelle presidente Costa Pinto, e esta recordação levou-me

a visitar o aprazível recreio do mencionado presidente, para, como elle, deleitar por algum tempo a vista e a imaginação na contemplação d'aquella belleza.

Mas, que decepção! aquelle aprazível lugar estava transformado em uma... *latrina publica!*

Fugi d'ali indignado, envergonhado, lembrando-me que de tantas pessoas que vieram de fóra para assistir aos nossos festejos poderiam algumas lembrar-se de dirigir para ali seus passos.

E que juizo se faria de nós, dignos cidadãos vereadores, depois de se contemplar o luxo, o aceio, a grandeza mesmo de nossa praça Pedro II, adornada com todas as suas galas, se se tivesse de comparar o reverso d'aquella medalha? Deixo a cada um de vós calcular o desapontamento que tive ao comparecer ali.

Não são só os meus collegas fiscaes que têm vista curta; parece que todos vós padeceis da mesma molestia.

Diariamente todos vós subis e desceis a rua General Camara, sem que vos lembreis de que podeis ser ali esmagados pela parede da casa da esquina da rua Nova, onde existe a taverna de um sr. Mathias. Aquillo é um mundo prestes a desabar.

E' preciso providenciar.

A rua da Azenha, com as continuadas chuvas soffreu algumas depreções em seu solo, que precisam ser reparadas.

Estas depreções vão se tornando em atoladouros que impossibilitam o transito das carretas que entram na cidade carregadas com mantimentos de toda a especie.

Emquanto está molle o aterro já collocado no Campo, obstando a continuação, podeis mandar collocar na rua da Azenha algum aterro bom, que tape alguns buracos que já impedem o transito. Podeis ajustar com a companhia de bonds um dos seus carros de carga, para conduzir do Menino Deus ou da rua da Varzinha o aterro necessario, mandando depois uma carroça para espalhar-o nos lugares convenientes.

Desde os primeiros relatorios que vos fiz, lembrei a necessidade de concertar-se a ponte da Azenha.

Não pôde ser adiado este serviço alem do proximo verão; calçada, alamedas e resguardo das rodas — está tudo quasi em ruinas.

Ouvi dizer que já foi orçado este concerto em cinco contos de reis. E' muito conto, pois com menos de metade d'esta quantia, e na estação propria, pôde ella ser completamente reparada.

Tambem sei que se quotizam os proprietarios da rua da Sant'Anna para offererem a quantia necessaria para a ponte de pedra no arroio que atravessa esta rua, ficando á camara sómente a despeza com o nivellemente da rua, para se transpôr a ponte.

E' de grande conveniencia para o municipio tratar-se d'esta rua, porque encurtará extremamente o trajecto dos viandantes da estrada do Matto-Grosso para a cidade, e ainda com a grande vantagem de encaminhar-se por esta rua a maior parte das agoas do Campo para o arroio.

Por hoje chega.

15 de setembro de 1884.

LXX

Sei que pela inspectoría da saúde publica se tem providenciado alguma cousa para evitar qualquer visita epidemica, especialmente do cholera, que é a que mais medo causa. Tem-se inutilizado muita fructa no mercado, mas o que vai por dentro das casas ninguem sabe.

E' no interior das casas que existe maior somma de miasmas pestiferos, que tem por causa a agoa da Hydraulica.

Antes que houvesse a Companhia Hydraulica, só se bebia a agoa do rio, que era levada para as casas em barris, á cabeça, ou em pipas que a vendiam pelas ruas.

A agoa então custava muito cara, o que impedia o desperdicio.

Rarissimas eram as pessoas que tinham proporções para lavar a roupa em casa; toda a lavagem era feita no rio, assim como no rio era feito o despejo das agoas servidas.

Hoje, com a commodidade da torneira, todo mundo lava roupa nos pateos, despejando nos canos as agoas de sabão, que são mescladas com as da lavagens de panellas, etc., lançando-se depois alguma agoa limpa para lavar o cano.

Pelo que ali fica exposto vê-se que cada casa tem em seu seio um foco de miasmas pestíferes, que têm tornado insalubre a nossa cidade, outr'ora tão recommendavel, porque a sua posição topographica é excelente.

Torna-se necessario que os nossos medicos estudem estes phenomenos e tratem de aconselhar ás familias os meios de melhorarem o estado sanitario de suas habitações.

Vós sabeis que não sou medico, mas costumo estudar os meios de obter, por um regimen adequado ás minhas circumstancias, o bem estar de minha familia.

Vou, portanto, consignar aqui um conselho as familias pobres, que para poderem tirar a maior vantagem da despeza que fazem para obter a agoa da Hydraulica, lançam mão do grande recurso que ella lhes fornece para ganharem o seu vintem com lavagens de roupa, engommados, etc.

De todos os despejos que se fazem nos canos das casas o mais nocivo é o da agoa de sabão, mórmente quando mescladas com as gordurosas das lavagens de cosinha.

Peço ás mãs de familia que lancem mão do desinfectante que vou indicar-lhes para livrar a habitação dos miasmas produzidos pelo abuso que fazem dos canos.

Tem tanto de simples como de barato:

Antes de fechar as portas das vossas casas, apagai o fogo e juntai a cinza do vosso fogão; collocai-a em um barril com agoa limpa, e, depois de bem mexida para fazer a decoada (como se diz em termo familiar), lançai-a no cano de um jacto. Está prompta a operação.

Com este simplissimo desinfectante, podeis dormir tranquilamente, sem que vos incommode o cheiro

nauscabundo que exhaia o cano, produzido pelos despejos.

A cidade, cidadãos vereadores, em suas ruas e praças não offerecem grandes perigos. Sómente a praia do Caminho Novo deve meracer a maior attenção. E' ali que se fazem os despejos de materias feccas de grande numero de casas; e ainda ali que se está collocando o cisco das casas, conduzido pelas carroças da camara.

O cisco em si não offerece inconveniente; mas o cisco é acompanhado de toda a sorte de immundicias, restos de comidas em adiantado estado de putrefacção e é tudo isto despejado na praça, em frente á rua Pinto Bandeira no Caminho Novo.

Não acho proprio nem conveniente que se continuem os despejos ali, embora depois o cubram com terra, como se tem feito, porque as agoas por um lado, e os animaes famintos por outro descobrem aquelles focos immundos, capazes, por si só, de originarem uma peste.

Alem de que, deve-se attender que aquelle lugar é occupado pelo commercio, que tem direito a exigir garantias de vida para suas familias.

Ha ainda em terrenos particulares, na cidade baixa, muitos charcos que necessitam ser aterrados; mas pôde a camara intimar os respectivos proprietarios?

Não ha duvida que pôde, mas tambem é certo que os proprietarios podem dizer que não têm dinheiro, e que não acham quem os compre no estado em que se acham. E que fazer em tal caso?

E' o que não posso saber. O melhor é deixal-os em santa paz.

18 de setembro de 1884.

LXXI

20 DE SETEMBRO DE 1884

Recorda esta data uma pagina brilhante dos annaes da provincia.

Quarenta e nove annos são passadas depois que um punhado de bravos rio-grandenses, levados pelo mais acrisolado patriotismo, lançou a luva ao governo do imperio para pedir-lhe contas de actos attentatorios de seus direitos.

Um governo incapaz de comprehender a pureza das intenções que deram causa ao rompimento, longe de attender ás suas fundadas queixas, declarou-os rebeles.

Tão grande affronta, lançada a face da provincia, que, quasi em sua totalidade, havia adherido á revolução, irritando os animos, fez apparecer a idea da independencia da provincia.

Bento Gonçalves, que era a alma do movimento, guido por uma prudencia que nunca o desamparou, ainda mesmo diante dos inimigos da patria, tentou em vão acalmar a tormenta prestes a desencadear-se. A tudo foi surdo o governo imperial.

Depois de muitos combates, em que se exhibiram os actos do maior valor e patriotismo, foi emfim proclamada a Republica.

Descrever aqui todos os feitos d'esses valentes soldados, que, a custa do proprio sangue, lançaram n'esta terra da America a semente da liberdade, seria de minha parte grande arrojio. Sou muito pequeno em intelligencia para cantar as glorias da revolução, na qual, por espaço de dez annos, os rio-grandenses offereceram ao mundo um exemplo de constancia, abnegação e patriotismo só proprio dos soldados da antiga Roma.

A outros mais habilitados deixo a tarefa de escrever nas paginas do grande livro da historia da humanidade os feitos heroicos dos grandes batalhadores da democracia, que ostentaram além do valor e coragem dos combatentes, todas as virtudes civicas e privadas que têm tornado celebre o nome rio-grandense.

Apenas posso, saudando o dia em que foi iniciado tão glorioso movimento, prestar minhas homenagens

aos manes de tantos heróes que traçaram o rastro luminoso que havemos de seguir na obra da regeneração da patria.

Felicissimo de Azevedo.

FIM DO PRIMEIRO VOLUME

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL
Porto Alegre — Rua de São Francisco